JULHO
DEZEMBRO
2008
ISSN 1519-4906

LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Línguas e instrumentos linguisticos 22 Campinas: Capes-Procad - Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2008 : Unicamp, 1997-2008

Semestral.
ISSN 1519-4906

1. Línguística - Periódicos 2. Análise do discurso - Periódicos 3. Semântica - Periódicos 4. História - Periódicos I. Universidade Estadual de Campinas

CDD - 410.05
- 412.05
- 900

Copyright © 2008 dos Autores para efeito desta edição e posteriores.
Direitos cedidos com exclusividade para publicação em língua portuguesa para o Projeto História das Ideias Linguísticas e Editora RG.

Todos os direitos reservados.
O uso, reprodução, apropriação ou estoque em sistema de banco de dados, ou processo similar, mesmo a partir do site www.revistalinguas.com, seja por meio eletrônico, fotocópia, gravação de qualquer natureza está condicionado à expressa permissão do Projeto História das Ideias Linguísticas.

Coordenação Editorial: Editora RG
Editoração Eletrônica e Diagramação: Marcelo Dobelin
Capa: Marcelo Dobelin sobre projeto gráfico original de Claudio Roberto Martini
Revisão: Equipe de revisores sob supersivão do Projeto História das Ideias Linguísticas

Editora RG
Fone: 19 3289.1864
rg-e@uol.com.br

Edição eletrônica: www.revistalinguas.com

2009
Impresso no Brasil

Nº 22

LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

2008

LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Edição: Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil
Editora RG

Diretores/Editores: Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi

Comitê Editorial: Bethania Sampaio Mariani (UFF), Carolina Zucolillo Rodriguez (Unicamp), Claudia Pfeiffer (Unicamp), Carlos Luis (Argentina), Charlote Galves (Unicamp), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Eduardo Guimarães (Unicamp) Elvira Narvaja de Arnoux (Argentina) Eni P. Orlandi (Unicamp), Francine Mazière (França), Francis Henry Aubert (USP), Freda Indursky (UFRGS), Jean-Claude Zancarini (França), José Horta Nunes (Unesp), José Luiz Fiorin (USP), Lauro Baldini (Univás), Luiz Francisco Dias (UFMG), Maria Filomena Gonçalves (Portugal), Mónica Zoppi-Fontana (Unicamp), Norman Fairclough (Inglaterra), Rainer Henrique Ramel (México), Rosa Attié Figueira (Unicamp), Sheila Elias de Oliveira (Unicamp), Silvana Serrani-Infante (Unicamp), Simone Delesalle (França), Suzy Lagazzi (Unicamp), Sylvain Auroux (França)

Comitê de Redação: Carolina Zucolillo Rodriguez, Claudia Pfeiffer, José Horta Nunes, Lauro Baldini, Mónica Zoppi-Fontana, Sheila Elias de Oliveira, Suzy Lagazzi

Secretaria de Redação: Sheila Elias de Oliveira e Lauro Baldini

Revisão dos artigos: Todos os artigos são revisados por pares observando-se os seguintes parâmetros: nível de contribuição para a comunidade científica, qualidade da escrita do texto, relevância da bibliografia.

Mês e ano dos fascículos: julho e dezembro 2010

Periodicidade de circulação: semestral

ISSN: 1519-4906

Número seqüencial de páginas: a numeração inicia sua contagem na página de olho da revista, figurando – em algarismos arábicos – a partir da página número cinco até o final.

SUMÁRIO

Apresentação 7

A palavra *etnia*: nomear o outro – origem e funcionamento do termo *etnia* no universo discursivo francês
Alice Krieg-Planque 9

Uma reflexão sobre atitudes lingüísticas
Leila Salomão Jacob Bisinoto 35

"Professor, por que você fala ok?" Desculpa para falar de políticas lingüísticas
Francisco Vanderlei Ferreira da Costa 45

História e discurso em Michel Foucault
André Luiz Joanilho e Mariângela Pecciolli Galli Joanilho 73

Crônicas e Controvérsias
Efeitos do científico na constituição da Lingüística e da Teoria Literária na UNICAMP
Ana Claudia Fernandes Ferreira 89

Resenha
Zancarini, Jean-Claude, Fournel, Jean-Louis, Descendre, Romain. *Estudos sobre a língua política: Filologia e Política na Florença do século XVI*. Campinas: RG Editora / Cáceres: Editora da UNEMAT, 2008, 208 pp.
Sheila Elias de Oliveira e Mariângela Pecciolli Galli Joanilho 123

Apresentação

O número 22 de Línguas e Instrumentos Lingüísticos reúne textos que contribuem para a história das idéias por diferentes vias. São objetos de reflexão os percursos de uma palavra, de uma disciplina, de um autor, de uma prática de ensino, de um conjunto de documentos institucionais, de uma 'língua política'.

Em "A palavra etnia: nomear o outro – origem e funcionamento do termo etnia no universo discursivo francês", a pesquisadora Alice Krieg-Planque analisa a enunciação da palavra 'etnia' e seus derivados em textos teóricos e jornalísticos produzidos na França. Ela mostra como a substituição de 'raça' por 'etnia', longe de produzir um deslocamento conceitual, produz, antes, um efeito eufemístico condizente com a era do "politicamente correto".

"Uma reflexão sobre atitudes lingüísticas", de Leila Salomão Jacob Bisinoto, faz um retrospecto das teorias sociolingüísticas e das questões fundamentais que estas têm abordado. Pela discussão da relação entre língua, sujeito falante e sujeito pesquisador nas posições teóricas abordadas, o texto leva a pensar, para além das "atitudes lingüísticas" no falar ordinário, sobre as "atitudes lingüísticas" do pesquisador.

Em ""Professor, por que você fala ok?" Desculpa para falar de políticas lingüísticas", Francisco Vanderlei Ferreira da Costa parte de sua experiência na formação de professores indígenas para discutir questões pertinentes às políticas sobre línguas indígenas. Ao dar visibilidade a fatos pontuais como a inexistência de Cursos de Letras especializados em línguas indígenas do Brasil, o artigo leva a refletir sobre as línguas como objetos de ensino na educação brasileira.

Em "História e discurso em Michel Foucault", o historiador André Luiz Joanilho e a lingüista Mariângela Pecciolli Galli Joanilho examinam duas noções centrais na obra de Michel Foucault – as de história e discurso – em torno da pergunta: "existe um método foucaultiano?". À luz da pergunta condutora e das noções focalizadas, o artigo discute algumas críticas correntes sobre Foucault e dá visibilidade aos elementos que orientam a escrita foucaultiana.

A seção Crônicas e Controvérsias apresenta o artigo "Efeitos do científico na constituição da Lingüística e da Teoria Literária na UNICAMP". Por meio da análise de documentos que fizeram parte da criação do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Ana Claudia Fernandes Ferreira reflete sobre os efeitos do científico nas relações estabelecidas entre Lingüística e Teoria Literária. Dentre os resultados do trabalho, está a constatação de um imaginário consensual produzido para cada um dos domínios de saber, do qual faz parte a apreensão de que a Lingüística é ciência e a Teoria Literária não é.

A Resenha deste número é de Estudos sobre a língua política: Filologia e Política na Florença do século XVI, dos pesquisadores franceses Jean-Claude Zancarini, Jean-Louis Fournel e Romain Descendre. O livro reúne artigos dos três autores, que trabalham sobre o pensamento político dos florentinos no período das guerras da Itália (fim do século XV e início do XVI). Sheila Elias de Oliveira e Mariângela Pecciolli Galli Joanilho apresentam o objeto de cada um dos textos, e a metodologia inovadora dos autores – a Filologia Política – que permite, a partir da análise da língua política, a reinterpretação de textos bastante conhecidos e estabilizados no pensamento político ocidental moderno.

Com este conjunto de análises, o número 22 de Línguas e Instrumentos Lingüísticos espera oferecer mais uma vez uma contribuição para o pensamento constituído no domínio dos Estudos da Linguagem.

Os Editores

A PALAVRA *ETNIA*: NOMEAR O OUTRO[1] ORIGEM E FUNCIONAMENTO DO TERMO *ETNIA* NO UNIVERSO DISCURSIVO FRANCÊS

Alice Krieg-Planque
Université Paris 12 – Val-de-Marne
Céditec[2] – EA 3119

RÉSUMÉ: *Cet article montre comment les mots ethnie et ethnique (ainsi que les préfixés multi-ethnique, inter-ethnique…) fonctionnent dans l'univers discursif français contemporain comme des hétéro-désignants négatifs : ils nomment toujours les autres, et négativement, c'est-à-dire en tant qu'étrangers au système politique valorisé de la citoyenneté et du rapport à un Etat. Une exploration de la trajectoire du terme ethnie (qui remplace race, sur un mode perçu comme euphémistique) et de ses origines grecque et latine (où l'ethnique est l'étranger à la Cité puis le païen) éclaire la constance historique de ce fonctionnement.*

RESUMO: *Este artigo mostra como as palavra 'ethnie' [etnia] e 'ethnique' [étnico(a)] (assim como as prefixadas 'multi-ethnique' [multi-étnico(a)], 'inter-ethnique' [inter-étnico(a)]...) funcionam no universo discursivo francês contemporâneo como hetero-designantes negativos: elas nomeiam sempre os outros, e negativamente, isto é, enquanto estrangeiros ao sistema político valorizado da cidadania e da relação com um Estado. Uma exploração da trajetória do termo 'ethnie' (que substitui 'race' [raça], de um jeito percebido como eufemístico) e de suas origens grega e latina (onde o étnico é o estrangeiro à Cidade e depois o pagão) esclarece a constância histórica deste funcionamento.*

ABSTRACT: *This article shows how the words "ethnie" and "ethnique" (as well as prefixed expressions such as "multi-ethnique", "inter-ethnique", etc.) function in the discursive universe of French as "negative hetero-des-*

ignators": they refer always to "others" and do so negatively, i.e. as outsiders to the valorized political system of citizenship and of the relationship to a State. An exploration of the trajectory of the word "ethnie" (which replaces "race" in a way perceived as euphemistic) and of its Greek and Latin origins (where "ethnic" designates the outsider to the city-state, and then the pagan) throws light on the historical consistency of this functioning.

Introdução

No espaço público francês contemporâneo, as palavras *etnia*, *etnicamente* e *étnico*, assim como as diferentes prefixadas que delas procedem (*multi-étnico*, *pluri-étnico*, *poli-étnico*, *inter-étnico*, *mono-étnico*... com ou sem hífen), são de usos relativamente correntes. Pudemos ler e escutar um ou outro destes termos no genocídio de 1994 em Ruanda, referindo às guerras iugoslavas de 1991-1995 e 1998-1999, ou ainda em 2001 na guerra do Afeganistão (onde etnia, todavia, se igualou a tribo).

Portanto, o emprego de *etnia* e de seus derivados suscita visivelmente confusão, como testemunha de maneira sintomática as aspas que a acompanham algumas vezes. Nós desejamos neste artigo detectar os motivos deste funcionamento problemático. Este projeto nos conduzirá primeiro aos caminhos da história dos discursos, nos quais *etnia* cruza e compete com *raça*, depois sob a via contemporânea do funcionamento das palavras em discurso. No que diz respeito a esse funcionamento, *Etnia* e *étnico* aparecem como hetero-designantes negativos, isto é, eles servem para nomear os outros, nomeando-os negativamente como estrangeiros, no sistema político de hoje que valoriza a cidadania em relação a um Estado.

As noções empregadas neste artigo apontam para os diversos campos das ciências humanas e sociais: ciências da linguagem em suas diferentes ramificações, evidentemente, mas também história, ciência política, filosofia política, antropologia e etnologia, sociologia... O objetivo de nossa pesquisa, nos quadros dos quais este texto se propõe, justifica tal meio: nós pretendemos assim contribuir para a descrição da língua e para a análise do real político e social. Convém, todavia, sublinhar que nós consideramos os discursos uma matéria constitutiva deste real: procuramos mostrar que temos razão de crer que os discursos são, às vezes, instrumento e lugar (e não somente origem ou conseqüência) das divisões e dos agrupamentos que fundam o espaço público. Isso demonstra que nosso trabalho bem exprime a diversidade dos métodos e saberes que ele introduz: o que está em questão é descrever o corpus com o auxílio de categorias que provém da lingüística e da análise do discurso e interpretar na pluridisciplinaridade.

Nota sobre a apresentação das referências

Neste artigo, nós distinguimos as referências em dois tipos e adotamos para cada uma delas uma apresentação material particular. Estão separados os textos ou enunciados reunidos "em parceria" e os textos ou enunciados reunidos "em corpus"[3]. Esta distinção não é ontológica, ou seja, ela não é determinada pela natureza mesma do enunciado citado ou, mais amplamente, do interdiscurso ao qual nos remetemos. Ela é relacional, isto é, concerne à posição que nós temos com relação a um discurso que nos é exterior no momento preciso onde nós o convocamos (um mesmo texto ou um mesmo enunciado pode, portanto, eventualmente ser citado em parceria em um momento da reflexão e em um corpus em outro momento).

O modo de citar "em parceria" remete a uma posição de co-enunciação, no sentido de o interdiscurso ser considerado como um par. Dizer que existe co-enunciação não significa que a reunião em parceria seja necessariamente um modo de "dizer com". Ela pode também ser um modo de "dizer contra". Podemos, com efeito, convergir com aquele que abordamos em parceria, mas podemos igualmente divergir dele.

O modo de citar "em corpus" constitui o texto em corpus e o objetiviza. Ele é um modo de "dizer sobre". O agrupamento em corpus supõe que o olhar dirigido sobre o enunciado é aquele do pesquisador-analista e não aquele do par (não mais aquele sujeito moral ou concidadão) e, em conseqüência, o discurso reunido em corpus não é um discurso com o qual há um lugar de "falar com" ou de "falar contra" (se bem que possamos estar a favor ou contra, por outro lado).

Os enunciados com os quais mantemos uma relação de parceria são apresentados e unidos em sua referência abreviada, de tipo "autor, data: página" ou "autor (data: página)", conforme os usos das publicações científicas. A referência abreviada pode aqui se justificar na medida em que relativamente importa pouco, deste ponto de vista, que o lingüista Untel, que nós citamos em parceria no seu texto de 2000, tenha publicado este último na *Langue Française*, Paris, Larousse ou na *L'information grammaticale*, Paris, Société pour l' Information Grammaticale. Na "Bibliografia" no fim do artigo, o leitor encontrará as referências completas dos textos que foram citados ao menos uma vez em parceria. Os nomes das pessoas citadas em parceria estão em maiúscula.

Os enunciados que nós reunimos em corpus são apresentados e acompanhados de sua referência completa. De fato, não importa que o comentarista do conflito iugoslavo, Untel, que nós citamos em corpus, se exprima em uma entrevista impressa nas primeiras páginas do *Libération*, em uma tribuna publicada pelo *Le Monde*, na revista *Confluences*

Méditerranées, na coleção "Objections" das edições L'Âge d'homme, ou nas obras de pesquisa publicadas pelas edições La Découverte. Não importa também que o doriotista[4] Jacques Boulanger, que nós citamos em corpus pela importância que ele da à *etnia* como categoria pertinente de descrição dos grupos humanos, expressando tal posição em volumosas obras publicadas em 1943 em uma coleção chamada "Aspects de la science" ou que ele as faça na tribuna de um jornal político. No modo de citar em corpus, o lugar de tomada da fala é constitutivo da tomada da fala em si (como tomada da fala a analisar, e não como o conteúdo sobre o qual ou contra o qual nos apoiamos). As referências dos textos que citamos exclusivamente em corpus não são retomadas na "Bibliografia". Os nomes das pessoas das quais a fala é reunida em corpus estão em minúsculas.

1. As origens e as qualificações de etnia e de seus derivados: o emprego de *raça* por *etnia*

Na história recente dos usos, *etnia* se caracteriza por sua relação com *raça*, da qual ela tornou-se um substituto parcial no universo discursivo contemporâneo. Essa história não está ausente da memória coletiva, o que significa que a relação de *etnia* com *raça* não é somente um caso suscetível de interessar ao lexicólogo que trabalha com a diacronia: a relação entre essas duas palavras é assim igualmente um elemento constitutivo de *etnia* tal como ela funciona hoje.

Que a palavra *etnia* seja parcialmente substituta da palavra *raça*, numerosos pesquisadores têm observado. Pierre Darlu assim constatou nos manuais das séries finais, dos quais ele acompanhou a evolução no decorrer do tempo, que "o abandono puro e simples do conceito de raça se acompanha freqüentemente de sua substituição por um outro conceito, geralmente aquele de população ou de etnia" (P. Darlu, 1992: 72). A tendência a substituir palavras derivadas de *raça* por palavras que pertencem ao paradigma de *etnia* tem igualmente espaço no discurso jurídico, segundo Daniele Lochak (1992), e nos discursos do cotidiano de acordo com as observações de Collete Guillaumin (1992 e [1972] 2002: 85-88), por exemplo. Alguns lexicógrafos, de sua parte, têm utilizado esta substituição em seus dicionários. Assim, podemos ler na entrada de *Etnia* no *Dicionnaire historique de la langue française*: "Ela [a palavra *etnia*] tende a substituir alguns empregos abusivos de raça, mas permanece didática".

Esta substituição é observável também, a propósito, nos espaços precisos da geopolítica. Podemos, por exemplo, realçá-la no espaço iugoslavo, no qual a questão da raça foi tratada a algum tempo: no início do

século 19, *raça*(*s*) é bastante utilizado para designar as populações da Bósnia pelos franceses que percorrem a região[5]. No que diz respeito, ainda, ao espaço iugoslavo, podemos comparar os dois enunciados que se seguem, onde vemos que o *mosaico de raças* é substituído, num intervalo de vinte anos, pelo *mosaico de etnias*.

Guia de viagem publicado em 1958[6]:

> Este mosaico de religiões, de costumes, de raças e de línguas, forma um todo, a Iugoslávia, que permanece sem dúvida o país mais apaixonante da Europa.

Artigo da imprensa francesa de 1980[7]:

> Criada ex nihilo no amanhã da Primeira Guerra mundial, a Iugoslávia é o arquétipo do não-Estado construído às pressas sobre um mosaico de nações, de etnias, de línguas e de religiões fundamentalmente diferentes e antagônicas.

Como um termo chega a se substituir por um outro? A maioria dos pesquisadores e comentaristas perceberam no emprego parcial de *raça* por *etnia* o resultado de uma ação conduzida após a Segunda Guerra mundial para livrar os discursos políticos e científicos da "infâmia da *raça* e de seus derivados", segundo a expressão de Étienne Balibar ([1988] 1997: 32), infâmia que o nazismo teria lançado sobre esse léxico. Contudo, é parcialmente verdadeiro: no imediato pós-guerra, diferentes pessoas e instâncias trabalharam deliberadamente para a erradicação da palavra *raça* e, para alguns dentre eles, a sua substituição por *etnia*. O filósofo Jean Gayon[8] lembrou o papel motor que representou a Unesco e neste quadro Claude Lévi-Strauss e seu texto *Race et histoire*[9], nesta desconstrução da palavra e da noção de *raça*. Em 1950, a jovem Unesco publica uma *Declaração sobre a raça*, redigida por sociólogos e antropólogos. Os redatores escrevem:

> Os graves erros ocasionados pelo emprego da palavra "raça" na linguagem corrente exprimem desejavelmente que renunciemos completamente a este termo quando o aplicamos à espécie humana e que adotemos a expressão "grupos étnicos[10]".

Em 1951, um segundo debate organizado pela Unesco chegou a uma *Declaração sobre a raça e as diferenças raciais*, redigida por um grupo de geneticistas e de especialistas em antropologia física. As discussões que

prepararam esta declaração mostram posições muito diversas: alguns participantes consideram que a supressão de *raça* é uma passagem perfeitamente ineficaz (é a posição adotada pelos geneticistas Lesley Dunn e Theodosius Dobzhansky); outros, ao prolongar a posição adotada em 1950, preconizam o abandono de *raça* e sua substituição por *etnia* ou por *grupo étnico* (é a posição adotada pelo antropólogo Asley Mantagu e pelo geneticista Lionel Penrose). Como assinala J. Gayon, o pós-guerra marca a desconstrução biológica da noção de raça humana, no sentido de uma invalidação desta noção no campo teórico das ciências da vida. Por conta dessa desconstrução, termina a passagem da palavra *raça* do léxico da ciência, passagem que foi em suma bastante resumida (fim do século XVIII – metade do século XX), raça sustenta, de partida, uma noção relevante do discurso político (em francês, ela aparece em um contexto de debates sobre a transmissão hereditária da nobreza, no fim do século XV).

Certamente, não ignoraríamos a relevância dos trabalhos conduzidos pós-guerra no apagamento relativo de *raça* em proveito de *etnia*, apagamento que constatamos hoje. Entretanto, não se deve negligenciar um outro fato, que é menos conhecido: o trabalho executado bem antes de 1945, pelos racialistas, desta vez para difundir a palavra *etnia*. Os parágrafos que sucedem põem em evidência e contextualizam os esforços efetuados nesta direção pelos autores racialistas, a começar por Georges Vacher de Lapouge**,** que deu origem à palavra.

O criador da palavra *etnia* na língua francesa é Georges Vacher De Lapouge, que empregou pela primeira vez este termo em 1896 em sua coleção *Les Sélections sociales*[11]. A partir do grego *ethnos*, G. Vacher de Lapouge forma dois exemplos: "Eu propus *ethne* ou *ethnie*, vocábulos dos quais o primeiro é o mais correto, o segundo mais fácil de pronunciar.[12]". (Nos discursos eruditos, no decorrer dos anos de 1930, o termo mais fácil a pronunciar ganhará definitivamente do termo mais correto). Graças ao substantivo *etnia*, Georges Vacher de Lapouge, teórico da raça e da seleção, desejou purificar sua descrição dos grupos humanos: de seu ponto de vista, *nação* permite descrever os humanos segundo seu pertencimento a uma entidade política e socio-histórica, *raça* descreve os humanos segundo suas características biológicas e físicas comuns, *etnia* descreve os humanos por língua e cultura partilhada. Vários racistas e racialistas dos anos 1930-40 retomam a distinção *raça*/*etnia* assim proposta. O doriotista Jacques Boulanger, aliás, muito crítico ao trabalho de G. Vacher de Lapouge, rendeu-lhe muitas homenagens por ter "distinguido mais puramente que seu predecessor [Arthur de Gobineau] a raça de etnia (e é essencial)[13]".

Mas o grande promotor de *etnia* nos anos 1930-40 é George Montandon, médico perito em antropologia, o primeiro teórico etno-racial

a tornar-se, nos fins dos anos de 1930, um ativo militante anti-judeu e depois o expert em raça judia do regime de Vichy[14]. O geógrafo e historiador Roland Breton explica que na metade dos anos de 1930 a palavra *etnia* estava ainda "em concorrência, nos melhores meios científicos, com outros neologismos mais sabidamente propostos aqui e ali: *ethnos*, *ethnicum*, *ethnea*" (R. BRETON, [1981] 1992: 5). Muito talentoso e reconhecido pedagogo por seus contemporâneos, George Montandon permite ao termo *etnia* "adquirir e ganhar, de um público mais amplo, algum interesse" (R. Breton, *idem*).

Com o apoio do comandante Arthur de Gobineau e de Georg mes Vacher de Lapouge, Montandon não pára de defender, a partir do livro que ele publica em 1933 e nas obras posteriores[15], a utilidade da noção de *etnia*. Em março de 1941, George Montandon fez aparecer no primeiro número de uma revista que ele designou de *L'Ethnie française* – título explicitamente escolhido em referência a um livro que ele tinha editado na Payot em 1953, a qual será publicada muito irregularmente até abril de 1944, com o subtítulo de *Revue mensuelle de doctrine ethno-raciale et de vulgarisation scientifique*[16]. A revista relaciona, principalmente, os trabalhos conduzidos no seio do Instituto de Estudos das Questões Judias (IEQJ, transformado em março de 1943 no IEQJER, Instituto de Estudos das Questões Judias e Etno-Raciais), que Montandon dirige a partir de janeiro de 1943. Na quase totalidade dos artigos que ele publica ao longo da impressão da *L'Ethnie française*, George Montandon explica incansavelmente a centralidade da noção de *etnia* para a descrição dos grupos humanos. Isso se dá também no semanário colaboracionista e anti-semita *La Gerbe*, onde ele escreve regularmente entre 1940 e 1944, ou ainda na *Au Pilori*, onde ele assina ocasionalmente artigos.

Etnia, tal como concebida por G. Mantondon, é um hiperônimo de raça: "a *etnia* não supõe a raça: ela a engloba[17]". A característica de *etnia* se explica pela definição que G. Montandon dá a este termo:

> A *etnia* é o agrupamento *natural* definido pela totalidade dos caracteres humanos, distribuída em cinco classes: *somáticas* (isto é raciais propriamente ditas), *lingüísticas*, *religiosas* (importantes para a definição de algumas etnias, como a etnia judia), *culturais* e *mentais*[18].

Notemos que, por sua característica central na teoria e por sua dimensão relativamente englobante das outras noções, a *etnia* tal como considerada por George Montandon é muito próxima desta que os nazistas, na mesma época, chamaram *Volkstum*. Derivada do substantivo *Volk*, o substantivo *Volkstum* poderia ser traduzido por *nacionalidade*

ou por *caráter nacional*. Mas, na realidade, *Volk* não se resume a *povo*, *Volkstum* não se deixa tomar nessas traduções. Valorizada no movimento romântico alemão, *Volkstum* designa a tradição popular sob um modo essencialista: o *Volkstum* é o espírito original do povo, a essência ou a alma da nação (mas uma nação considerada como uma "nation ethnos"), seu princípio unificador[19]. Mais tarde, no vocabulário nazista, *Volkstum* assume uma dimensão racial e designa, poderíamos dizer, a "população como raça". O Código penal nacional-socialista de 1933 enuncia assim: "É dever do Estado nacional-socialista colocar um termo para a mestiçagem racial produzida na Alemanha depois dos séculos e de fazer de tal modo que o sangue nórdico, ainda dominante hoje no Volkstum alemão, impregne de novo em nossa vida sua qualidade particular[20]". A exemplo de *etnia* em Montandon, o *Volkstum* dos anos 1930-40 engloba a raça.

Por conta do caractere central, a seus olhos, da noção de *etnia*, George Montandon utiliza moderadamente as palavras *raça* e *racial* em seus escritos. Mas ele faz um uso abundante das palavras *etnia* e *étnico*, que ele contribui para difundir na língua francesa. Podemos notar que esta difusão permanece, todavia, modesta: na França dos anos 1930-40, é muito mais a palavra raça que domina. Tal predominância pode ser verificada na leitura dos documentos da época, em que *raça* e seus derivados são muito mais empregados que *etnia* e seus derivados. Isso é igualmente atestado nos diversos enunciados que expõem a palavra *raça* como uma palavra de emprego corrente, tal qual este enunciado do fim do ano de 1933: "Hoje não somente os estudiosos, mas também o grande público, falam correntemente das raças, do racismo, em uma perspectiva científica como um assunto realmente atual[21]".

A iniciativa de Montandon, ainda que conduzida com o método de espírito pedagógico e a determinação de um homem convicto, está longe de ser coroada pelo sucesso; daí o fato que os anti-racistas do pós-guerra terão se interessado por *raça* e não por *etnia*.

Etnia e os termos que dela derivam são feitos objetos, na França, de duas promoções sucessivas.

Primeiro, em um contexto racista e racialista que se estende do fim do século XIX aos anos de 1940, *etnia* é valorizada porque ela completa utilmente *raça* e permite afinar a descrição. Notemos que é possível visualizar os prolongamentos desta promoção nos desenvolvimentos contemporâneos de um "racismo sem raça", ao qual se postula a irredutibilidade das diferenças culturais antes das diferenças biológicas hereditárias. Este "racismo sem raça" implica - e produz, de fato, nos discursos - uma marginalização relativa de *raça* e um avanço dos termos *etnia*, *cultura*, *identidade*, *tradição*, *mentalidades* ou ainda *civilização*. Os discursos e

as práticas que operam tais distinções compreenderam oportunamente que existe, como aponta Pierre Taguieff, uma "independência funcional do racismo em relação a uma determinação científica do termo 'raça'" (P.-A. Taguieff, [1987] 1990: 106-107) e que "desembaraçar-se do conceito científico de raça ou de seu primado metodológico não equivale a anular e erradicar a eficácia simbólica da racização" (op. Cit. : 106).

Em seguida, no contexto anti-racista, que se constitui pouco a pouco após 1945, vê-se a palavra *etnia* valorizada em sua difusão, mas dessa vez ela admitiria substituir a palavra *raça* de hoje em diante manchada. Esse segundo contexto de difusão é provavelmente o mais conhecido hoje, o mais vivo nas memórias de cada um.

2. Etnia e raça: recobrimentos semânticos

A passagem de *raça* à *etnia*, nos numerosos discursos, se tornou mais fácil porque estas duas palavras, longe de serem separadas por uma divisão estanque em suas significações, apresentam fortes recobrimentos semânticos. Na maioria dos dicionários de língua, uma das representações de *raça* (a raça como grupo cultural) recobre a significação principal de *etnia* (que raramente refere à raça). O *Trésor de la langue française*, por exemplo, registra entre as significações de *raça*:

> 1. Agrupamento natural de seres humanos, atuais ou fósseis, que representam um conjunto de características físicas comuns hereditárias, independente de sua língua e nacionalidade.
> 2. Conjunto de pessoas que apresentam características comuns relativas à história, em uma comunidade atual ou passada, de língua, de civilização sem referência biológica devidamente fundamentada.

A segunda referência de *raça*, que se define pelo cultural em oposição ao biológico, corresponde estritamente à representação de *etnia* dada pelo mesmo *Trésor de la langue française*:

> Grupo de seres humanos que possuem, mais ou menos em sua maioria, uma herança sócio-cultural comum, no que diz respeito à língua.

Os dicionários registram muito mais o inverso disto que observamos nos discursos: segundo os dicionários *raça* funcionaria como hiperônimo de *etnia*; nos discursos contemporâneos, *etnia* tem a tendência de funcionar como hiperônimo de *raça*.

Esta divergência entre os discursos da lexicografia e os discursos correntes não deve impedir de se ver a conclusão essencial dessas observações: *raça* e *etnia* não são estranhas uma à outra do ponto de vista semântico. Em alguns enunciados, derivados de *raça* e derivados de *etnia* são empregados com uma co-referência que sugere uma proximidade semântica estreita dos dois radicais. Assim como um jornalista utiliza *separação étnica* como anáfora de *demarcação racial*.

> Em Los Angeles, a demarcação é também, antes de tudo, racial [e não social]. Bairros brancos, bairros negros, hispânicos, chineses, cambojanos... Esta separação étnica dos bairros resulta da política de segregação sistemática nos lugares de trabalho, na escola e na vida pública, que prevaleceu até 1940[22].

Eis, ainda, quando um jornal utiliza sucessivamente *tensão inter-étnica* e *incidentes raciais* para designar a mesma coisa no artigo de título "Tension interethnique sur l'île aux Chiens" ["Tensão inter-étnica na ilha dos Cães"]:

> Desde a eleição, em setembro, de um membro do partido fascista BNP no conselho municipal deste bairro popular no sudoeste de Londres, os incidentes raciais se multiplicam[23].

A substituição parcial de *raça* por *etnia* explica, em parte, que os derivados de etnia sejam portadores da idéia de raça: o termo *etnia* sendo produzido se substitui por *raça* recuperando parcialmente suas capacidades designativas. Com efeito, reencontramos enunciados dos quais um derivado do radical *etnia* remete à *raça* biológica ou designa raças biológicas. Um jornalista, após ter evocado a co-presença em Los Angeles "dos Negros", "dos Asiáticos" e dos "Brancos", definiu, portanto, grupos biologicamente, o que explica a coabitação desses grupos:

> Na rua, todas as etnias podem se misturar; não as gangues[24].

Como testemunha este artigo *etnias* pode assim designar raça.

Alguns enunciados encontrados em um corpus que nós constituímos para o estudo da fórmula *purificação étnica*[25] mostram também que os derivados de *etnia* podem ser portadores da idéia de raça e que a fórmula da *purificação étnica* pode ser interpretada como indicando o racial. É desse modo que compreendemos um enunciado de Pierre Bouretz, redator chefe da *Esprit*. Este, na *La Croix*[26], explica que os atos

cometidos pelos nacionalistas sérvios revelam um crime contra a humanidade. Estes atos tendo, escreve ele, "a forma" ("porque eles tocam essencialmente nos civis"). Eles "têm assim os motivos: político de hegemonia ideológica, fator religioso, critérios raciais quando se tem em vista um empreendimento de "limpeza étnica" conduzindo o projeto de uma "purificação étnica".

É ainda esta presença da idéia de raça nos termos derivados de *etnia* que dão coerência à manchete do artigo publicado em um semanário de informação geral para adolescentes:

> Sérvios, Croatas e Muçulmanos se afrontam na Bósnia-Herzegovina. Os Sérvios perseguem sua "limpeza étnica", sinônimo de exterminação racial[27].

3. *Etnia* vista como eufemismo de *raça*

Se *etnia* pode remeter a *raça* (e reciprocamente, sobretudo após os dicionários), os dois termos não são do mesmo modo considerados iguais na maneira de indicar a referência de um nome: *etnia* e seus derivados são freqüentemente lembrados como modos de acesso desviados, indiretos, a um objeto designado, enquanto *raça* e seus derivados nomeariam frontalmente. Dito de outro modo, *etnia* é vista como um eufemismo.

Esta caracterização, aquela mesma que conduz numerosos locutores a colocar sobre *etnia* o que nós chamamos de um "julgamento de eufemização[28]", nos parece diretamente ligada às condições da qualificação de *etnia* e de seus derivados no pós-guerra: utilizando *etnia*, não se fazia senão substituir um termo tornado inútil por um outro termo mais apresentável, pois este era menos marcado discursivamente (percebido como tal).

Por exemplo, é porque eles recusaram participar disto que consideravam "estratégias de eufemização", segundo a expressão de Étienne Balibar (1992:249), que alguns participantes de um colóquio organizado em 1992 sobre o tema "A palavra *raça* é excessivamente empregada na Constituição Francesa?[29]" responderam negativamente a esta questão. O mesmo motivo já tinha conduzido alguns participantes dos debates organizados pela Unesco nos anos 1950 a considerar como uma falsa boa idéia a substituição de *raça* por *etnia* ou por *grupo étnico*. Mais recentemente, o mesmo argumento foi empregado no contexto dos debates suscitados por uma proposição de lei tendendo a suprimir a palavra *raça* da legislação francesa[30]. Pascal Clément, por exemplo, presidente da Comissão de leis, contrário a essa proposição, tinha a

seguinte proposta (falando ele em terceira pessoa, como é de uso nesse tipo de texto):

> Após ter indicado que uma *etnia* era, segundo sua definição mais conhecida, uma sociedade humana considerada homogênea, fundada sobre uma concepção partilhada de uma mesma origem e possuindo a mesma cultura e a mesma língua, observou-se que seus atributos pareciam muito próximos desses comumente atribuídos à raça e que em conseqüência, a proposição de lei advinha de um eufemismo adotando uma tentativa inspirada por uma preocupação 'politicamente correta", mas juridicamente infundada[31].

Na imprensa, reencontramos enunciados que, de modos diversos, caracterizam *etnia* ou um de seus derivados como um termo que mascara o real, que nomeia negligentemente ou que esconde um outro termo, que não seja ele mesmo *raça*:

> Oculta-miséria da raça, a noção de *etnia* cai na França sob o golpe de diversas proibições[32].

Ou em outras palavras:

> As guerras tribais (chamadas hoje "rivalidades étnicas" em politicamente correto) permanecem [na África] um fenômeno massivo, como testemunha a tragédia ruandesa[33].

O fato de *etnia* e *étnico* serem percebidos como eufemismos deixa transparecer nos discursos contemporâneos um emprego no mínimo embaraçoso: utilizar a palavra de maneira deturpada não é visto positivamente no mundo em que o "pensar justo" é suposto de um uso da "palavra justa", visando de alguma maneira diretamente o real.

4. *Etnia* e *étnico*: hetero-designantes negativos

A palavra *Etnia* não tem somente semelhanças e diferenças em relação à *raça*: é possível se interessar por *etnia* e por seus derivados eles mesmos. Tal como eles funcionam no universo discursivo contemporâneo da língua francesa, a característica mais notável destes termos é que eles participam de modos diversos, de hetero-designações: *etnia* designa "os outros"[34], ou ainda, como o escreve Annamaria Rivera, "os outros são sempre étnicos[35]". *Etnia* aparece como um termo que permite

nomear as representações da alteridade, ou ainda, construir categorias "de alteridade", para tomar as palavras de Collete Guillaumin ([1972] 2002:13). Nas páginas seguintes, nós nos propomos analisar precisamente em que sentido os étnicos são os "outros".

Em um primeiro nível, intuitivo e rápido, *etnia* parece participar da hetero-designação na ordem da geografia. *Etnia* designaria "os outros distantes". Falaremos assim das *etnias* no Afeganistão, na Caucásia ou na África (a propósito da qual falaremos, por exemplo, dos Dinkas como a "principal etnia do sul do Sudão"[36] ou de Hutus como a "etnia majoritária[37]" do Burundi). Mas não falaremos de *etnia francesa* – diferença notável com período de 1930-40 – em que não falaremos mais de *etnia bretã*, de *etnia magrebina* ou de *etnia corsa* (mas sim de *cultura bretã*, de *comunidade magrebina* e de *povo corsa*[38]). Em contrapartida, é possível notar que este permanece, para designar os fatos ou os acontecimentos que se produzem na França, em que se recorre ao adjetivo *étnico*[39], (que compreende as margens dos discursos de extrema direita, que fazem por sua parte um emprego singular e singularmente freqüente[40]). Esta observação indica que a relação do adjetivo *étnico* com o nome *etnia* não obedece às leis da física moderna (nada se perde, nada se cria), fenômeno, aliás, que nós temos analisado como um índice de ambigüidade relacional associado a uma sub-determinação enunciativa[41].

Em apoio a este tese intuitiva segundo a qual *etnia* serve para a hetero-designação na ordem da geografia, alguns empregos do adjetivo *étnico* parecem revelar o perfume longínquo que exala este termo. Nos domínios das vestimentas e acessórios de moda[42], naqueles do mobiliário e da decoração de interiores[43], ou ainda nas indústrias de produtos alimentares e de alimentação[44], *étnico* funciona como sinônimo de *exótico*. Por exemplo:

> Tecidos astecas multicolores, perfumes de especiarias irradiados, promoções de tacos e guacamole... A moda está nos produtos étnicos[45].

Na mesma perspectiva, o emprego substantival do adjetivo pode designar os produtos exóticos (assim podemos ler que "o étnico se desenvolve sobretudo em brisas frescas"[46]). Não é o *étnico*, neste emprego, que é realmente percebido como estranho aos hábitos (na ocorrência, os hábitos dos franceses). É assim que "os raviólis ou o cuscuz" pertencem ao "étnico de antigamente[47]", segundo uma revista semanal profissional especializada em distribuição. Dito de outro modo, estes pratos não são mais produtos étnicos, porque eles foram "assimilados" ou "integrados" – precisamente – às praticas alimentares da sociedade francesa.

No entanto, o valor de *etnia* como designando "os outros distantes"

nos apresenta uma conseqüência finalmente menor de uma caracterização dos "outros" bem mais radical e que sustenta a palavra *etnia*. Esta caracterização, no rastro da qual o hetero-designante de valor geográfico é talvez formado por um traço em que "os outros" são outros politicamente e em seu sistema de valores: *etnia* é um hetero-designante de valor político e designa "os outros diferentes na política". A acepção moderna de *exótico* ("Aquilo que vem dos países longínquos e quentes", diz o *Nouveau Petit Robert*) remete, nesse caso, à sua etimologia (*estrangeiro*) e na sua acepção mais antiga ("Àqueles que não pertencem às civilizações do Ocidente"). Assim como a África é mais distante da França[48] e o é a Corsa (ou Brest) de Paris, os seus habitantes são descritos com o auxílio dos derivados de *etnia*, porque se supõe que eles funcionem em um sistema político diferente do "nosso".

Deste ponto de vista, *etnia* reencontra as origens históricas que o termo tinha perdido com os racialistas dos anos 1930-40. De fato, se a palavra *etnia* chega tardiamente à língua francesa, sob a pluma de Vacher de Lapouge, os seus parentescos com o grego, com o latim e com o antigo e comum francês já se faziam presentes bem antes de 1896, sempre com acepções que os tornavam hetero-designantes negativos. Antes da inovação proposta por Vacher de Lapouge, a palavra grega *ethnikos*, derivada de *ethnos*, origina as palavras do latim eclesiástico, que passarão em seguida ao francês[49]. Tendo em vista o nosso propósito, é fundamental analisar os valores destes diferentes termos: uma exploração de sua trajetória esclarece a permanência histórica de seu funcionamento observável hoje no universo discursivo francês. *Ethnos*, para os gregos antigos, designa toda classe dos seres vivos, animais ou humanos, que vivem juntos. Mais restritivamente, *ethnos* designa os povos que não são organizados em *polis*: Aristóteles definiu *ethnos* como uma população que vive fora do sistema da Cidade. Annamaria Rivera (1999: 47) comenta assim esta acepção aristotélica e lembra o quanto *etnia*, desde a origem, caracteriza os outros por seu caractere deficitário:

> A *polis* era uma cidade-Estado, uma comunidade dotada de costumes e de leis bem definidas, ao contrário de *ethnos* que designava uma população de instituições mal afirmadas, uma forma apolítica de organização social, anterior e inferior à polis. Os *ethnê* eram, em suma, as sociedades outras, aquelas dos gregos por assim dizer "*incivis*" e aquelas dos "*Bárbaros*", que não falavam a língua grega.

A partir da palavra grega *ethnikos*, o latim da Igreja forma *ethnicus*, que serve para designar as nações e as superstições pagãs. Estes são, por-

tanto, sempre "os outros" estranhos ao sistema que se encontram designados, salvo se é questão do sistema religioso, e não mais político, o que não é radicalmente diferente em um mundo onde o religioso e o político se associam para atribuir a cada um seu lugar na sociedade e para determinar a cada sociedade seu lugar ao olhar dos outros grupos humanos. É com sua acepção estritamente religiosa que a palavra chega à língua francesa, primeiramente como substantivo, com duas grafias (*etnique*, no século XIII, passando a *ethnique*, na metade do século XVI), depois como adjetivo (*ethnicque* na metade do século XVI, passando a *ethnique* na metade do século XVIII). A partir da metade do século XVIII, *ethnique* rompe com suas origens latinas eclesiásticas. Seu estrito sinônimo com *païen* [*pagão*], que atesta os dicionários do antigo e comum francês se apaga, e o adjetivo *ethnique* sai do domínio religioso para designar aqueles relativos a uma população, sem o domínio metalingüístico acessível primeiramente[50], emprego este que ainda perdura. Após 1896, Vacher de Lapouge criou o substantivo *ethnie* [*etnia*], o adjetivo já existente conquista em seu trajeto um neologismo novamente forjado: *ethnique* [*étnico*] que pode qualificar "o que é relativo à etnia". Assim, contra toda intuição, e contra um sentimento lingüístico sem dúvida bastante partilhado, esta acepção do adjetivo é somente, como escreve o *Dictionnaire historique de la langue française*, um sentido "por extensão".

As palavras *ethnie* [*etnia*] e *ethnique* [*étnico*] parecem hoje ter sido muito esquecidas de seu périplo no discurso racialista, onde elas podiam ser úteis para a auto-designação e designar positivamente, assim como fazia Montandon a apologia da "etnia francesa" em sua revista de mesmo nome. De suas origens gregas, latinas e francesas antigas, convém todavia muito bem sublinhar: elas designam sempre "os outros" exteriores ao sistema.

Este sistema não é mais aquele do sentido estrito da *polis* grega, menos ainda o cristão, mas aquele da cidadania: *ethnie* [*etnia*] e *ethinique* [*étnico*] caracterizam um grupo fora de sua relação a um Estado. E, de fato, os diferentes critérios conservados mais ou menos pelos etnólogos e antropólogos para definir etnia (parcela de um auto-designante, referência a uma história ou mitos comuns, unidade de língua, território comum, endogamia, especialização em atividade sócio-econômica[51]...) não consideram a cidadania. *Ethnie* [*Etnia*] e *ethnique* [*étnico*] remetem assim aos "outros" que figuram fora do sistema avaliado positivamente, aquele da cidadania e da relação a um Estado, a "outros" que figuram em um sistema avaliado negativamente e que pode ser considerado através de categorias tais como " nation ethnos" ou "comunitarismo", por exemplo. O historiador inglês professor nos Estados Unidos, Benedict Anderson ([1983] 2002), descreveu o processo de construção dos Estados

nacionais no centro da noção de "comunidade imaginada" ("imagined community"), que retoma o processo de "communalisation" ["comunalização"] proposto por Max Weber ([1922] 1995: 78-82). De acordo com B. Anderson, os Estados nacionais são constituídos graças a uma crença, difundida e mantida especialmente pela mídia, segundo a qual um conjunto de comportamentos, de atitudes e de valores é partilhado pelas outras pessoas com as quais algum contato interpessoal não será nunca estabelecido: cada indivíduo tem uma chance nula de reencontrar em sua vida todos os indivíduos que são membros da comunidade e, no entanto, ele os imagina como próximos, parecidos e pertencentes à mesma comunidade que ele.

Tal como são empregados no espaço discursivo francês atual, *etnia* e *étnico* remetem a indivíduos e a grupos do qual o funcionamento escapa àquele de uma "comunidade imaginada", ou porque eles não tenham ainda acedido (o sistema político subjacente a *etnia* é então apreendido como a sobrevivência de uma organização arcaica) ou porque eles tenham acedido, eventualmente, incompletamente, e em seguida estejam fora dele (o sistema subjacente a *etnia* é então apreendido como uma regressão do progresso político). O uso da categoria "*etnia*", neste sentido, produz ao mesmo tempo um ponto de vista evolucionista sobre o devir das sociedades humanas.

Os enunciados que se remetem ao espaço iugoslavo, redigidos durante a guerra na Croácia e ou na Bósnia, testemunham a negatividade da categoria "etnia" em oposição à "cidadania", categoria marcada de maneira positiva no espaço público francês contemporâneo:

> Não há nacionalismo bósnio, há uma cidadania bósnia. De fato, é a única República da Iugoslávia que afirma o primado da cidadania sobre a etnia. Ela representa a miniatura da Iugoslávia democrata e aberta da qual poderíamos esperar a criação[52].

Encontramos a mesma oposição sob a pluma de um repórter segundo o qual é preciso sustentar a capital da Bósnia por uma única razão "os defensores de Saravejo lutam por uma idéia: o direito dos cidadãos, que deve primar sobre as etnias[53]". As palavras *comunidade*, *religião*, *fé*, *tradição* formam igualmente o pólo negativo de "etnia" que se opõe a "cidadania" valorizada, o que indica também, por exemplo, este extrato de uma tribuna de Salman Rushdie:

> Os habitantes de Saravejo não se definem em termos de fé ou de comunidade, mas simplesmente – e honradamente – em termos de cidadania. Se esta cidade cair, nós todos seremos seus refugiados[54].

Conclusão

Para concluir, é preciso insistir no fato de que estas considerações finais sobre *etnia* e seus derivados correspondem e não correspondem nos seus usos contemporâneos, na língua francesa, no espaço público francês. Eles não são *a priori* transposições de um universo discursivo onde reinam não somente outras línguas, mas também outros valores sociopolíticos, uma outra História e memórias outras da História. O lingüista, que trabalha sobre a língua, deve considerar os efeitos que a língua produz ela mesma como sistema de impedimentos (ele "deve supor" no sentido bem real de uma condição de possibilidade em seu trabalho, a crença sendo uma tendência não somente a seguir, mas ainda a refletir). Ele sabe, em conseqüência, que se deve desconfiar de tudo o que, pelo fato de que a língua exista, afete o sentido[55]: lematização; tradução de língua a língua que muda as conotações e os domínios de aplicabilidade referencial; transformações morfossintáticas que têm por conseqüência instaurar o unívoco do mesmo modo que a sub-determinação é constitutiva do que se está dizendo; manipulações diversas que têm por efeito impor o homogêneo lá onde precisamente é o heterogêneo que se precisaria tentar reter; e tudo o que impede de por em evidência as ambigüidades, que são um discurso ao mesmo tempo das condições de sua viabilidade e as possibilidades de seu perigo. O historiador, o cientista político, o sociólogo, o antropólogo, eles devem crer – igualmente no sentido de um postulado necessário – na característica intransponível dos tempos históricos e sociais para os homens e mulheres que vivem nestes tempos e nestes espaços. Eles sabem que devem desconfiar do anacronismo (não que se deva renunciar às virtudes deste, mas deve-se ter consciência de que procedemos ao anacronismo quando a ele recorremos). O analista do discurso deve crer nos dois (posição de modo algum insustentável, aliás): considerar que a língua é alguma coisa da qual é impossível de se livrar e crer que esses fatos da língua que ele tenta descrever e interpretar não fazem sentido senão na sociedade humana que os torna fala.

No caso de *etnia* e de seus derivados, não é suficiente dizer que toda a língua que não seja o francês necessitaria de uma exploração específica. É necessário acrescentar que isso mereceria uma investigação à parte, em toda língua tal qual ela é empregada em um espaço público dado. Por exemplo, o universo discursivo anglo-americano dispõe essencialmente de *ethnic group* e de *ethnic community* (como os únicos equivalentes possíveis de uma *ethnie* [*etnia*] que não existe sob a forma substantival no outro lado do Atlântico[56]), de *ethnic* e de *ethnical* como adjetivos gêmeos e, enfim, de *race* e de *racial*. Se o universo discursi-

vo anglo-americano apreende de maneira singular estes termos assim como as relações que estes estabelecem, não é somente por conta dos recursos próprios da língua anglo-americana, mas principalmente por causa das concepções específicas de nação e de comunidade, de uma agenda pública diferente (posta à ordem do dia de um *Negro problem,* por exemplo, mas não de um *problema de imigração*) e de uma divisão acadêmica neste instante muito pouco praticada na França[57]. Quanto aos espaços públicos parcialmente francófonos – belga, do Quebec, algeriano, libanês, egípcio, senegalês, maliano... – nada impede de fazer a hipótese que estejam em funcionamento os mecanismos que nós isolamos no curso deste artigo.

No espaço público francês contemporâneo, em todo caso, assim como nós quiséramos mostrar, *etnia* e *étnico* aparecem como instrumentos e lugares lexicais – discretos mas eficazes no discurso – da separação e da determinação em política.

Tradução: Marcos Aurélio Barbai

Notas

1. N. do Trad. Este texto foi publicado no *Cahiers de lexicologie. Revue internationale de lexicologie et de lexicographie*, Paris, Editions Garnier, nº 87, 2005/2. pp. 141-161.

2. Centre d'études des discours, images, textes, écrits, communications - http://www.univ-paris12.fr/www/labos/ceditec

3. Para mais detalhes ver A. Krieg-Planque (2003:23-25). Esta distinção é inspirada em N. Loraux e P. Achard (1997).

4. N. do Trad. A expressão doriotista indica um colaborador da doutrina de Jacques Doriot (1898-1945), um político fundador do partido popular francês (PPF) e ligado ao fascismo na França.

5. Ver as narrativas relatadas por Midhat SAMIC, *Les voyageurs français en Bosnie à la fin du 18e siècle et le pays qu'ils ont vu*, Paris, Didier, 1960, 282p.

6. Jean-Claude Berrier, *La Youguslavie*, Paris, Fernand Nathan, 1958, 159 p.; p.13.

7. Eric Moranges, "Les tentations de la sécession", *Le Quotidien de Paris*, 6 mai 1980, p. 5.

8. As informações que seguem neste parágrafo são principalmente retiradas de J. Gayon (1997). Ver também P.-A. Taguieff (1992).

9. Claude Lévi-Strauss, *Race et histoire*, Paris, Unesco, La question raciale devant la science moderne, 1952, 50 p. Reeditado em: Claude Lévi-Strauss, *Anthropologie structurale II*, Paris, Plon, 1973, 450 p. ; 377-422.

10. Unesco, Déclaration sur la race, 18 juillet 1950, § 6. Citado por P.-A. Taguieff (1992: 228).

11. Geoges Vacher de Lapouge, Les Sélections sociales. Cours de science politique professé à l'université de Montpellier (1888-1889), Paris, Albert Fontmoing, 1986, 503 p. Sur Geoges Vacher de Lapouge (1854-1936) et ses conceptions ethno-raciales, voir: P.-A Taguieff (1991, 1994, 1998: 91-163); A. Béjin (1982 et 1996); C.Cohen (1991). G. Thuillier (1997).

12. Citado por A. Béjin (1996: 4 390).

13. Jacques Boulanger, *Le Sang français*, Paris, Denoël, Coll. Aspects de la science, 1943, 349 p. Citado por P.-A. Taguieff (1998: 151).

14. Sobre George Montandon (1879-1944, existe para este sobrenome duas grafias) e seus trabalhos, ver M. Knobel (1988 e 1999); R. Meyran (1999); D. Fabre (1997); P. Birnbaum (1993: 187-198).

15. Ver, de George Montandon a partir de 1933: *La race, les races. Mise au point d'ethnologie somatique*, Paris, Payot, Coll. *Traité d'ethnologie cyclo-culturelle et d'ergologie ssystématique*, Paris, Payot, Coll. Bibliothèque scientifique, 1934, 778 p.; *L'Ethnie française*, Paris, Payot, Coll. Bibliothèque scientifique, 1935, 240 p.; *Comment reconnaître et expliquer le Juif*? Seguido de *Portrait moral do Juif*, Paris, Nouvelles Éditions Françaises, 1940, 94 p.

16. A coleção integral de *L'Ethnie Française* foi objeto de uma reedição em fac-simile em 1933, sob o título George Montandon e *L'Ethnie Française* (1941-1944). Após nossas investigações pessoais, a publicação desta obra, editada por uma efêmera casa de edição nomeada Arquivos de história da etnologia (Paris), foi visivelmente destinada a fazer circular as teses de Montandon nos meios de extrema direita e neo-nazistas.

17. George Motandon, "Racisme et Juifs", *L'Ethnie française*, nº 7, janvier 1943, p. 2-6.

18. George Montandon, "Ce que signifie ethnie française", L'Ethnie française, nº 1, mars 1941, p. 2-4. Sublinhado por Montandon.

19. Ver H. Bausinger ([1971] 1993: 33-37 e 68-72).

20. Citado por É. Conte e C. Essner (1995 : 214).

21. Extraído de um artigo publicado na *La Rue scientifique*, 23 décembre 1933. Citado nas páginas promocionais não numeradas realizadas pelas edições Payot para o livro de George Montandon, *La race, les races. Mise au point d'ethnologie somatique*, e figura no fim da obra de Montandon, *L'ologenèse culturelle. Traité d'ethnologie cyclo-culturelle et d'erologie systématique*, Paris, Payot, Coll. Bibliothèque scientifique, 1943, 778 p.

22. Ivan Trousselle, "Les quartiers de Los Angeles". *La Croix*, 17 octobre 1995, p. 4.

23. Manchete de um artigo de Fabrice Rousselot, "Tension interethnique sur l'île aux Chiens". Libération, 5 avril 1994, p. 10.

24. Jean-Pual Mari, "USA: les nouveaux sauvages" [article sur les gangs à Los Angeles], *Le Nouvel Observateur*, 19 août 1988, p. 40-42.

25. Este corpus elaborado no quadro de nossa tese de doutorado em ciências da linguagem (A. Krieg, 2000) é composto de enunciados provenientes principalmente da imprensa francesa. Ele comporta mais de 5000 ocorrências de variantes da fórmula da *purificação étnica*. (Designamos por variante da fórmula uma unidade ou uma série de unidades remetendo à fórmula, como purificação étnica, limpeza étnica, depuração étnica, etnicamente puro, pureza étnica, sendo depurado etnicamente, autolimpeza étnica...) Ver também a obra que resulta de dois dos seis capítulos da tese: A. Krieg-Planque (2003).

26. Pierre Bouretz, "Crime contre l'humanité", *La Croix*, 12 août 1992, p. 14. As citações que seguem são extratos dessa tribuna.

27. Manchete de um artigo de Pierre Bruynooghe, "Yougulasvie: le pays à feu et à sang", *Les Cités de l'actualité*, 20 août 1992, p. 2.

28. Sobre o julgamento de eufemização e sobre o eufemismo como categoria de avaliação axiológica, isto é, o fato de um eufemismo ser um eufemismo para qualquer um (ou para uma comunidade, ou um grupo, um partido, uma época... mas não em si), ver A. Krieg-Planque (2004).

29. As atas do colóquio estão publicadas em *Mots*. As Linguagens da política (1992).

30. Esta proposição de lei tinha sido destituída em 13 de fevereiro de 2003 por iniciativa do deputado Michel Vaxes. Ele tendia "a suprimir a palavra 'raça' e a substituir por alguns adjetivos derivados deste termo, tal qual "racial" e "raciais", pelo adjetivo "étnico". A comissão de lei da Assembléia Nacional recusou examinar o texto, avaliando particularmente que a palavra *raça* era mais útil na luta contra o racismo do que a supressão deste termo.

31. Pascal Clément. Examinando em comissão a proposição de lei de Michel Vaxés, vários deputados tenderam à supressão da palavra *raça* da legislação (nº 623). Reunião de 5 de março de 2003. Resumo nº 30.

32. Tribuna de Norbert Rouland, "La France et sés peuples autochtones", *Le Figaro*, 19 juin 1996, p. 12. Assinado por Rouland.

33. Alain Griotteray, "Un rêve africain", *Le Figaro*, 7 avril 1994, p. 45. Assinado por Griotterray.

34. Nós escrevemos "os outros" e não "o Outro", "o outro" ou "outrem", pois o que está em causa aqui não é a relação entre sujeitos, como em *Nós e os outros* de Tzvetan TODOROV (1989), mas, a relação entre "nós", o grupo cultural e social ao qual eu pertenço e, "os outros", aqueles que pertencem a grupos culturais e sociais identificados como diferentes dos meus.

35. A. Rivera (1999:44). Ver igualmente J.-L. Fournel e J.-C. Zancarini (2000).

36. Pierre Blanchet, "Sudan: les aiguilleurs de la suivre", *Le Nouvel Observateur*, 7 octobre 1988, p.54.

37. Nota em destaque, "Burundi. Vinte pessoas foram assassinadas segunda no norte do país", *Libération*, 23 de novembro 1994, p. 15.

38. Expressão utilizada nos debates sobre a reforma do estatuto da Córsega, que fora invalidada, em 1991, pelo Conselho constitucional.

39. Por exemplo: "Hoje, seu número [dos Negros que vivem na França] multiplicou por dez. Uma população cada vez mais jovem, viva, visível, composta por africanos, mas também por antilhanos, os negros [Blacks] fazem parte da nossa paisagem étnica". (Patrick Séry e Macha Séry, "Les défis de Blacks à la France", L'Événement du jeudi, 16 septembre 1993, p. 67-69).

40. Encontraremos com freqüência o adjetivo *étnico* nas colunas da imprensa de extrema direita, sobretudo através de expressões tais como *banlieu ethnique* (periferia étnica), *dealer ethnique* (traficante étnico), *voyou ethnique* (delinqüente étnico), *quartier ethnique* (bairro étnico), *bande ethnique* (bando étnico).

41. Em poucas palavras, eis como nós vemos a relação entre *étnico*, adjetivo denominal, isto é, um derivado do nome (ou, aqui, visto como tal), e o substantivo *etnia*. Nós consideramos que *étnico* é ao mesmo tempo relacional e ambíguo (isto é, que o adjetivo não faz aparecer univocamente a relação que se estabelece entre o nome *etnia* do qual ele deriva e o nome que o rege – por exemplo *conflito* em *conflito étnico*) e enunciativamente sobre-determinado (isto é, deixando-o em estado de sub-determinação na ação enunciativa do termo *etnia* do qual ele é subjacente – dito de outro modo, o termo *étnico* é sub-determinado pela ação do pressuposto de existência de 'etnia (s)' como categoria do mundo). Para mais detalhes sobre este funcionamento do adjetivo denominal, ver A. Krieg (2002).

42. Ver Laurence Benaim, "Jean-Paul Gautier: ethnique chic", *Le Monde*, 23-24 octobre 1988, p. 12.; "L'ethnique chahute le strict", páginas de moda em Elle, 23 de setembro de 1996, p. 106-107.

43. Ver Emanuelle Toscan du Plantier, "Ethnique", *L'Express*, 21 janvier 1993, p. 32. O leitor poderá igualmente consultar um catálogo de vendas correspondente a decoração, mobiliário ou vestuário da casa.

44. Ver Sylvain Aubril, "L'ethnique rattrapé par la crise", *LSA*, Paris, nº 1586, 28 de maio de 1998, p. 58-59.; Sylvain Aubril, " Le portrait-robot du consommateur de plats ethniques se dessine", *LSA*, nº 1591, 2 juillet 1998, p. 38-39.; Sylvie Guingois et Bruno Askenazi, "Le courant ethnique fait école", *LSA*, nº 1607, 19 novembre 1998, p. 62-65.

45. Joëlle Frasnetti, "En vogue: l'ethnique, la chaleur", *Le Parisien*, 30 de abril de 1994, p. 3.

46. Sylvie Guingois et Bruno Askenazi, "Le courant ethnique fait école", *LSA*, nº 1607, 19 novembre 1998, p. 62-65.

47. Sylvain Aubril, "Le portrait-robot du consommateur de plats ethniques se dessine", LSA, nº 1591, 2 juillet 1998, -. 38-39.

48. N. do Trad.: A autora emprega neste texto a expressão *l'Hexagone*, ou seja, um modo de designar a França por conta de sua forma no mapa. Optamos no texto diretamente pela expressão França.

49. As informações que se seguem são retiradas principalmente do *Littré*, do *Trésor de la langue française* e do *Dictionnaire historique de la langue française*. Ver também M. Casevitlz e L. Basset (1996).

50. *Ethnique*, adj., 1972: que serve para designar uma população. Palavra *ethnique*. "*Français*" é um nome *ethnique*. *Ethinique*, subst., 1864: denominação de um povo. O *ethnique* de *France* é "*Français*".

51. Estes critérios, mais ou menos pertinentes às regiões do globo, não convergem necessariamente. Aliás, depois dos anos de 1960, a noção de "ethnie" é considerada uma problemática para os etnólogos e antropólogos eles mesmos, pois utilizam pouco a palavra *ethnie* [etnia] em seus trabalhos, e muito mais os termos *grupo*, *comunidade*, *família* (de língua)... Sobre essa problemática da noção de "ethnie" em etnologia e antropologia, ver principalmente: M. Banks (1996); P. Poutignat et J. Streiff-Fenart (1995); J.-L. Amselle (1990); J.-L. Amselle E E. M'Bokolo ([1985] 1999); P. Mercier (1968). Ver igualmente J.-F. Gossiaux (2002).

52. Tribuna de Yan de Kerorguent e Ariel Nathan "Faut-il attendre que Sarajevo brûle?", *La Croix*, 26 mai 1992, p. 22.

53. Laurent Joffrin, "Saravejo: la colère des abandonnés", *Le Nouvel Observateur*, 21 janvier 1993, p. 52-54.

54. Tribuna de Salman Rushdie, "La Bosnie en tête", *Libération*, 2 mai 1994, p. 6.

55. Para mais detalhes ver A. Krieg (2000: 55-57). A. Krieg-Planque (2003: 16) e A. Krieg-Planque (a ser publicado em 2006).

56. Podemos sublinhar o substantivo *ethnicity*, mas sabendo que ele não recobre realmente nem *ethnicité* e nem *ethnie*.

57. A divisão em questão, encorajada pelos trabalhos da *cultural studies*, falam do ponto de vista do comunitarismo, como também testemunham a nomenclatura dos departamentos universitários e das prateleiras das livrarias: *community stdudies*, *ethnic studies*, *racial studies* (e *ethnic* and *racial stdudies*), *black studies*, *gender studies*, *women's studies*, *gay studies*, *lesbian studies*...

Referências Bibliográficas

Encontram-se aqui as referências dos textos que nós reunimos ao menos uma vez "em parceria" (modo de dizer "com" ou "contra", pela diferença com o modo de dizer "sobre" que caracteriza a reunião "em corpus"). As referências dos textos que nós citamos exclusivamente no *corpus* não são retomadas aqui, já que são textos de obras, de artigos de revistas científicas ou, como era o caso mais freqüente, de artigos publicados na imprensa escrita. Para esclarecimentos, ver no início do artigo "Notas sobre a apresentação das referências".

ACHARD, Pierre (1997): "L'engagement de l'analyste à l'épreuve d'un événement", *Langage et Societé*, Paris, Maison des Sciences de l'Homme, nº79, mars, p. 5-38.

ANDERSON, Benedict ([1983] 2002*): L'imaginaire national. Réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme*, Paris, La Découverte.

AMSELLE, Jean-Loup (1990): *Logiques métisses. Anthropologie de l'identité en Afrique et ailleurs*, Paris, Payot, 257 p.

AMSELLE, Jean-Loup et M'BOKOLO, Elikia (dir) ([1985] 1999): *Au cœur de l'ethnie. Ethnie, tribalisme et État en Afrique*, Paris, La Découverte, coll. Poche/Sciences humaines et sociales, 225 p.

BALIBAR, Étiene (1992): « Le mot race n'est pas "de trop" dans la Constituion française », *Mots. Les langages du politique*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, nº 33, décembre, p. 241-256.

BALIBAR, Étienne et WALLERSTEIN, Immanuel ([1988] 1997): *Race, nation, classe. Les identités ambiguës*, Paris, La Découverte, 307 p.

BANKS, Marcus (1996): *Ethnicity: Anthropological Constructions*, Londres, Routledge, 210 p.

BARTH, Fredrick (dir) (1996): *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organisation of Culture Difference*, Londres, George Allen and Unwin, 153 p.

BAUSINGER, Hermann ([1971] 1993): *Volksunde ou l'ethnologie allemande. De la recherche sur l'antiquité à l'analyse culturelle*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 434 p.

BÉJIN, André (1982): « Le sang, le sens et le travail: Georges Vacher de Lapouge, darwiniste social, fondateur de l'anthropologie », *Cahiers internationaux de sociologie*, Paris, Presses Universitaires de France, vol. 73 , p. 323-343.

_____ (1996): « Vacher de Lapouge », in TORT, Patrick (dir.), *Dictionnaire du darwinisme et de l'évolution*, Paris, Presses Universitaires de France, 3 volumes, 4862 p.

BIRNBAUM, Pierre (1993): « *La France aux Français* ». *Histoire des haines nationalistes*, Paris, Seuil, Coll. XXe siècle, 395 p.
BRETON, Roland ([1981] 1992): *Les ethnies*, Paris, Presses Universitaires de France, Coll. Que sais-je?, 127 p.
CASEVITZ, Michel et BASSET, Louis (1996): « *Peuple, nation, État en grec ancien* », in RÉMI-GIRAUS, Sylvianne et RÉTAT, Pierre (dir.), *Les mots de la nation*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 321 p.; p. 153-159.
COHEN, Claudine (1991): « Les races humaines en histoire des sciences », in HUBLIN, Jean-Jacques et TILLIER, Anne-Marie (dir.), *Aux origines d'Homo sapiens*, Paris, Presses Universitaires de France, coll. Nouvelle Encyclopédie Diderot, 404 p.; p. 7-47.
CONTE, Édouard et ESSNER, Cornelia (1995): *La quête de la race. Une antrhopologie du nazisme*, Paris, Hachete, 451 p.
DARLU, Pierre (1992): « Races (humaines) et manuels scolaires », *Mots. Les langages du politique*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, nº 33, décembre, p. 67-75.
Dictionnaire historique de la langue française (1994): REY, Alain (dir.), Paris, Le Robert, 3 vol.
FABRE, Daniel (1997): « L'ethnologie française à la croisée des engagements (1940-1945)», in BOURSIER, Jean-Yves (dir.), *Résistences et résistants*, Paris, L'Harmattan, coll. Chemins de la mémoire, 408 p.; p. 319-400.
FOURNIEL, Jean-Louis et ZANCARINI, Jean-Claude (2000): « *Ethnie/ethnique*, ou "L'ethnique c'est les autres », *Cités*, Paris, Presses Universitaires de France, nº 2, p. 189-195.
GAYON, Jean (1997): « Le philosophie et la notion de race », *L'Aventure humaine*, Paris, Association Diderot, nº 8, décembre, p. 19-43.
GOSSIAUX, Jean-François (2002): *Pouvoirs ethniques dans les Balkans*, Paris, PUF, 217 p.
GUILLAUMIN, Colette ([1972]2002): *L'ideologie raciste. Genèse et langage actuel*, Paris, Gallimard, coll. Folio, 378 p.
_____(1992) « Usages théoriques et usages du terme race », *Mots. Les langages du politique*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, nº 33, décembre, p. 59-65.
KNOBEL, Marc (1998): « L'ethnologie à la derive. George Montandon et l'ethnocratie », *Ethnologie française*, Paris, Armand Colin, tome 18, avril-juin, p. 107-113.
_____(1999) « Georges Montando net l'ethno-racisme », in TAGUIEFF, Pierre-André (dir.): « *L'antisémitisme de plume* », 1940-1944. Études et documents, Paris, Berg International Éditeur, 620 p.; 277-293.

KRIEG, Alice (2000): *Émergence et emploi de la formule* « Purification ethnique » *dans la presse française (1980-1994). Une analyse de discours*, thèse de doctorat en sciences du langage, Université Paris 13, 3 volumes, 840 p.

_____ (2002): « L'adjectif *ethnique* entre langue et discours. Ambiguïté relationelle et sous-détermination énonciative des adjectives dénominaux », RSP. *Revue de Sémantique et Pragmatique*, Orléans, Presses Universitaires d'Orléans, nº 11, p. 103-121.

KRIEG-PLANQUE, Alice (2003): « *Purification ethnique* ». *Une formule et son histoire*, Paris, CNRS Éditions, coll. Communication, 523 p.

_____ (2004): « Souligner l'euphémisme: opération savante ou acte d'engagement? Analyse du "jugement d'euphémisation dans le discours politique », *Semen. Revue de sémio-linguistique des textes et discours* (Presses Universitaires Franc-Comtoises), nº 17, p. 59-79.

_____ (a ser publicado em 2006): « "Formules" et "lieux discursifs": propositions pour l'analyse du discours politique ». *Semen. Revue de sémio-linguistique des textes et discours* (Presses Universitaire Franc-Comtoises), nº 21.

LOCHAK, Daniele (1992): « La race: une catégorie juridique? », *Mots. Les langages du politique*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, nº 33, décembre, p. 291-303.

LORAUX, Nicole (1980): « Thucydide n'est pas un collègue », *Quaderni di storia*, Bari, Dedalo Libri, 6éme anée, nº 12, juillet-décembre, p. 55-81.

MERCIER, Paul (1968): *Tradition, changement, histoire. Les Somba du Dahomey septentrional*, Paris, Anthropos, 1968, 539 p.

MEYRAN, Régis (1999): « Écrits, pratiques et faits. L'ethnologie sous le regime de Vichy », *L'Homme. Revue française d'anthropologie*, Paris, Éditions de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales, nº 150, avril-juin, p. 203-212.

Mots. Les langages du politique (1992), Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, nº 33, décembre (« "Sans distinction de... race" »).

Le Nouveau Petit Robert (1993), sous la dir. de REY-DEBOVE, Josette et de REY, Alain, Paris, Le Robert.

POUTIGNAT, Philippe et STREIFF-FENART, Jocelyne (1995): *Théories de l'ethnicité*, Paris, Presses Universitaires de France, coll. Le Sociologue, 272 p.

RIVERA, Annamaria (1999): « Ethnie – Ethnicité », *La Revue du MAUSS*, Paris, La Découverte, nº 13, 1er semestre, p. 43-60.

TAGUIEFF, Pierre-André ([1987] 1990): *La force du préjugé. Essai sur le racisme et ses doubles*, Paris, La Découverte, 644 p.

_____ (1991): « L'introduction de l'eugénisme en France: du mot à l'idée », *Mots. Les langages du politique*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, nº 26, mars, p. 23-45.

_____ (1992): « Du racisme au mot "race": comment les éliminer? Sur les premiers débats et les premières Déclarations de l'Unesco (1949-1951) concernat la "race" et le racisme», *Mots. Les langages du politique*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, nº33, décembre, p. 81-103.

_____ (1998): *La couleur et le sang. Doctrines racistes à la française*, Paris, Éditions Mille et une nuits, Coll. Les Petits Libres, 206 p.

THUILLIER, Guy (1977): «Un anarchiste positiviste: George Vacher de Lapouge », in GUIRAL, Pierre et TEMIME, Émile (dir.), *L'idée de race dans la pensée politique française contemporaine*, Paris, Éditions du CNRS, 281 p.; 48-65.

TODOROV, Tzvetan (1989): *Nous et les autres. La réflexion française sur la diversité humaine*, Paris, Seuil, Coll. La couleur des idées, 452 p.

Trésor de la langue française (1971-1994) sobre a direção de IMBS, Paul e de QUEMADA, Bernard, Paris, CNRS, INaLF, Gallimard, 16 vol.

WEBER, Max ([1922] 1995), *Économie et société*. Tome I. *Les catégories de la sociologie*, Paris, Pocket, 410 p.

Mots-clés: ethnie, race, lexicologie socio-politique
Palavras-chave: etnia, raça, lexicologia sócio-política
Key-words: 'ethnie', race, socio-political lexicography

UMA REFLEXÃO SOBRE ATITUDES LINGÜÍSTICAS

Leila Salomão Jacob Bisinoto
UNEMAT – CEPEL/CNPq – Projeto "Vozes da Cidade"

RESUMO: *Este texto refaz o percurso das teorias sociolingüísticas, pontuando o modo como têm tratado questões caras a esse domínio de estudos, tais como 'atitude lingüística', 'preconceito lingüístico', 'politicamente correto', 'diglossia', entre outras. Ao longo do percurso, a autora reflete sobre as relações entre sujeito falante e língua nas teorias abordadas, bem como sobre os gestos políticos presentes nas pesquisas e as políticas lingüísticas sustentadas em tais teorias.*

ABSTRACT: *This text rebuilds the trajectory of sociolinguistic theories, punctuating the way they have treated questions which are dear to them, such as 'linguistic attitude', linguistic prejudice, 'politically correct', 'diglossia', among others. During this trajectory, the author reflects on the relations between speaker and language in the theories approached, as well as on the political gestures present in the research and the linguistic policies sustained by these theories.*

É notável que uma faceta dos estudos sociolingüísticos – concernente às "atitudes lingüísticas" – vem despertando progressivo interesse no meio acadêmico, entre estudiosos da área. Essa modalidade de estudo – iniciada na década de 1960, especialmente a partir dos trabalhos da psicologia social canadense (W. Lambert e outros) e do lingüista americano W. Labov – veio dar visibilidade, entre outras questões de ordem social e política, ao preconceito lingüístico. Tal tendência parece aumentar o interesse pela pesquisa nesse terreno, ao tempo que faz surgir, em grande monta, os mais diferentes tratamentos e abordagens investigativas sobre as atitudes lingüísticas, com reflexo nas políticas de língua e, não raramente, nos movimentos militantes pela "preservação" ou pelo "respeito" à cultura ou às identidades sociais no país. A importância de se

discutir essa perspectiva de estudo das relações lingüísticas e sociais nas comunidades de fala reside na possibilidade de suscitar reflexões acerca do objeto em si e da diversidade de olhares sobre ele. Neste sentido, uma leitura crítica dos limites (teóricos, metodológicos e, eventualmente, éticos), enquanto sociolingüistas, impõe-se em primeiro plano.

Podem-se considerar os meados do século passado como uma baliza decisiva no curso dos estudos lingüísticos. No momento em que os estudiosos voltam os olhos para a materialidade da língua e seu uso concreto e real nas sociedades, abrem-se novas e amplas perspectivas de pesquisa, que vão resultar em uma multiplicidade de teorias, objetos de investigação e metodologias de trabalho.

A Sociolingüística surge nesse cenário, entre os anos 50 e 60, como uma espécie de disciplina pioneira da nova rota, e estabelece, nos estudos variacionistas de William Labov, um marco paradigmático. Outros americanos, como ele, despontavam na mesma época, apresentando já uma diversidade de linhas de pesquisa sobre a heterogeneidade da língua falada, relacionado-a ora à problemática do multilingüismo e educação (Joshua Fishman), ora à antropologia urbana e análise de discurso (John Gumperz), ou à etnicidade e ao folclore (Dell Hymes). Surgem daí disciplinas autônomas, como a Lingüística Antropológica e a Sociologia da Linguagem, e os estudos espaciais da língua (como a Dialetologia e a Geografia Lingüística) ganham novo impulso.

Velhas questões, já debatidas por Labov (1977) nos seus trabalhos iniciais, e ainda na ordem do dia, dizem respeito: 1) à denominação da disciplina – Sociolingüística – e 2) aos efeitos das relações sociais sobre as estruturas lingüísticas e vice-versa. O autor considera que o termo "sociolingüística" é "equivocado e curiosamente redundante", levando-se em conta que a língua é, por si só, uma forma de comportamento social, opinião compartilhada por inúmeros outros estudiosos que o sucederam. Quanto à segunda questão, Labov defende que os processos sociais é que incidem sobre as estruturas lingüísticas, não o contrário, e que "... a variação no comportamento lingüístico não exerce por si mesma um influxo poderoso no desenvolvimento social, nem afeta drasticamente as condições de vida de um indivíduo" (tradução livre, p. 155); o inverso disso é defendido pela chamada Sociologia da Linguagem, que tem em Fishman (1995) uma importante referência. Já os estudos sociolingüísticos mais recentes, especialmente os produzidos na Europa (Calvet, 1999, 2002, 2005; Gadet, 2000, 2004; Schlieben-Lange, 1977, 1993; Cameron, 1995, 2001) indicam que tais relações representam uma via de mão dupla quando se consideram os movimentos históricos e políticos: as pressões sociais incidem sobre a estrutura da língua, ao mesmo tempo em que as diferentes maneiras de falar hierarquizam e discriminam os

grupos de falantes, afetando suas relações de convivência social. E vão além: já não é suficiente descrever os processos de variação e mudança lingüísticas, demonstrar quem fala o quê, onde e como, ou discutir a interação social nos ambientes multilíngües. Todas essas questões não deixam de ter importância, mas tornam-se hoje pontos de partida para reflexões mais amplas, ou, dizendo de outra forma, oferecem munição para as discussões que vão do plano teórico-conceitual da Sociolingüística e outras disciplinas da fala ao paradoxo das políticas de língua, que, enquanto reconhecem o curso normal das variações e mudanças lingüísticas, buscam insistentemente a planificação da língua, ainda que de forma velada.

Calvet (1999) aponta lacunas na teoria do americano Ferguson (1959), que desenvolve o estudo da diglossia (termo cunhado pelo próprio Ferguson), fundado sobretudo nas noções de função (distribuição funcional de uso das variedades) e prestígio (variedade alta/variedade baixa). Considera o sociolingüista francês que é insuficiente analisar as diferenças lingüísticas sem levar em conta as razões históricas e sociológicas que remetem ao poder, às relações de força que determinam essas diferenças. Além do mais, defende Calvet, mesmo que Fishman (1995) tenha revisto a teoria original de Ferguson, desconstruindo a idéia do caráter estável das situações de diglossia e distinguindo o bilingüismo individual do social, é necessário alargar ainda mais a visão de dinamicidade das diferenças lingüísticas, indo do que ele chama metaforicamente de "visão fotográfica" para uma visão "cinematográfica" das relações lingüísticas nas sociedades.

Gadet (2000) defende a necessidade de se conceber a Sociolingüística numa articulação dinâmica das duas ordens: o social e o lingüístico. Para ela, no lugar de formulações do tipo "a língua exprime ou reflete o social", em que se vê o locutor como um organismo condicionado, depositário da ocorrência das variantes lingüísticas, é preciso encarar um sujeito em ação numa atividade discursiva, na condição de protagonista de um processo de interação e, principalmente, de significação social. Dessa forma, acredita a autora, a Sociolingüística avança do lugar da descrição de usos e da repetição de diagnósticos sociais para tornar-se explicativa, interpretativa das relações efetivamente "sociolingüísticas".

Interpõe-se entre as questões levantadas sobre a disciplina Sociolingüística o julgamento público (manifesto ou velado) da e sobre a língua. Na verdade, ao identificar variedades altas ou baixas, ou seja, ao distinguir critérios de prestígio e desprestigio entre traços lingüísticos numa sociedade bilíngüe, Ferguson já lidava com avaliações resultantes de embate de forças, oposições, resistências, interdições, mesmo que ele tenha silenciado essas questões e se restringido à observação funcional

da variação. Conforme defendem Calvet, Gadet e outros estudiosos, a significação social não é um dado já-lá, pronto para ser coletado e descrito, divorciado da história, da política e dos movimentos da sociedade. Os julgamentos que os falantes fazem sobre a própria língua e sobre a língua dos outros, a que se chama de "atitudes lingüísticas", representam pistas importantes para a compreensão das mudanças lingüísticas estruturais, mas também respondem a indagações sobre o funcionamento da própria sociedade, afetada pela heterogeneidade lingüística.

Os famosos testes formais aplicados por Labov em seus estudos pioneiros em Nova York tinham por fim distinguir atitudes sociais a respeito da linguagem na comunidade e obter informações sociais veiculadas pelas formas dialetais. Os aportes metodológicos da Psicologia Social, especialmente a técnica dos "falsos pares", desenvolvida por Lambert e outros teóricos canadenses, ofereceram ao pesquisador americano a possibilidade de medir reações subjetivas dos falantes e cada valor particular das variáveis, a partir do que ele formula alguns de seus princípios, que, não obstante algumas críticas que os sucederam, lançaram base para inúmeros estudos mundo afora e para a própria evolução da disciplina. A regularidade de avaliações subjetivas semelhantes, exaustivamente observada e demonstrada pelo pesquisador, revela o rigor científico com que conduziu suas pesquisas. A sistemática pela qual conduziu as descrições e as análises que fundamentam seus princípios dá-lhe autoridade para criticar – e ele critica – duramente os teóricos que pisam esse terreno de forma puramente intuitiva, conjetural, lançando mão de anedotas ou do que ele chama de "experimentos mentais imaginários", como o caso fantasioso de uma suposta criança que cresce sozinha, sem ninguém que lhe ensine a falar... Em suma, Labov defende que discorrer sobre atitudes lingüísticas exige muito mais do que observar os fatos sociais relacionados às variáveis, é necessário conhecer as particularidades da língua, descrever os fatos lingüísticos, identificar traços que conduzam à eficácia da pesquisa, ou seja, considera uma leviandade fazer interpretações sem anterior descrição sistemática do que se quer interpretar. Este é o primeiro ponto que chama à reflexão: ainda que tenha ampliado seus horizontes teóricos rumo a análises mais discursivas e menos estatísticas, a Sociolingüística não prescinde do rigor investigativo. Chamados *ex more* de "sociolingüística qualitativa", muitos estudos dos comportamentos lingüístico-sociais, ou seja, das atitudes lingüísticas, algumas vezes negligenciam seu próprio objeto central, que é a linguagem, e, mais especificamente, a língua na sua variação.

Nessa direção, parece mesmo muito tênue a fronteira entre a Sociolingüística e a Sociologia, já que esta não pode definitivamente pôr de lado, em seus tratados, a linguagem humana. Entretanto, pelo sociolin-

güista, a língua não deve ser tratada como mera coadjuvante das relações estudadas.

Definir ou eleger um ângulo teórico no vasto leque epistemológico que abarca hoje as disciplinas da fala, reconheça-se, não é tarefa fácil; ancorar-se em propostas metodológicas seguras, neste campo, também parece uma empreitada quase impossível. Apesar disso, é imprescindível o conhecimento consistente de um tal objeto que dará sustentação a análises, o que elimina grande parte dos riscos que se corre quando se lida com matérias tão flutuantes e complexas, como são a língua e a sociedade. Um desses riscos é o de se "fabricar" resultados a partir de equívocos, como por exemplo, quanto à normatividade da língua, normatividade que, na perspectiva da própria Sociolingüística, não é algo adstrito à variedade formal, pois que a norma está presente em todas as manifestações lingüísticas correntes. Estudar as atitudes lingüísticas relativamente ao português do Brasil, o que vale dizer, estudar tais relações dentro de uma mesma língua, demanda conhecer não apenas as descrições e normativas gramaticais da língua escrita, chamada "padrão" (que no Brasil sustenta os estatutos de língua nacional e língua oficial atribuídos à língua portuguesa), mas também as particularidades fonéticas, sintáticas e léxicas características das variedades da fala. Parece mesmo fora de propósito adotar procedimentos de cotejamento, atribuir e polarizar valores, estabelecer parâmetros e paralelos sem que se tenha em mãos um corpus de base descritivo-normativa. Discursar sobre desigualdades, preconceitos e outras mazelas sociais e extralingüísticas exige que se atenha antes ao funcionamento interno da própria língua.

Uma outra questão relevante é a ilusão que se tem de que as avaliações feitas pelos falantes sobre a língua e, por extensão, sobre os próprios falantes e a sociedade, nos dizem verdades sobre as práticas lingüísticas. Conforme bem lembra Calvet (1999, p. 90), as enquetes avaliativas apenas sinalizam a idéia que os falantes fazem de suas práticas linguageiras. Tais enquetes, aplicadas com o fim de investigar julgamentos e escolhas, têm o caráter de sondagens de opinião e, portanto, são passíveis de equívocos, apresentam margens de erro que se devem considerar. Além do que, por mais informal que seja o contexto em que se realizam entrevistas, os sujeitos quase sempre têm consciência de que se trata ali de um exercício de metalinguagem, e têm também consciência de sua condição de informantes sobre questões nada pacíficas, o que pode induzi-los a falseamentos e à insinceridade nas reações e avaliações. Essas eventuais "distorções" nas respostas podem representar, elas próprias, importantes elementos de análise das atitudes, porém nem sempre são flagradas pelo pesquisador. Por conseguinte, considerando que a análise

do sociolingüista, neste caso, acaba se configurando em "julgamento de julgamentos", toda e qualquer análise dessa natureza nos impõe discernimento e cautela.

São ainda dignos de nota os efeitos produzidos pelos estudos da Sociolingüística, sobretudo no que concerne às atitudes, sobre as relações políticas institucionais e outras nem tanto. Certamente, debater este assunto significa se enredar numa malha copiosa de pontos de vista e de vieses teóricos. Entretanto, mantendo a linha ensaísta, este texto limita-se aqui a referenciar algumas questões que poderão acrescer elementos à reflexão proposta.

Sabe-se que os estudos da fala, a partir da Sociolingüística e disciplinas afins, trouxeram à baila, no meio social, adversidades ideológicas e jogos e choques de força e poder políticos. O preconceito, as discriminações, as censuras, enfim, todas as formas de conflito produzidas na e pela linguagem humana ganham maior transparência a partir dessa ampliação conceitual sobre as diferenças lingüísticas. A emergência e a difusão desses estudos ocorrem concomitantemente aos estatutos e acordos internacionais do pós-guerra (especialmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948), que reescrevem os princípios da Revolução Francesa e orientam as Constituições dos países-membros da ONU no que respeita aos direitos individuais e coletivos. Essas leis nacionais e protocolos internacionais oferecem garantias institucionais aos movimentos em favor do que hoje se designa de "politicamente correto", o que vem, num crescendo, mudando surpreendentemente o funcionamento social. A intolerância à discriminação social chega à linguagem, ancorada nos estudos acadêmicos e reforçada pela intensa propagação de informações em nível planetário, que dão conta da existência real do preconceito lingüístico no meio social e das formas de colonização ou neocolonização através da língua.

Neste sentido, aquilo que Schlieben-Lange (1993) chama de "discurso público e cotidiano sobre a língua", que significa falar da língua, falar sobre a língua, tanto no plano descritivo quanto no avaliativo, não pode mesmo, conforme defende a autora, ser ignorado pelos estudos da Sociolingüística, nem subestimado como ponto de partida para intervenções político-lingüísticas. É o que se vem tentando fazer no Brasil, desde os anos 1970, quando o regime militar criou a primeira Comissão de especialistas, presidida por Celso Cunha, para apresentar propostas de mudança no ensino da língua no país, que já se anunciava "em crise": as "contribuições" da Sociolingüística estão lá, no relatório da Comissão, num discurso contraditório: enquanto os estudos que emergiam na época representavam avanço na compreensão da linguagem humana, eram também um dos pivôs da "crise". Enquanto o documento, em certo lu-

gar, afirma a "contribuição importante" da Sociolingüística – "a opinião tradicional de que apenas um determinado código lingüístico pode ser considerado correto e socialmente bom é substituído pelo conceito de que há variações dialetais e de registro, nenhuma intrinsecamente boa ou má" – apresenta reservas e manifesta temor de que viessem abaixo os alicerces formais da língua, com a manipulação das teorias lingüísticas por professores despreparados:

> ...a importância da língua oral ressaltada pela Linguistica tem levado a minimizar a da língua escrita e a relegá-la a segundo plano na escola; o conceito de variantes lingüísticas, estabelecendo que nem só o português literário é bom, tem levado, também na área da língua, à permissividade, a uma posição ingênua e simplista de que qualquer português é bom.

De lá para cá temos observado um percurso tortuoso. Hoje vemos que, ainda sem saber lidar com a heterogeneidade lingüística e sob a pressão do "politicamente correto", as políticas públicas tentam controlar as atitudes lingüísticas espontâneas, apelando para lições da ordem do moral, do quase doutrinário: o "respeito à fala do outro" é um mote redundante nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) da linguagem, sem que se explique o que significa isso. Entretanto, constata-se que isso não ocorre apenas no Brasil. É ilustrativo um comentário de Louis-Jean Calvet no prefácio de uma edição recente de seu livro "Língüística e colonialismo". São palavras dele, em tradução livre:

> Lingüística e Colonialismo veio à luz em abril de 1974. A acolhida com que o brindou a imprensa (artigos: muitos e muito favoráveis), as traduções (para o italiano, alemão, servo-croata, espanhol, galego) não me surpreenderam excessivamente: eu não havia percebido ainda quão difícil, hoje ainda mais que antes, é para uma obra de humanidades chegar ao grande público. Assim, pouco a pouco, o êxito (sem dúvida, relativo) do livro me devolveu uma imagem difícil de aceitar. Tanto na França (entre os militantes bretões, bascos, occitanos...) como na África, 'Lingüística e Colonialismo' havia se convertido numa espécie de devocionário, e se investia de um papel que eu não havia escolhido.

E o autor segue criticando os movimentos que se valem de oposições simplistas entre "dominantes e dominados" e que se traduzem em reivindicação de defesa de línguas e formas lingüísticas estigmatizadas,

"como quem defende as focas-bebê", sem levar em conta a complexidade política que envolve as trocas lingüísticas.

Os movimentos militantes na área da linguagem não representam um mal em si, porém causa estranheza o engajamento sem muito critério, quando o sociolingüista se desloca do lugar que lhe cabe em primeiro plano, o de pesquisador, para o de doutrinador ideológico.

Enfim, é importante que o trato das atitudes lingüísticas se oriente por estudos mais densos que, para além de descrições de usos e avaliações da língua, avancem rumo a formulações sobre a língua brasileira e suas variedades, bem como as línguas naturais do Brasil, atribuindo a seus usuários não apenas a condição de "falantes" ou de "informantes". E isto significa considerar sua posição de *sujeitos* da língua, enfronhados e determinados por processos histórico-ideológico-sociais quando fazem suas avaliações, escolhas e julgamentos sobre a língua. "Respeitar os diferentes modos de falar" poderá, quem sabe, ganhar sentido a partir de uma construção consciente de valores sociais, ou seja, quando o mote se desvencilhar do campo da pregação.

Referências Bibliográficas

CALVET, Louis Jean. *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris: Hachette Littératures, 1999.

CAMERON, Deborah. *Verbal hygiene*. London: Routledge, 1995.

_____. *Working with spoken discourse*. London: Sage, 2001.

_____. *Linguistica y colonialismo: breve tratado de glotofagia*. México: Fondo de Cultura Económica de España, 2005.

FERGUSON,Charles. *Diglossia*. Word, 1959.

FISHMAN, Joshua A. *Sociologia del lenguaje*. Trad. Ramón Sarmiento e Juan Carlo Moreno. Madrid: Ediciones Catedra, 1995.

GADET, Françoise. Vers une sociolinguistique des locuteurs. In: *Annuaire International de la Sociolinguistique Européene*, no. 14. Tübingen: Ammon, Mattheier & Nelde Editeurs, 2000.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *Iniciación a la sociolinguística*. Madrid: Gredos, 1977.

_____. *História do falar e história da lingüística*. Trad. Fernando Tarallo et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

Palavras-chave: teorias sociolingüísticas, políticas lingüísticas, subjetividade
Key-words: sociolinguistic theories, linguistic policies, subjectivity

"PROFESSOR, POR QUE VOCÊ FALA OK?" DESCULPA PARA FALAR DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS

Francisco Vanderlei Ferreira da Costa[1]
Universidade Federal da Grande Dourados

RESUMO: Este artigo apresenta discussões que per*meiam aulas direcionadas à formação dos professores Guarani/Kaiowá na região de Dourados. Um elemento destacado é a inserção da escrita nas comunidades indígenas. A esse respeito, algumas questões para se pensar apontadas pelo autor são: a tradição oral das línguas indígenas; a falta de abertura à participação de falantes de línguas indígenas no debate sobre a modalidade escrita de sua língua; e a falta de espaço para a escrita dessas línguas na comunidade brasileira não indígena.*

ABSTRACT: *This article presents discussions which permeate classes directed to forming Guarani/Kaiowá teachers in the region of Dourados. A prominent element is the introduction of writing in these communities. In this respect, some questions to think about pointed out by the author are: the oral tradition of Indian languages; the lack of opening to participation of speakers of Indian languages in the debate about the written modality of their languages; the lack of space to the writing in these languages in the non-Indian Brazilian community.*

Introdução

Em uma experiência recente na sala de aula do curso Teko Arandu, um aluno fez a pergunta que faz parte do título deste artigo. O referido curso trata-se de uma licenciatura indígena direcionada a formar professores de várias áreas do conhecimento para ministrarem aulas nas aldeias indígenas da região da Grande Dourados, localizada no sul do estado do Mato Grosso do Sul, e a pergunta foi realizada durante uma

aula expositiva sobre *língua* e *linguagem*. Quando o aluno levantou a mão eu esperava uma pergunta sobre o tema da aula, por isso fiquei bastante desconcertado e não tinha resposta senão outra pergunta 'por que tal questionamento?', a resposta foi bastante direta: você falou 'ok' umas dez vezes durante a aula.

Essa pergunta fez com que minha aula fosse imediatamente avaliada por mim, fiquei tentando perceber quais eram minhas estratégias para incentivar a participação de meus alunos indígenas. Expliquei o 'ok' por meio de outros marcadores conversacionais tais como *né?*, *certo?*, *viu?* e *entenderam?*. Mas fiquei preocupado com tal questionamento; em uma aula para não-indígenas essa questão não seria levantada, ou teria poucas possibilidades de aparecer. Ao menos nas cidades, espera-se que não haja problema para entender tal expressão da língua inglesa.

Mas o mais importante que se pode perceber nessa questão é que ela não é individual, trata-se de uma questão que envolve um grupo. Ou seja, não é uma dúvida de alguém que não conhece o significado de uma palavra, porém parece mostrar que os dois interlocutores não estavam se entendendo porque a palavra principal da pergunta era vista como corriqueira e já parte da língua portuguesa para uma das partes, mas para a outra parte tratava-se de uma palavra que não pertencia a sua primeira língua (guarani) e também não era de um contexto familiar dentro do português (este o idioma usado para ministrar a aula).

Há, então, presente na fala do aluno, uma crescente necessidade de debate de uma política lingüística que envolva as comunidades indígenas, e falando das etnias Guarani e Kaiowá, são várias as questões pertinentes e próprias, as quais estão pululando nos ambientes nos quais esses povos circulam e/ou habitam. O ambiente escolar, inclusive as universidades, talvez seja o que mais precisa se ocupar desses debates, não que tais questões sejam resolvidas nestes espaços, mas, muito mais porque as comunidades envolvidas estão procurando no meio acadêmico apoio para resolvê-las. Com outras palavras, as línguas minoritárias brasileiras precisam chegar à universidade.

Mesmo que atualmente os alunos do curso Teko Arandu ministrem aulas nas aldeias em guarani/kaiowa, eles mesmos foram alfabetizados em português e até agora na universidade somente uma professora comunica-se com eles na língua materna deles. Talvez, os alunos que estão sendo alfabetizados por professores indígenas tratem o guarani e o português como línguas com o mesmo prestígio, embora neste momento a língua escrita mais presente nos seus contatos com o não-índio é a língua portuguesa.

Por essas razões, este artigo objetiva discutir as posições ocupadas na sociedade brasileira pelos falantes de línguas minoritárias indígenas,

especialmente as línguas guarani e kaiowá[2]. O que se quer é dar continuidade a um debate que pretende explicitar o uso e espaço destinado a tais línguas. Para tanto, uso os debates que permeiam os cursos de formação de professores no Mato Grosso do Sul: Ará Vera[3] e Teko Arandu. Portanto, a experiência de sala de aula é o carro chefe para a discussão aqui proposta. Trago, também, alguns textos produzidos por alunos do Ará Verá, são exemplos para que o leitor deste artigo entre em contato com alguma produção em guarani.

Cultura e ensino de língua

Ao entrar em contato com o ensino de português para falantes nativos de outra língua, uma preocupação que deve ser mantida é localizar estes falantes em um contexto. No caso dos índios Guarani e Kaiowá, o contexto certamente é muito diferente de alguém que venha de outro país para o Brasil e aqui quer aprender o 'nosso' idioma, é diferente também de um falante do inglês (ou outra língua) que estando fora de um país de língua materna resolve aprender tal língua. Mas mesmo levando tudo isso em consideração, o discurso é traiçoeiro e a cultura não perdoa os deslizes provocados pelo esquecimento de um significado, tornando-o estranho em determinado ambiente.

Pensar hoje em uma cultura[4] isolada, sem nenhum contato com outras culturas é bastante difícil, e ainda há outro fator: uma cultura possivelmente apresenta contato com muitas outras culturas, sendo que esse contato acontece em diversos momentos. Por isso, pensar uma língua diferente da nossa não significa mais pensar em uma língua fora de nossas fronteiras territoriais. No caso das etnias Guarani e Kaiowá da região da Grande Dourados, seus costumes e valores estão em contato com a cultura do povo brasileiro e paraguaio. Sendo que no Paraguai a língua guarani está mais próxima dos falantes não-índios que no Brasil.

Por isso, as etnias dos alunos dos cursos de formação de professores indígenas possuem uma cultura própria, mas estão tão próximas[5] da cultura do não-índio que, às vezes, acabam sendo posicionadas dentro desta cultura. O que representa um perigo, pois mesmo estando dentro de nossas fronteiras e sendo brasileiros, não são pertencentes à cultura ocidental. Essa visão talvez esteja relacionada com a inflexibilidade de um pensamento que vê todo o mundo sendo parte de uma *world culture* (Carvalho, 2004 p. 40), a qual afeta todos, independentes de onde estejam. Certamente há influência (de várias naturezas) de culturas exógenas nas culturas indígenas aqui colocadas, mas ainda há marcas que são próprias e únicas destas últimas; isso as torna singulares em suas pluralidades.

Quando se fala de cultura como uma unidade não fechada (Innerarity, 2004), o melhor exemplo para este fato é certamente a indígena. Os povos Guarani e Kaiowá recebem aulas que pretendem priorizar suas culturas, mas a grande maioria dos professores não pertencem às etnias dos alunos. Isso não é algo que inviabilize o ensino, principalmente porque não há professores destas etnias na universidade. Porém, mostra que os profissionais de educação que estão neste tipo de licenciatura precisam conhecer muito mais que o conteúdo a ser ensinado, precisam participar de uma cultura que não é a deles, e, também, devem antecipadamente esperar que as duas culturas (a indígena e a não-indígena) construam significações diferentes, em muitos momentos. O índio, mesmo sofrendo toda a sorte de influência imposta pela ocupação colonial, ainda mantem traços culturais que o diferenciam da sociedade não-indígena, e esses traços estarão presentes na linguagem, levando a significados diferenciados quanto aos elementos de linguagem.

Vale ressaltar que para definir uma sociedade é necessário olhá-la em um processo de interação com o seu contexto (Brand, 1997). O fato de Guaranis e Kaiowás de Mato Grosso do Sul estarem em contato com brasileiros e paraguaios certamente dá a eles características que podem diferenciá-los de Guaranis e Kaiowás de outras regiões brasileiras. Esse fator também é importante para a questão da significação da linguagem. A pergunta sobre o 'ok' passa pela questão do compartilhamento do significado, por isso o contexto pode esclarecer o motivo de ela ter acontecido.

A presença das universidades nas aldeias, com antropólogos indigenistas, começou já na década de setenta, mas os movimentos indígenas só conseguiram a criação de políticas públicas voltadas para estruturação, entre outros, de um sistema educacional diferenciado entre as décadas de 80 e 90 do século passado (Maciel, 2005). Essa exigência fica esclarecida quando se olha para o fator das diferenças que estas etnias apresentam, a começar pela primeira língua, a qual para muitos deles não é a língua portuguesa. Mas como estamos falando de cultura, há certamente muitos outros fatores que os diferenciam. Todas essas diferenças levam à necessidade de criação de um sistema de educação que não os trate como não-índios, não basta colocá-los na escola, é importante uma escola preparada para tal realidade.

A educação escolar indígena teve o primeiro curso oficial (estado de Mato Grosso do Sul) direcionado para as etnias Guarani/Kaiowá no ano de 1993, isso para capacitação de professor para trabalhar com o Ensino Fundamental para indígenas, para tal curso foi realizada parceria entre universidade (UFMS), Estado (Secretaria de Educação do Estado e Funai), organizações não-governamentais (CIMI e Missão Presbiteriana)

(Girotto, 2001 p. 91). Duas décadas após o início da luta, os índios conseguiram o primeiro curso oficial, este com as características desejadas. Aqui é importante ressaltar que o Movimento dos Professores Guarani/Kaiowá[6] começa a conseguir respostas para vários anos de movimentação e luta.

A educação indígena continuou com a presença marcante do Movimento dos Professores Guarani/Kaiowá, tendo o curso Ara Verá iniciado em 1999, esse curso tem a função de formar professores indígenas para ministrar aulas nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Atualmente este curso está em sua terceira edição, a qual teve início em 2006. A parceria para que este curso se realizasse contou com a participação da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)/UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados, UCDB (Universidade Católica Dom Bosco), Secretaria Estadual de Educação (do Mato Grosso do Sul) e Secretarias Municipais de Educação do Cone Sul (região Guarani/Kaiowá do Mato Grosso do Sul).

Por fim chegou-se, sempre com luta, até o curso *Teko Arandu*, este oferecido pela Universidade Federal da Grande Dourados em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco e a Secretária de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. Trata-se de um curso de Licenciatura Indígena voltado para a capacitação dos professores indígenas para ministrar aula em diversas disciplinas das escolas indígenas, inclusive no Ensino Médio. O curso foi iniciado no ano de 2006. Há nesse curso um período básico, com todos os alunos participando conjuntamente de aulas consideradas básicas para sua formação, e, em um segundo momento, serão separados em grupos para aulas específicas nas diversas especializações oferecidas no curso.

Foi neste ambiente de pessoas que participaram efetivamente da luta para estar na universidade que surgiu a pergunta sobre o 'ok'. Por isso, ela recebeu este viés de investigação, se em uma escola regular tal pergunta deveria ter um enraizamento para outras questões pertinentes que ela traz implícitas, em um ambiente em que os alunos não apresentam o português como primeira língua, ela alarga o campo de discussão.

O ensino escolar indígena está, portanto, nas portas das universidades, várias delas ofereceram as Licenciaturas Indígenas e todas certamente estão às voltas com questões que as levam a refletir sobre o ensino e não só o indígena, mas o regular. Aqui está uma destas questões, e oferecida pelas etnias que entraram no ensino público superior por meio de vários anos de luta insistente. Mostram o quanto podem colaborar com o ensino brasileiro.

Biligüismo

A língua quando olhada de um ponto de vista discursivo não é senão um construto social que permeia interações e é carregada de ideologias, pois seus falantes são seres histórico-socialmente construídos. Por isso, os significados precisam ser partes do momento de criação. A língua para um bilíngüe são duas línguas, e dependendo do momento de uso, ele escolhe qual deve usar. Suas práticas diárias são capazes de definir quais são as possibilidades ofertadas. E ele 'define', então, se deve usar ou não uma língua ou outra.

Parto do pressuposto de que é impossível ver a língua fora do seu contexto de uso. Qualquer questão que possa surgir deve ser encarada como nascida em um ambiente de funcionamento da língua. E que somente dentro deste ambiente se pode responder a tais questões. A ideologia e o poder são ingredientes permanentes dessa interação que é a língua. Em uma sociedade que domina duas gramáticas[7] surgem questionamentos que somente dentro deste contexto podem ser esclarecidos. Nisto o discurso oferece mais subsídios.

Ao se colocar lado a lado duas línguas, algumas condições são imprescindíveis para estudá-las. Uma é certamente como uma delas é posicionada em relação à outra, nisto a língua não tem uma resposta por si só, ou pelo menos não consegue dar uma explicação que se sustente sem ter o contexto permeando tal explicação. Dizer que o falante bilíngüe dispõe de duas gramáticas e que transita de uma para outra como bem quer desde que o outro falante o compreenda não é uma explicação segura; explicar o próprio ato de ser bilíngüe já exige certo posicionamento.

Os falantes indígenas do guarani/kaiowá não escolheram que queriam dominar o português além de sua língua materna porque acham aquela língua a melhor para sua interação. Eles estão em um ambiente em que uma língua faz parte de sua cultura e a outra é a oficial do país. Como eles precisam discutir com as autoridades brasileiras, das quais a maioria absoluta (senão todos) desconhecem as línguas indígenas, os índios precisam dominar a língua dos não-índios. Este fato por si só já é uma posição de poder. Isto sem lembrar que as interações fora das aldeias (e algumas vezes dentro das aldeias) acontecem em língua portuguesa. O não-índio não se preocupa em aprender a língua indígena.

Para ser governador, presidente da república ou mesmo prefeito, não é exigido saber além do português. Quando se questiona o desconhecimento por parte de um político de um outro idioma, *idioma* será quase sempre sinônimo de inglês. As línguas indígenas, por outro lado,

não são colocadas como necessárias para alguém que não seja índio. A desvalorização chegou a um ponto que algumas etnias perderam suas línguas maternas. Portanto, este posicionamento da língua indígena, como coadjuvante da língua portuguesa, já mostra que ser bilíngüe não é pura e simplesmente uma questão de escolha. Para o índio, ser bilíngüe é uma necessidade, pois sua língua é a maneira mais adequada para representar e constituir sua etnia, e a língua portuguesa é a outra forma de interação necessária em um país que insistiu em ser monolíngüe durante muito tempo.

Não é interessante posicionar hierarquicamente uma língua em detrimento de outra, pois não seria cientificamente possível tanto do ponto de vista da forma quanto do funcionamento. Mas socialmente, os falantes valorizam uma língua, conseqüentemente desvalorizando outra. Temos uma massa de falantes do português no Brasil que está muito acima da quantidade de falantes de outros idiomas; entretanto, não se pode ignorar que isso foi fruto de vários anos de política monolíngüe, nos quais a língua oficial foi imposta sobre qualquer outro idioma, ignorando-se, inclusive, as línguas dos habitantes que já estavam aqui antes da chegada do português.

Isso serve para mostrar que é dado à língua portuguesa um lugar de destaque pela população brasileira, mas isso não pode ser creditado a um fato abstrato qualquer que seja diferente da relação de poder decorrente da imposição deste idioma como o oficial. O país colonizador procurava ocupar um espaço político e econômico que estaria mais inacessível (para seus objetivos) se houvesse mais de uma língua na posição de oficial.

Voltando, então, para questão do bilingüismo, vale lembrar que mesmo uma língua estando em muito contato com outra, isso falando que grande parte dos falantes do guarani/kaiowá estão em contato com a língua portuguesa durante uma boa parte de suas vidas, é necessário uma boa pesquisa para mostrar quais modificações ocorreram em decorrência desse contato.

Esses dados certamente ajudariam a elaborar políticas mais adequadas para lidar com tais etnias, pois é veementemente diferente o contato que existe entre a língua guarani/kaiowá e o contato entre o português e o inglês, por exemplo. Por não apresentarem o mesmo contexto de ocorrência, essas formas diferentes de contato levam a influências e modificações diferenciadas de uma língua sobre a outra.

Estes são alguns argumentos com pretensão de mostrar que os estudos de discurso oferecem discussões para se falar do contato e uso de duas línguas pelo mesmo falante. Isso porque a relação de poder que é externa à língua é o fator principal que força os falantes do guarani/

kaiowá a aprender a língua portuguesa, mas não faz o contrário. Tanto que a língua guarani/kaiowá não é um idioma que faça parte do rol das línguas ensinadas nos cursinhos de língua país afora. Se olharmos para Brasília, por exemplo, veremos que os cursos de língua oferecem inglês, francês e espanhol como opções principais, outras línguas européias são opções em poucos outros, mas não é fácil encontrar um local para se aprender o guarani.

A falta de procura para se aprender uma língua indígena também evidencia qual posição é dada aos sujeitos que falam tais línguas. Nesta parte, além de os cursos de língua não oferecerem alternativas e nem receberem procura, também as universidades mostram quais idiomas merecem destaque. Os cursos de letras oferecem habilitações em diferentes línguas, porém nenhuma indígena, isso em locais habitados por indígenas, e se não houver mobilização por parte das etnias interessadas, o horizonte não é promissor.

As universidades públicas federais e estaduais oferecem várias habilitações, mas todas direcionadas para os cursos de línguas européias, e parece não faltar alunos, mas, mesmo em locais com muitos habitantes índios, não há habilitações que privilegiem tais falares, e a falta de demanda é o argumento explícito nesta questão.

Atualmente com a quantidade de cursos de Licenciatura Indígena e com as universidades tendo que abrir as portas para esses povos, já se faz necessário pensar em como colocar tais práticas sociais dentro do ensino de tais línguas. As exigências desta nova sociedade que entra na universidade não darão alternativa para a sociedade que lá já estava. Em relação aos cursos de língua, é impraticável o ensino nos cursos de letras, atualmente, sem colocar no mesmo patamar as línguas européias e as línguas ameríndias. Isso pensando em um ensino que tenha como objetivo a igualdade de direitos e o pensamento crítico.

Portanto, falar de bilingüismo no Brasil passa por vários caminhos, porque não se deve pretender tratar o nosso bilingüismo como se fosse único. Os imigrantes europeus trouxeram suas línguas que vieram acompanhadas de todo um contexto de poder, são sociedades valorizadas no mundo ocidental. Exemplificando com o curso de letras, os imigrantes europeus do sul do Brasil vêem suas línguas à disposição nas universidades. Já as populações indígenas com suas diferentes línguas, já estavam aqui há muito, mas ainda não se viram no ensino. E brigam agora para ter um ensino específico. Estou, portanto, falando de dois contextos e duas formas de bilingüismo, igualmente importantes, mas que não se equivalem.

Empréstimo

O português brasileiro, igual a outras línguas do mundo, está trazendo para seu domínio palavras que são de outras línguas. Neste momento, a língua que mais fornece empréstimos ao português é o inglês. Palavras desta língua entram em vários contextos sociais no Brasil. Desde lojas de informática e roupas a restaurantes e lanchonetes, basta sair a rua para verificarmos a quantidade de palavras do inglês que neste momento fazem parte do ambiente dos falantes de português. Este ato de pegar um elemento de linguagem de uma língua e o usar em outra que não o tinha é nomeado empréstimo (Lyons, 1987 p. 154; Dubois et alii, 1973 p. 209; Trudgill, 1992 p. 14).

Isso é, em grande parte, o resultado de uma influência econômica e cultural de um país de língua inglesa. Como os Estados Unidos são a maior economia do mundo e a nação que mais influencia as outras neste momento, isso não só na área econômica , conseguem exportar muitas maneiras de ser que estão bastante arraigadas em suas origens para muitas nações que estão muitíssimo distantes, tanto geográfica quanto culturalmente. A mídia é um grande facilitador disso, nomes de filmes e de equipamentos de tecnologia em inglês já são vistos em larga escala, isso mesmo para equipamentos fabricados no Brasil e que serão aqui consumidos.

A mídia facilita a chegada destes termos tanto na classe mais favorecida da sociedade, a qual tem um acesso bastante significativo a várias mídias, quanto na sociedade menos favorecida, visto que o índice de lares brasileiros que tem acesso à TV, por exemplo, é muito alto. Então, alguns termos do inglês são tratados dentro do português, já como parte desta língua. Um exemplo disso é a palavra 'ok', o seu significado não precisa ser invocado de outra língua, os falantes nativos do português facilmente conseguem atingir tal significado. Por isso, aqui não me deterei em dizer o que tal palavra significa exatamente porque de tanto ela ser comum para nossa sociedade já não recebe o único significado que talvez a tenha feito vir do inglês. Esta palavra já tem um aspecto de termo português.

A diferença, portanto, marcante entre os termos 'ok' e 'deletar', mesmo que o segundo tenha recebido até uma terminação que o faz aparentemente muito mais brasileiro, é que o primeiro é mais popular, recebe um tratamento mais democrático, é de domínio de uma parte maior da população; já o segundo ainda é visto bastante ligado à atividade de informática (mesmo que não totalmente). São dois empréstimos, mas certamente não são vistos da mesma forma nas relações sociais.

Ilari (2003) prefere separar empréstimo em Anglicismos e Estrangeirismos. A explicação mais plausível para tal fato é que neste momento a

língua estrangeira que mais influencia o português é o inglês, por isso a palavra 'anglicismos[8]'. O uso de termos do inglês dá *status*, mostra que o falante faz parte de um grupo, por isso falar separadamente da influência do inglês no português é importante, não é um fator somente lingüístico, é muito mais um fator cultural que insere quem faz uso de tais empréstimos em um quadro social prestigiado. Essa justificativa valida bastante a separação fornecida por esse autor.

Porém, ao se falar das línguas indígenas guarani/kaiowá e o português, os dois termos não são bons. O primeiro não cabe de forma alguma e o segundo teria que receber um significado muito amplo para dar conta, perdendo o seu significado mais usado, e isso não ajudaria a manter um debate simétrico. Pois para os indígenas nas aldeias o português é externo, portanto estrangeiro; já para a sociedade brasileira (fora das aldeias), qualquer idioma que não seja o português é dado como estrangeiro, e isso não têm ajudado as sociedades indígenas. Nos dois casos, os índios foram posicionados fora da sociedade brasileira, estrangeiros dentro do Brasil.

Os empréstimos sofrem adaptações para tornarem-se parte da nova língua, na qual entraram, uma das mudanças é na pronúncia. A mudança na pronúncia mostra que a língua recebedora também influencia esta nova palavra e dependendo do vocábulo, este terá que se adaptar a algumas regras, mesmo que somente fonológicas. Quanto ao 'ok', por ser um vocábulo curto, de fácil pronúncia e com estrutura silábica equivalente ao português teve uma adaptação tranqüila. Por isso, seu empréstimo foi bastante difundido; não se percebe resistência quanto ao seu uso.

Mudança de código

Para falar da relação entre sociedade e a quantidade de línguas que fazem parte da realidade das pessoas, podem-se tomar à mão alguns conceitos. O primeiro mencionado foi o de empréstimo, mas ainda é necessário falar sobre mudança de código. Para Mello (1999), é um aspecto bastante comum do bilingüismo, pois ao conviver com duas línguas o falante pode às vezes alternar o uso, isso em um mesmo turno de fala. Não se pode negar, porém, que ao usar uma língua em 'conjunto' com outra, revela a presença de influência de uma sobre a outra. Para Skutnabb-Kangas (1981), a mudança de código pode ser usada para medir o bilingüismo.

Romaine (1995, p.121) cita Gumperz para definir mudança de código, como a capacidade do falante em passar de uma língua para outra. Esta autora também ressalta que a mudança de código é uma estratégia importante para o falante bilíngüe. Isso quer dizer que o falante não faz

uso indiscriminado de uma língua dentro de outra língua, ele tem duas línguas a sua disposição, sendo assim fará uso do que dispõe. A mudança, neste contexto, transforma-se em uma alternativa no processo de interação por meio da língua; se o falante tem à mão uma língua, ele a usa; se tem duas, é natural usá-las também.

Em um ambiente bilíngüe, a quantidade de estratégias disponíveis é maior que em um ambiente monolingüe, isso quando se fala em possibilidade de língua. Estou falando do óbvio, uma ou duas línguas à disposição do falante. E dependendo da necessidade, ele lançará mão de uma destas possibilidades; não estou dizendo que conseguirá se comunicar ou interagir melhor que um falante monolíngue, mas constatando que se ele tem um instrumento diferente, fará uso de tal instrumento.

A escolha não é aleatória (Mello, 1999); o falante tem à sua disposição um instrumento, e o usará dependendo da necessidade do uso da língua e também das possibilidades que tal instrumento apresenta. Parece não ser esperado que um falante bilíngüe transite entre duas línguas se ele está em um processo de interação em que outro (ou outros) falante (s) não seja (m) bilíngüe (s) (os dois atores não dominem as mesmas línguas). Mas os instrumentos também possuem sua lógica e, neste caso, eles acabam aparecendo nas mais variadas situações de uso da língua.

A situação de uso da língua dá ao falante bilíngüe a possibilidade de dispor da munição que possui. E ao passar de uma gramática própria de um sistema para outra gramática de outro sistema, certamente sabe que não estará gastando munição sem objetivo. Pois o processo de interação pede um tipo de munição que o falante certamente tem; caso contrário, terá que se adaptar às possibilidades existentes. Não vale um tiro no escuro, sem estratégia definida.

O contexto da comunicação define a mudança de código, a finalidade da interação explica as escolhas dos falantes. Tanto o falante bilíngüe quanto o monolíngüe têm escolhas para definir o melhor (mais adequado) uso da língua, e os significados dados dependem de necessidades práticas do uso da língua. Portanto, são as práticas sociais que definem se cabe o trânsito permeando duas gramáticas.

Os alunos da Licenciatura Indígena (Teko Arandu) são das etnias Guarani e Kaiowá, possuem como primeira língua o guarani e o kaiowá e usam diariamente com seus alunos, familiares e outros índios da aldeia suas línguas maternas. Na faculdade e com falantes não-índios usam o português; para alguns, o espanhol também é uma segunda língua, isso justificado pela proximidade com a fronteira. Eles dominam ao menos duas línguas; seus amigos e familiares (em sua maioria) também dominam; fora desse círculo, os não-índios só utilizam o português.

Porém, se o domínio dos dois idiomas influencia nos dois contextos de uso especificados, é outra discussão importante que não será aqui aprofundada, não por não merecer, muito mais por não ser o centro da discussão desse texto.

A aula da Licenciatura Indígena

A pergunta que está no título deste artigo ainda merece mais uma consideração de contextualização, que está relacionada com a auto-imagem do povo indígena e a imagem que o não-índio faz sobre o índio. Borges (2006) mostra que os índios demonstram cada vez lidar melhor com uma imagem própria, a qual não foi totalmente criada pelo grupo representado. Eles demonstram que são capazes de lidar com as transformações ocorridas na sua cultura.

As sociedades passam por mudanças advindas de influências do meio. Quando o índio reconhece que após muitos anos de contato com a cultura não-índia não é mais possível viver como antes do contato deixa claro que é importante neste momento fortalecer, por meio da valorização, sua cultura, mas que não se deve pretender retornar a um 'estágio-puro', como era a sociedade antes do contato, por exemplo. Quando se pensa assim, se liberta da necessidade de ficar somente buscando no passado a sociedade desejada. Começa-se então a acreditar que é possível manter no presente a sociedade que se tem.

O perigo nesta questão gira em torno de acabar não vendo a importância e a necessidade de manter certas características. Porém, ao sujeito cabe a responsabilidade de escolher quais traços devem ser mantidos. Neste caso, o grupo social definirá[9] quais marcas culturais devem ficar. É certo, porém, que nisto há influência de outros - outro risco necessário. Essa discussão é válida a partir de um ponto de vista segundo o qual toda sociedade deve ser autônoma para lidar com suas questões. E somente a própria sociedade vivencia suas necessidades, desta forma só ela tem legitimidade total sobre si.

Pessoas que não fazem parte de um grupo podem participar das discussões sobre o fortalecimento de tais grupos, mas não devem agir acima das escolhas próprias daquele grupo, ainda que se considere errada científica e/ou lingüisticamente. As boas escolhas, quando tomadas por não participantes de uma comunidade em prol de tal comunidade, são interessantes, mas não são tomadas por alguém que vive a comunidade.

A sociedade está intimamente ligada à língua e vice-versa. No contexto que estou comentando, os Guarani e kaiowá sofreram inúmeras influências da sociedade não-índia; isso fez com que suas culturas mu-

dassem em muitas características no decorrer de séculos de contato. É mister dizer que a língua não ficou imune. A sociedade não-índia no Brasil[10], também, passa por um momento que culturas nacionais estão sofrendo a influência da cultura norte americana principalmente. Isso significa que um dos traços assimilados é o da língua do país dominador.

Dessa forma, o inglês influencia o português e muitas palavras que estão nascendo na nossa língua apresentam sua origem naquela língua. Principalmente quando se fala de tecnologia, quase toda importada e em língua inglesa. Até alguns produtos produzidos e consumidos no Brasil, geladeiras por exemplo, trazem palavras em inglês para denominar suas funções. É normal ver camisetas e músicas sendo consumidas sem que o comprador consiga entender o que 'lê'.

Nas línguas indígenas não pode ser diferente. Só que o contato é com o português e esse representa a língua de dominação, que tem mais prestígio. Espera-se com isso que aquelas línguas recebam a modificação imposta por esta. Mesmo que pareça uma agressão, tanto neste caso quanto no citado nos parágrafos anteriores, a interferência de uma cultura dominadora sobre outra cultura, normalmente dominada, não deixa a língua impune, mas não chega a ser algo que deve ser banido, primeiro porque isso é impossível para a nossa realidade.

Esta é a resposta para o uso do 'ok' na aula; a língua inglesa já trouxe algumas palavras que são de domínio de quase toda a população, se não de toda, por isso as pessoas não estranham quando esse empréstimo aparece na fala do monolíngue, portanto, não aparece aqui a figura do bilíngüe, pois a maioria da população brasileira só fala o português e mesmo assim usa naturalmente alguns termos do inglês.

Como a aula era em um ambiente bilíngüe, no qual a maior parte dos falantes tem como primeira língua o guarani/kaiowá, causou estranhamento o empréstimo do inglês. Mesmo que esta palavra esteja extremamente difundida dentro da língua portuguesa, eles (povos Guarani e Kaiowá) não dominam a língua portuguesa como o falante monolíngue, e, mais importante, não estão inseridos na sociedade não-índia, de forma que algumas práticas sociais desta sociedade não estão naquela sociedade.

A língua inglesa parece que só chegará à língua guarani/kaiowá por meio da língua portuguesa, isso quando se fala de empréstimo. Apesar de terem em casa televisão e aparelho de som, os quais certamente levam empréstimos do inglês, os indígenas ainda necessitam muito mais do português que do inglês. Isso porque suas lutas diárias, ou seja, suas práticas sociais apresentam como requisito básico o contato com o não-índio que tem a língua portuguesa como materna. E na aula, onde

apareceu a língua inglesa, a dificuldade de entendimento, que ficou na relação entre três línguas, causou a substituição da palavra por outra 'em português'.

É necessário esclarecer que algumas tribos Guarani/Kaiowá estão em contato mais próximo com o não-índio que outras, por isso, espera-se que eles tenham recebido mais influência desta comunidade que aqueles que estão mais distantes. Todos certamente mantêm contato, tanto que já enfrentam vários problemas típicos da comunidade não-índia, como droga, álcool e violência, por exemplo. Entretanto, estes fatos não são suficientes para colocá-los no mesmo patamar cultural que a sociedade fora das aldeias. E, certamente, aqueles que ainda conseguem ficar distante das cidades tem menos contatos com a sociedade de cá.

De qualquer forma, eles não participaram do significado que a palavra 'ok' deveria receber dentro de um contexto. Fato que mostrou que esta palavra não faz parte de suas práticas. Não perguntei na sala quantos conheciam o sentido de tal palavra, mas ficou claro que a maioria, senão todos ficaram muito interessados na resposta. E, claro, esta pergunta nos levou (professores de linguagem) a trazer alguns conceitos para o nosso debate. E o de empréstimo foi primordial.

Uma comunidade que está inserida em uma língua oficial sem tê-la como materna e que precisa desta língua para suas práticas, necessita ter políticas voltadas para manutenção de sua própria língua. Pois é importante perceber que a língua desta comunidade será influenciada, o que não quer dizer que não deva ser fortalecida sempre, visto que o fortalecimento desta língua significa o fortalecimento desta comunidade.

Cursos de Letras e as Línguas Indígenas

Por falar em fortalecimento, um bom termômetro para esta questão são os cursos superiores que preparam licenciados e bacharéis em línguas. Quando se procura ver nas instituições públicas quais disponibilizam, em seus vestibulares, vagas para estudar as mais variadas línguas indígenas não se encontra. Há vagas para estudar diversas línguas européias; também já estão disponíveis alguns cursos em línguas asiáticas, fato que se deve principalmente ao fator economia mundial, mas não há cursos dedicados às línguas ameríndias[11].

Nem mesmo os estados com grandes populações indígenas disponibilizaram tais cursos. O que está sendo colocado, uma prática recente, são cursos de Licenciatura Indígena, os quais são específicos para indígenas. O que já representa um ganho, inclusive de valorização, mas ainda não posiciona as línguas indígenas no local de destaque dentro das instituições, locais estes reservados a outras línguas.

Já existem linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação de várias instituições federais e estaduais direcionadas para o estudo de línguas indígenas. O que prepara profissionais que podem atuar em cursos destas línguas na graduação. Isso mostra que não pode ser creditada à falta de profissionais a ausência de cursos de graduação que objetivem a formação de profissionais em línguas indígenas brasileiras. E mesmo que ainda não haja profissionais em todas essas línguas, isso só confirma a necessidade de ter cursos direcionados para tais formações.

As academias, ao disponibilizarem tais cursos, estariam demonstrando suas preocupações com as línguas que não estão no cenário internacional, mas que precisam de profissionais habilitados a realizar, não somente o ensino na língua materna dos indígenas, mas também o debate nacional sobre a inserção destas populações nas câmaras políticas; neste último caso, vislumbro a obrigatoriedade de cotas para indígenas.

Todas as questões de manutenção de tais cursos certamente devem ser vistas com olhares diferenciados, porque se o único viés tomado for o financeiro talvez se inviabilize o funcionamento deles. Mas se o olhar for quanto ao fortalecimento de línguas indígenas para que as comunidades que falem estas línguas possam ter seus espaços nos meios acadêmicos e na sociedade brasileira respeitados, o ganho é real. Uma sociedade mais igualitária é ganho para todos.

O financiamento de tais cursos traz o retorno para a sociedade ao torná-la mais igualitária, pois estes colocam línguas diferentes, que representam sociedades bastante heterogêneas, dentro de um tratamento diferenciado, mas ao mesmo tempo dão a essas sociedades condições de participarem do debate. Portanto, o que vale é ver o que pode representar para a comunidade indígena a colocação de uma língua indígena à disposição de uma comunidade não-indígena. Pois a obrigação é que a língua deve ser, além de ensinada, pesquisada e discutida.

Outro fator importante para sensibilizar as universidades é o ensino de língua materna. No Brasil, o número de indígenas é grande e as escolas precisam se conscientizar da importância do ensino das línguas destes povos nas escolas, isso não só para os indígenas, mas principalmente para os não-indígenas. A melhor justificativa para essa afirmação é que em comunidades com vários alunos indígenas, eles conviverão com estudantes não-indígenas. Então porque não oferecer o ensino destas línguas para estes estudantes, pelo menos nestas escolas onde há indígenas?

No caso específico da Grande Dourados, os municípios oferecem escolas indígenas, as quais não vão até o Ensino Médio e na maioria dos municípios também não conseguem suprir a quantidade de vagas para o Ensino Fundamental. Isso quer dizer que há alunos indígenas fora das

escolas indígenas, e se o número é reduzido talvez a questão principal seja que os alunos indígenas não se reconhecem no ensino oferecido.

Portanto, em uma cidade como Dourados – MS, onde a população Guarani/Kaiowá/Terena é muito grande, deve-se preparar as escolas para oferecer pelo menos a possibilidade de ensino de uma língua indígena, estou falando não só da escola indígena, onde isso deve ser obrigação, mas da escola não-indígena. A partir do momento em que os alunos perceberem a importância desta língua no ensino, e não só das línguas européias, eles estarão percebendo como é importante dar visibilidade às comunidades indígenas brasileiras.

Vale ressaltar que quando os próprios indígenas assumirem a condição de professores de suas línguas, eles estarão aparecendo muito mais na sociedade de que fazem parte, isso tanto na indígena como na não-indígena. Trata-se do papel da visibilidade que novamente surge, se reapareceu é porque precisa ser debatido. Os indígenas precisam aparecer dentro da sociedade brasileira, da qual eles são participantes.

E para oferecer o ensino, ainda que optativo, das línguas indígenas é de real importância que surjam cursos formadores de professores para tais disciplinas. Pois para as regiões com muitos indígenas é importante que toda a população possa ser vista, e que ocupe os seus espaços. Neste momento, as minorias não conseguem aparecer ou aparecem pouco, e precisam receber especial atenção das autoridades. No caso indígena[12], a universidade pública deve para essas comunidades núcleos de discussão e de valorização desta cultura. Ao oferecerem cursos de graduação que tenham o objetivo de formar profissionais das 'Letras Indígenas', as universidades não estarão fazendo um favor, mas pagando uma dívida social.

As línguas guarani e kaiowa

As línguas guarani e kaiowá ainda são alocadas como eminentemente orais, porém as necessidades destas comunidades têm feito com que cada vez mais tais línguas apareçam na modalidade escrita. Os cursos de formação de professores são bastante responsáveis por mostrar que uma definição quanto à escrita de tais línguas é uma questão que precisa ser discutida, tanto pelas comunidades que usam as línguas, quanto pela sociedade brasileira como um todo; trata-se de uma questão de política lingüística que a comunidade brasileira não pode mais adiar. Tanto a educação escolar indígena quanto o espaço e uso destas línguas minoritárias precisam de amplo debate, isso para valorizar e proteger tais comunidades. Nesta questão a escrita de tais línguas, ou a importância que tal modalidade destas línguas tem recebido pelas comunidades amerín-

dias, é uma questão primordial para debater uma política lingüística de manutenção e fortalecimento.

O Paraguai já está há mais tempo publicando em guarani e pode contribuir bastante neste debate, pois há uma crescente necessidade de definição quanto à escrita das duas línguas. Algumas palavras e algumas construções são produzidas, na escrita, de maneiras distintas dependendo de quem escreve ou onde escreve. Mas como os falantes estão precisando ensinar a escrita nas escolas indígenas, percebe-se uma inquietação quanto a uma escrita única (fato que também merece debate). Portanto, a chamada das comunidades Guarani e Kaiowá para pensarem sobre esta modalidade de uso de suas línguas torna-se primordial para que se definam esta e várias questões de uso destas línguas e principalmente da modalidade escrita delas.

Não quero com isso insistir no 'chavão' de que a escrita é uma modalidade totalmente nova para esses falantes, não o é. A escrita do português faz parte do dia-a-dia deles há bastante tempo, pois há vários indígenas com formação no ensino básico e superior. Já para a escrita em suas línguas, basta olharmos para os movimentos sociais e políticos destes grupos, principalmente do Movimento de Formação de Professores que debate e firma a necessidade de alfabetização e letramento nas línguas indígenas; portanto, esse debate não é recente. Mas é certamente atual, pois ainda não conseguiu ter seu eco na sociedade brasileira, continua como se fosse uma questão menor e restrita a alguns grupos étnicos.

O(s) debate(s) da escrita – uma ou duas para os guarani e kaiowá, uma ou mais para a língua guarani – surge como inadiável no contexto de uma sociedade brasileira que precisa ver-se como plural.

Primeiramente, uma ou duas línguas – guarani e kaiowá. Essas duas comunidades de fala mostram que há várias diferenças que insistem em aparecer tanto no momento da escrita quanto no momento da fala, isso exige um debate. Como essas duas etnias estão juntas nesse momento na construção de uma licenciatura indígena, há uma insistência em tratar as duas etnias como falantes da mesma língua, mas os falantes fazem questão de mostrar que há diferenças marcantes entre tais falares, o que levanta a necessidade de um estudo (ou de uma ampla discussão) para decidir se estamos falando de uma só língua (guarani/kaiowá) ou se estamos falando de duas línguas (guarani e kaiowá). Entendo que neste momento manter a união faz estas etnias mais fortes, mas será que é necessário não ver as especificidades de cada língua? O que se percebe é que não dá para resolver tal questão em um parágrafo de artigo, nem em um artigo inteiro.

Nomear de guarani uma língua que é de uso das etnias guarani e kaiowá tem muito mais que o uso de uma mesma língua, é uma questão

política de dois grupos étnicos e não é pertinente impor uma separação, pelo menos neste momento. Porém, não se devem minimizar questões que merecem um amplo debate. Ao se escolher um nome, pretere-se outro (Fairclough, 2001). E não é simples dizer que trata-se de uma ou duas línguas, mas como a situação política exige união, uma língua para duas etnias torna a língua mais forte. Haverá mais falantes para defender tal falar. O que deve ficar claro é que é mais uma decisão política, portanto, enviesada de escolhas ideológicas e não de verdades definitivas.

A língua guarani é falada em um amplo território com influência diferenciada, principalmente a variante de região. Por isso, talvez a língua guarani mereça ser chamada de línguas guarani. Essa variação dentro da língua guarani também cria obstáculos para a escolha de uma escrita (não veja como pressuposto a necessária escolha de uma variante ao invés de outras). Lidar com a escrita do guarani exige primeiramente que esteja claro para o autor da escrita que ele está produzindo um texto que segue padrões de uma variante do guarani. A qual não é unânime para todos os falantes desta língua. Isso leva a pensar se é possível definir uma única variante para ser escrita, ou se é mais importante respeitar os vários falares. Esse debate também é vasto, envolve fatores que ultrapassam o fator lingüístico.

A escrita das línguas guarani e kaiowá, ou ensino de escrita, exige ações que fazem do professor um debatedor destas línguas, pois as escolhas de sala de aula levam ao debate destas etnias e de seus posicionamentos no cenário nacional e internacional (principalmente no âmbito da América do Sul). Portanto, o professor é um político que faz do seu material didático um argumento para posicionar sua língua dentro de uma perspectiva política. O que é interessante, principalmente se ele tiver consciência disso.

A escrita na(s) língua(s) guarani e kaiowá

As aldeias que rodeiam as cidades do interior do estado de Mato Grosso do Sul, como já foi mencionado, são habitadas por índios que têm um contato quase que diário com não-índios. A língua que medeia tal contato é a portuguesa. Sendo que, como muitas aldeias estão na região de fronteira com o Paraguai, o espanhol também é uma língua próxima para esses grupos. Portanto, já se esperava que estas duas línguas influenciassem a língua guarani e a língua kaiowá.

Os textos coletados mostraram que há palavras do português e do espanhol presentes nas línguas indígenas coletadas. Os alunos ao escrever, mesmo que havendo uma prática por parte dos professores que mostra a necessidade de valorização da língua indígena, colocam muitas palavras

que não pertencem a tais línguas. Tanto o espanhol quanto o português aparecem em vários trechos dos textos dos alunos.

Selecionei alguns textos que faziam parte de um momento de produção que não teve a participação efetiva de professores, era uma produção que não apresentava possibilidade de interferência na escolha das palavras, também não teve muito tempo para revisão, tratava-se de um momento para produzir uma escrita poética livre. Portanto, foi um texto escrito em que a preocupação com regras não foi a tônica principal. Essa liberdade de escrita proporcionou um local para o casamento entre três línguas, não esquecendo que a língua inglesa não apareceu. Dentro do território nacional, essa falta chama a atenção.

Dos seis textos do gênero poesia coletados, somente em um não aparece pelo menos uma marca das línguas portuguesa ou espanhola. É salutar salientar que a língua continua sendo guarani e kaiowa, a quantidade de palavras que apareceram não pode ser em nenhum momento sinônimo de que alguma outra língua esteja ocupando o espaço das línguas indígenas mencionadas. Mas também não se pode ignorar que as várias palavras que estão recebendo os holofotes desta discussão (as quais podem ser conferidas nos anexos) são todas de línguas estrangeiras às línguas indígenas. Isso já mostra que a influência é das línguas européias. Há aqui uma assimetria de forças; são línguas que não recebem o mesmo poder, as línguas influenciadas são de grupos sociais mais vulneráveis, os quais estão procurando aumentar sua participação nas discussões.

Mesmo nos textos escritos, os empréstimos acontecem de diversas formas e em vários momentos, sendo que em alguns textos a quantidade de empréstimos pode deixar preocupados os mais puristas das línguas; entretanto, mesmo pensando criticamente sobre tal fato, tal número não está acima do esperado. São duas línguas minoritárias que não estão com seus espaços de uso definidos e acabam perdendo ambiente para a língua portuguesa. Como quase todos os falantes adultos das línguas guarani e kaiowá sabem português, eles transitam nas duas línguas sem maiores problemas; esse fato facilita a entrada do português na sua fala diária em suas línguas.

A escrita ainda é muito ligada ao português, tanto que eles costumam escrever em guarani somente na escola. Suas interações com o não-índio exigem mais textos escritos e em língua portuguesa que suas interações dentro das aldeias, esse fator acaba posicionando suas línguas no parâmetro quase somente oral. Portanto, a falta de práticas sociais ligadas à escrita nas aldeias colabora bastante com a não prática da escrita. Colocar essa modalidade como parte do seu dia-a-dia é uma escolha dessas comunidades, mas não é simples, pois como estamos vendo

a prática social que exige a escrita ainda não é muito difundida nas aldeias, e o uso da variante escrita fica restrita à escola.

Essa falta de espaço para a escrita nas aldeias não deve servir de argumento para não inserção dessa modalidade da língua, principalmente porque essa comunidade é que está exigindo essa nova prática. Mas não é argumento porque as comunidades mudam. E a escrita traz consigo um status próprio que mesmo sendo passível de justa crítica, ainda é muito valorizado na sociedade mundial, portanto é válido entrar neste rol de línguas. Já existem muitos textos escritos em guarani, mas no dia-a-dia da comunidade essa modalidade circula pouco (ou muito pouco).

E para falar de políticas

As decisões que as sociedades Guarani e Kaiowá precisam assumir em relação a suas línguas fortalecem a idéia da busca por especialização nos estudos de linguagem. Não só para eles, mas por toda sociedade brasileira. Não basta legislar sobre a obrigatoriedade de suas línguas em suas escolas e comunidades, pois as necessidades desses povos ultrapassam a fronteira de suas terras.

Toda a sociedade brasileira, à qual as duas etnias aqui alocadas pertencem, deve posicionar-se diante da necessidade de expor um país plurilíngüe. O *status* (Calvet, 2007) das línguas indígenas somente atingirá um patamar desejável com o envolvimento da população como um todo. Não basta a língua indígena estar nas aldeias, ela deve ocupar o seu espaço no país, na sociedade brasileira. Não se deve esquecer que ficará muito difícil dar um *status* a uma língua indígena caso ela não disponha de falantes, por isso o incentivo ao uso das línguas indígenas dentro de suas aldeias é extremamente importante, pois o não desaparecimento dessas línguas deve-se principalmente ao fato de os falantes a usarem. Entrementes, essas línguas precisam recuperar o seu espaço na sociedade, principalmente porque junto com esse "espaço lingüístico" virá um espaço social, tirando esses povos da incômoda posição de anônimos.

Juntando a necessidade dos povos indígenas quanto ao uso da língua com os estudos dos lingüistas, aparecerá qual a melhor política lingüística para esses povos. Calvet (2007) mostra que a posição do estudioso da língua deve ser de verificar qual política é necessária e aceitável por e para um povo, assim ela terá chances de implementação com sucesso. Claro que o próprio ato de se padronizar algo na língua já significa escolha (Pagotto, 2007); desta forma, as políticas direcionadas à língua já trazem consigo este estigma. Não é possível padronizar algo que tende ao plural sem que se valorizem características em detrimento de outras.

As línguas indígenas são posicionadas em situação assimétrica em relação à língua portuguesa. Mas o exercício de uma política para as línguas 'brasileiras' não pode ignorar qual a funcionalidade de cada língua indígena e qual a interação que essas comunidades querem entre a língua delas e a língua majoritária. O guarani é falado em vários estados brasileiros e, além disso, é língua muito usada em vários outros países; por isso, uma política lingüística para essa língua não pode preterir dessa informação, tanto quanto não podem deixar de existir tais ações. Os povos Guarani e Kaiowá estão participando dos debates em torno das medidas para tais encaminhamentos, mas a sociedade brasileira ainda parece fechada para tal debate.

Talvez essa questão esteja atrapalhando, porque é necessário posicionar três sujeitos ativos na construção de políticas lingüísticas eficazes: o Estado, os falantes e os especialistas em tais línguas. Para as duas referidas línguas deste artigo, os falantes estão imbuídos na tarefa de valorização de suas línguas, tendo já conseguido diversas vitórias, sendo as vagas na universidade uma delas; outra é a alfabetização em primeira língua. Por eles estarem nesta empreitada, o Estado brasileiro já adotou diversas medidas que levaram as reivindicações destes povos para a legislação do Brasil. A constituição é um exemplo disso. O terceiro sujeito ainda é escasso, os estudos em língua indígena acontecem em vários centros, isso no Brasil e em outros países, mas falta a ligação desses especialistas com falantes e Estado, na participação das tomadas de decisão.

Os especialistas são não-indígenas, mas é importante que a ciência participe das tomadas de decisão, como ela ainda não está totalmente disponível para os indígenas. E mesmo que esteja disponível, não significa que eles terão oportunidade de chegar até ela. Eles são posicionados somente como falantes, mas devem se deslocar até os especialistas, assumindo esta posição. Isso representará uma valorização matemática.

Tentando finalizar

A escola/universidade não é uma invenção indígena nem tampouco a escrita. Mas as comunidades indígenas estão envoltas na condição de ocupar espaço em uma sociedade. A exigência é a filiação a uma forma de escrita, e isso normalmente vem acompanhado da exigência de escolarização. Não é, portanto, simples encarar essa situação de inclusão das comunidades indígenas; primeiro, porque o olhar da inclusão é do não-índio. Vendo assim fica claro que todas as iniciativas são exteriores ás aldeias, isso deixa cada passo em alerta. Mostrei anteriormente que as comunidades estão participando das tomadas de decisão, estão afirmando o que querem, inclusive todo este texto se baseia nisso para

defender que as línguas indígenas possam ser debatidas não só por um pequeno grupo de estudiosos, mas por toda a comunidade. Entretanto, são modificações dignas de discussões cada vez maiores.

O fato inquestionável, pelo menos para mim, é a necessidade de políticas adequadas para que a escola não seja simplesmente um local onde se ensina uma escrita de uma língua para cujo ensino os próprios alunos não verão motivos. Principalmente porque a modalidade escrita da língua, para a comunidade Guarani/Kaiowá fica muito restrita à escola, e eles não ficarão lá a vida inteira. Se não houver medidas internas e externas que posicione a fala e a escrita dessa língua dentro de práticas sociais válidas para essa comunidade, a escola indígena terá um fardo enorme pela frente, pois será encarada como a salvadora da tradição de um povo. Dar essa justificativa para a escola é quase que imbuí-la de uma obrigação fadada ao insucesso. Ficando desconectada de uma prática social, a escola estará só, pois sua única opção será o ensino de uma escrita desacreditada e sem espaço.

Contra ingênuos postulados indagando o que haveria de errado na metodologia de ensino bilíngüe aplicada nessas escolas aparecem enunciados apontando para o princípio sociolingüista de que o uso de uma língua está intimamente ligado a questões econômicas e de valorização social – por exemplo, o desprestígio da variedade baixa nas relações comerciais – e que o uso de uma língua minoritária somente na escola não pode garantir sua existência... (Souza e Ribeiro, 2007, P. 129)

Estou defendendo a escola indígena e o ensino da escrita, pois relembro novamente: essa é uma exigência deles (indígenas), mas acredito que o acompanhamento estatal deve ultrapassar os limites da escola e abrir espaço para as comunidades proporem formas de sua escrita aparecer em documentos, jornais, cartas e outros gêneros que fazem parte do seu dia-a-dia. Caso contrário, teremos uma proposta de escola messiânica, que não salvará nem a si mesma.

Notas

1. Trabalha com a área de linguagem do Curso de Licenciatura Indígena ofertado ás etnias Guarani/Kaiowá.

2. Não farei distinção entre lingua guarani/kaiowá e línguas guarani e kaiowá, pois essa é uma discussão deste texto.

3. Será comentado mais sobre Ara verá e Teko Arandu nas seções seguintes.

4. O significado de cultura aqui é o falado por Edgar Morin (2004): "de acordo com a distinção clássica, proposta pela sociologia alemã do século XIX, chama-

se cultura o que é próprio de uma etnia, de uma nação, de uma comunidade – ou seja seus usos, crenças, hábitos, ritos, festas, deuses, mitos..."

5. No sentido de espaço geográfico.

6. Segundo Girotto (2001, p. 78) a partir de 1987 os missionários do CIMI convidaram alguns professores indígenas para refletir sobre a escola nas aldeias. Esse foi o contexto de organização dos professores chegando ao Movimento dos Professores Guarani e Kaiowá.

7. Isso vendo gramática como sinônimo de língua e não indo para a questão das variantes que são inúmeras, mas falar em duas, neste ponto, é suficiente.

8. Anglicismo é o termo usado para denominar palavras e construções gramaticais que o português recebeu do inglês.

9. Não estou falando de reuniões para isso, estou falando de práticas sociais que validam mudanças e permanências. A lógica para isso, se existe, não é focalizada aqui.

10. Cito o Brasil porque é pedido pelo contexto do trabalho, mas a sociedade norte-americana é imitada em muitos lugares do mundo. Transformando culturas e vendendo as peculiaridades do estrangeiro para o nacional.

11. A USP oferece um curso para estudar a língua tupi (tupi antigo), porém não é um curso de graduação e vale ressaltar ainda que o tupi antigo não é falado atualmente como língua materna. Esses dados, entretanto, não retiram a relevância e o mérito de tal iniciativa.

12. No caso das outras minorias, há também correções que obrigatoriamente precisam ser revistas. Como o cerne desta discussão é a comunidade indígena brasileira, citei somente este grupo dentre os grupos minoritários da sociedade.

Referências Bibliográficas

BORGES, Paulo Humberto Porto. Fotografia e representação indígena guarani. In *O bilingüismo e seus reflexos na escolarização no oeste do Paraná*. A. F. Fiúza & S. R. F. de Oliveira (orgs). Cascavel- PR: Edunioeste, 2006.

BRAND, Antônio Jacob. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani*: os difíceis caminhos da palavra. Porto Alegre, 1997. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas lingüísticas.* Trad. I. Duarte, J. Tenfen, M. Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CARVALHO, Edgard de Assis. Valores universais e ética intercultural. In: *Sob o céu da cultura.* G. de Castro & F. Dravet (orgs). Brasília: Thesaurus; Casa das Musas, 2004.

DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social.* Trad. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GIRROTO, Renata Lourenço. *Por uma nova textura histórica:* o movi-

mento de professores indígenas Guarani/Kaiova em Mato Grosso do Sul – 1988 a 2000. Dourados, 2001. (Dissertação de mestrado), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
ILARI, Rodolfo. *Introdução ao estudo do léxico: bricando com as palavras*. São Paulo: Contexto, 2003.
INNERARITY, Daniel. Educar para uma sociedade multicultural. In: *Sob o céu da cultura*. G. de Castro & F. Dravet (orgs). Brasília: Thesaurus; Casa das Musas, 2004.
LYONS, John. *Linguagem e lingüística*: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
MACIEL, Nely Aparecida. *História dos Kaiowa da Aldeia Panambizinho*: da década de 1920 aos dias atuais. Dourados, 2005. (Dissertação de mestrado), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
MELLO, Heloísa Augusta Brito de. *O falar bilíngüe*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.
MORIN, Edgar. O diálogo supõe a igualdade. In: *Sob o céu da cultura*. G. de Castro & F. Dravet (orgs). Brasília: Thesaurus; Casa das Musas, 2004.
PAGOTTO, Emílio Gozze. O lingüista e o burocrata: a universalização dos direitos e os processos normativos. In: *Política lingüística no Brasil*. E. P. Orlandi (org.). Campinas-SP: Pontes Editores, 2007.
ROMAINE, Suzanne. *Bilingualism* (2ª ed). Massachesetts-USA: Blackweel Publishers Inc, 1995.
SOUZA, Pedro de & RIBEIRO, Jaçanã. Oralidade e escritismo: dominância e contradição nas políticas lingüísticas de inclusão. In: *Política lingüística no Brasil*. E. P. Orlandi (org.). Campinas-SP: Pontes Editores, 2007.
SKUTNABB-KANGAS, Tove. *Bilingualism or not*: the education of minorities. Avon- England: Multilingual Matters 7, 1981.
TRUDGILL, Peter. *Introducing language and society*. London: Peguin English, 1992.

Anexos

TEXTO 1

OIKO CHE NDIVE
PETẼI YVY, KENTE KWERA NONHE
ÑANDU PORA I, OGUAPY OIVO
PE HA`E OHECHASE- VA YPY-PE
O MAẼ , OJERERE, OHO RAPE
RUPI. OIKO CHE NDIVE
PETEI TECHA- UKA Y ROVY- PORÃ

VA ENTERO OIKOTEVE- VA, PETEI ITA PORÃRE
HA`E PETEI TECHANGA`U – RA
(ENTERO) OIKO CHE NDIVE
ENTERO AVA- KUERA XE KUENTE KUERA
OHASE OPA MBA` E RUPI HA`E
NDOVYAIRI NDO CHU CASEIRI.

TEXTO 2

OIKO CHE PYAPYPE
CHE AVA CHE PYAGUAPY
A MA`E CHE RENONDE
O TOPAPE ÑATEYVA
O MA`E JOREHE

OIKO CHE PYAPYPE
CHE PETEI AVA OMBA'APOVA
CHE MBARETE CHE PY'AGUASSU
AMOPE SOPATU KOKUEPY

OIKO CHE PYAPYPE
CHE PETEI AVA AGUEREKO
TORI HÁ VY`A
AMOMBO VY'A REI
CHE AVA MBARETE

OIKO CHE PYAPYPE
CHE PETEI AVA MBARETE
FALTA PEIRI TORI
CHE RIEPYPE
A GUEREKO TORI VY'A

OIKO CHE PYAPYPE
CHE AVY'A, CHE
QUENTE KUERA NDIVE
ROMBA'APO ÑONDIE'PA

TEXTO 3

KO CHE PYA PYPÉ HAREKOVA
CHE HÁ'É PETEI KUNÃ HOIKUAHAVA MBA'É PORÃ
HA CHE HEKOVE, HETAMA HÁ HASA VYAHEY
KO'ÃGA HAIMETEMA HAIKUAPA PEHAHEJÁ VÁEKUE
ENTERO MBAE OKAÑI'AKUE CHE HEGUI ARANDU

AVY'A JEVYMA AKUAMA MBA'ECHAPA AIKOTA
CHE AMBA`APO HA AMBA`APOKUA`A CHE REYIKUE NDIVE
AVY'A ETEREI RENDIVE KUERA MAMO I OME HAPE
HA`E KUE OI AVE CHE NDIVEPA
NDAHEJAI HAVE ÑANDERU KUERAPE HA'E ÑO
NTE OJEROKY IKATUHAG~UA IMBARETE
IJEROKY HA OHORE KUERA, AVEI
CHE HA'E KUÑA KANGUY PE MBORAÚPE
HA HAHAYRU YVOTY RAIÑEMEẼ PY
HA A GÜERO VY'A GUACHIRE HA JEROKY
KARAI MBA'EVA HA VEI UPEICHA, CHE
REKOVE AGUEREKO MBORAYHY
TUICHA PERO NDAVY'AI
CHE MEMBY, RA CHERU, RA CHE SY, AHAYHU
CHUPEKUERA CHE PYA ENTERO GUIVE

TEXTO 4

OIKO CHE RYEPYPE
PETEI KUIMBA`E ADULTO

OIKO CHE RYEPYPE
PETEI KUIMBA`E EDUCADO
NDE ABRAÇAVA

OIKO CHE RYEPYPE
OVY'AVA MUNDO RESAPE
OHAIHUVA NATUREZAPE
HÁ ANIMAR.

TRADUÇÃO:

VIVE DENTRO DE MIM
UM HOMEM ADULTO
VICE DENTRO DE MIM
UM HOMEM EDUCADO
QUE ABRAÇA

VIVE DENTRO DE MIM
UMA PESSOA FELIZ
AOS OLHOS DO MUNDO
AMANTE DA NATUREZA
E DOS ANIMAIS.

TEXTO 5

CHE PYAPYPE AÑANDUA
CHE HÁ`E YVYRAIJA APORAHEIVA
OPA RENDARUPI AHA AÑEMOGOI
HÁ AJEROJY HAGUA

CHE PYAPYPE AÑANDUA
CHE AVY'A CHE PEREGUEKUERA NDIVE
UPEICHA CHE AIKO HA AÑANDUA
CHE PYAPYPE HA AREKOVA.

TEXTO 6

OI CHE RYEPYPE
YVY RENÕIVA
OÊ YVYRÁ KUÉRA
GUYRA KUÉRA
Y SYRY HA PIRÁ KUÉRA

OI CHE RYEPYPE
PETEI FAMILIA OIKOVA VY'A GUASSUPE
KO' EMBARAMO HO`U TEMBI`U HA
OHO IKOKUEPE

OI CHE RYEPYPE
PETEI O HUGAVA PELOTA
ATACANTE IVALEVA
O HUGA MEMEVA TORNEIO
HA CAMPEONATO

OI CHE RYEPYPE
HENTE KUÉRA NDA CHERENDUSEIVA
HA HETA MBA`E PORÃ OHA ` ARÕ
TENONDEVE. TENONDEVE IKATUVA OJEJAPOVEI

OI CHE RYEPYPE
PETEI REKO VAIVA.
HA`E HE NANANDÚRAMO
PE TECHANGA`U
UPEA RUPI JATOPA HÁ` ETE'E
AIPOTA UPE CHE AHAIHUVA

Palavras-Chave: política lingüística, educação indígena, escrita
Keywords: linguistic policies, indigenous education, writing

HISTÓRIA E DISCURSO EM MICHEL FOUCAULT

André Luiz Joanilho
Departamento de História - UEL

Mariângela Peccioli Galli Joanilho
Departamento de Letras Vernáculas – UEL

RESUMO: *Entre os anos sessenta e oitenta do século XX, no Brasil, Michel Foucault apareceu como um autor original que permitia colocar em xeque todas as formas de poder, inclusive a da esquerda universitária. Para muitos, este intelectual surgiu como aquele que questionou no detalhe as astúcias do poder e da sujeição. Poderíamos dizer que ele construiu um método? Esta é uma questão fundamental neste artigo, que traz uma reflexão sobre alguns conceitos e procedimentos deste autor e sobre as suas conseqüências quando se pensa sobre história e o discurso.*

ABSTRACT: *Between the sixties and the eighties of the twentieth century in Brazil, Michel Foucault appeared as an original author that made it possible to question all forms of power including that of university leftists. For many, this intellectual rose up as the one who questioned in detail the arts and crafts of power and subjection. Could we say he built up a method? This is a main question in this text, which brings a reflection on some concepts and procedures of this author and on their consequences when we think about history and discourse.*

A produção intelectual de Michel Foucault seduziu toda uma geração de estudantes e de jovens professores no Brasil nos anos setenta e oitenta. Muitos trabalhos foram feitos a partir do que se entendia por "método foucaultiano" e, desde então, *relações de poder*, *vigilância*, *saber*, *arqueologia*, *genealogia*, *sujeito* foram algumas das palavras incorporadas ao cotidiano das Ciências Humanas. Parte da sedução se deveu a uma busca por padrões explicativos da sociedade que superassem o

marxismo vulgar praticado nos cursos de graduação e, ao mesmo tempo, buscou-se também questionar o caráter autoritário da nossa sociedade.

Era uma época de muitos sonhos. Jovens circulavam pelos campi à procura de respostas para suas contestações. Brindavam os novos tempos e rejeitavam o que consideravam velho e ultrapassado. Nas faculdades e institutos de estudos em Ciências Humanas, as roupas, os cabelos denunciavam as expectativas e esperanças de mudar o país. As tendências políticas no meio universitário disputavam espaços e mentes. No meio da efervescência, deslizavam algumas alternativas de compreensão da sociedade, ou seja, formas de entender e agir que não estavam, para os jovens, inscritas nas fórmulas políticas herdadas dos anos sessenta. Entre estas alternativas, Foucault apareceu como um autor original que permitia colocar em xeque todas as formas de poder, inclusive a da esquerda universitária. Para muitos, este intelectual surgiu como aquele que questionou no detalhe as astúcias do poder e da sujeição. Não era mais um poder contra outro, mas o não-poder, pelo menos era assim lido, alimentando tendências anarquistas de muitos estudantes e também de muitos professores universitários.

O passo seguinte foi uma produção acadêmica tentando tomar por base um "método foucaultiano". Hoje, no entanto, poderíamos dizer que ele existe? Os trabalhos produzidos sob esta égide se sustentam, especialmente, os de História?

Antes de respondermos a estas questões ou mesmo pensarmos se foi certo ou errado o método, se eram bons ou maus trabalhos, devemos questionar se existia a possibilidade de fazer os trabalhos de acordo com esta ótica. Vários intelectuais dedicaram parte de suas atividades à crítica do "foucaultianismo" que grassava nos campi. Não se achava possível levar as suas proposições para a análise histórica. Uma das críticas sérias (muitas não tinham a mínima relevância) era a de que o trabalho de Foucault não privilegiava a pesquisa exaustiva sobre determinado assunto (prisões, sexualidade, por exemplo), deixando lacunas na sua explicação.

Ora, pensando do ponto de vista do historiador acostumado ao trabalho de busca de fontes que se confirmam, isto é bem plausível. De fato, Foucault de modo algum buscou exaurir as fontes em relação aos objetos sobre os quais se dedicava, ou pelos menos, sequer tentou a confirmação sistemática dos dados que utilizava no sentido tradicional[1].

É justamente aqui que reside uma primeira dificuldade dos historiadores em relação ao autor. A pesquisa que Michel Foucault empreende não se assemelha, em nada, aos métodos usuais. O historiador busca a referência pela exaustão (pelo menos é assim que deveria funcionar), isto é, a pesquisa sobre determinado assunto ou acontecimento tem de

ser confirmada pelas fontes. Um exemplo simples: para estabelecer se existia um tipo específico de racismo na elite da Primeira República, o pesquisador deve demonstrar que o fato se repete em vários documentos e em várias situações parecidas; é o princípio da exaustão.

O fato isolado, o documento único é perturbador. Turva a imagem de si que o historiador porta. A falta de confirmação é o vazio existencial do pesquisador, pois nada lhe deixa senão dúvidas.

Não obstante, o trabalho em História consiste justamente na possibilidade de condensar o que seria isolado, juntar fios soltos, urdir o tecido social que se despedaça pelo tempo que passa. Enfim, estabelecer linhas temporais que restituam o contínuo da sociedade, buscando incessantemente uma identidade que estaria se construindo ao longo dos séculos. Não existe degredo, perda, esquecimento, desvio que não possam ser trazidos à luz, que a narrativa não possa tornar visíveis e retorná-los ao contínuo da sociedade. O projeto do discurso histórico é garantir a permanência do passado para que nele nos reconheçamos.

Neste trabalho do historiador, percebe-se que o passado será restituído pela utilização exaustiva das fontes, pela sua condensação na forma de narrativa. Este método podemos chamar de densidade. Uma fonte só é válida se é densa, melhor, se é confirmada pela exaustão (nada relacionado com a descrição densa de Clifford Geertz).

Para este método, o que é raro é praticamente descartado. A raridade é ruído no trabalho de exaustão, pois não se confirma, não serve para a explicação, não ajuda no entendimento, não auxilia nas respostas.

A segunda dificuldade reside no problema do sujeito. Em História, é fundamental o sujeito produtor de determinado documento (vamos entender documento num sentido bem amplo). É-lhe estranha a idéia de um texto, uma imagem, um resquício arqueológico não possuir "autor", uma identificação clara e precisa para afastar definitivamente qualquer possibilidade de perturbação. A não existência de uma autoria ou de um autor não faz parte do horizonte do pesquisador e do que almejamos enquanto explicação histórica. Daí o esforço nas pesquisas em caracterizar um documento qualquer a partir do autor (situação social, lugar da produção, legitimidade, propriedade da produção, importância, etc.)

Sendo assim, a pesquisa parte das seguintes questões: *por quê?* e *quem*,? isto é, pergunta-se pelos motivos de um acontecimento e pelos responsáveis, sendo através deles que se define o sentido, que será celebrado no momento da narrativa. Garante-se, com isso, a coerência dos acontecimentos (a coesão fica por conta do historiador), a sua linha de eventos e o sentido para eles.

Estas duas dificuldades denunciam a vontade de muitos historiadores de afastar a incômoda presença de Michel Foucault das Ciências Hu-

manas. Um fantasma que assombra os preceitos, as certezas e as verdades produzidas nas teses, nos artigos, nos livros. Um ruído permanente nas salas de leitura das bibliotecas. Uma zombaria que nos incomoda.

Mas, além do riso foucaultiano, poderíamos dizer que ele construiu um método? Existiria uma incompatibilidade irredutível entre as proposições de Foucault e a pesquisa histórica?

A primeira questão pode ser respondida rapidamente: não há um método foucaultiano[2]. Porém, para a segunda questão, poder-se-ia dizer que não há uma incompatibilidade, se partimos de outro lugar.

Podemos tentar seguir algumas pistas na obra de Foucault e, a partir delas, inferir que ele tem um método; no entanto, isto seria feito a despeito do próprio autor que fazia questão de dizer que não o tinha. Em vários momentos, ele se definiu simplesmente como um leitor[3], isto é, alguém que seguia os textos, que lia movido por uma curiosidade insaciável. Porém ele podia ser definido como um leitor especial, pois enquanto tal, não se cansava de criar seus próprios instrumentos de análise, de interpretação de cada tipo de leitura que empreendia. Vejamos:

> Par « problématisation », Foucault n'entend pas la re-présentation d'un objet préexistant ni la création par le discours d'un objet qui n'existe pas, mais « l'ensemble des pratiques discursives ou non-discursives qui fait entrer quelque chose dans le jeu du vrai et du faux et le constitue comme objet pour la pensée (que ce soit sous la forme de la réflexion morale, de la connaissance scientifique, de l'analyse politique, etc.) ». L'histoire de la pensée s'intéresse donc à des objets, à des règles d'action ou à des modes de rapport à soi dans la mesure où elle les *problématise :* elle s'interroge sur leur forme historiquement singulière et sur la manière dont ils ont représenté à une époque donnée un certain type de réponse à un certain type de problème.[4]

Este é o maior problema para os foucaultianos ou não-foucaultianos: seguir as suas pegadas. Por isso que o nosso autor ria de si[5], ou seja, não acreditava estar construindo um novo paradigma em Ciências Humanas, uma nova teoria social ou ainda uma nova ontologia do ser. Simplesmente perseguia um determinado objeto sem crer que ele portasse uma verdade em si mesmo.

Não aceitava as insuportáveis certezas que se impunham sobre os indivíduos (talvez as pessoas pudessem ser mais simples e não ter de carregar o fardo ontológico da existência; existimos e nossas crenças são provisórias, pronto!). E esta incredulidade o levava a buscar em suas leituras o lugar do aparecimento das verdades.

Mas, se fosse só isso, em nada ele se diferenciaria do que já tinha sido executado desde Hegel: a crítica do conhecimento produzido pelo ocidente. Seu "método" de leitura levou-o à própria construção do conhecimento, para a sua epistemologia e, mais ainda, para correlações que tornam possível não só o estabelecimento de uma verdade cientifica, como também as regras de sua formação e, mais além, a constituição da trama em torno do saber: as relações de poder.

Podemos compreender alguns dos instrumentos criados por Foucault. Retomemos a questão da raridade[6]. Vamos entendê-la como um ruído que emerge de um fundo sonoro, isto é, numa determinada série, por exemplo, a ciência, temos um acontecimento, um gesto, um discurso que destoa do conjunto precedente. O historiador tem sempre a tendência de identificá-lo com as mudanças históricas que devem ocorrer nessa série: a correção de um erro; uma nova descoberta; uma nova formulação, um acidente numa experiência, e assim por diante, desde que ruídos posteriores confirmem o primeiro. Se tomarmos esse ruído como tal, efetivamente chegaremos à conclusão semelhante, ou seja, existe um *continuum* ciência, que de tempos em tempos sofre uma lenta mutação e, neste caso, para melhor.

Este procedimento pode ser observado em outras séries: política; gênero; direito; medicalização; sexualidade; movimento operário; enfim, todos os campos que a história pode abarcar, mesmo tendo de buscar em outras disciplinas as ferramentas de análise. Assim, o ruído não é estranho, faz parte do jogo de mudanças cronológicas das séries, ou seja, uma filosofia da história.

Porém, para Foucault, o ruído é raro, ou melhor, "é, certamente, uma coisa bem curiosa, bem digna de atenção dos filósofos, essa capacidade que os homens têm de ignorar seus limites, sua *falta de densidade*, de não ver que há um vazio em torno deles, de se acreditarem, a cada vez, instalados na plenitude da razão"[7]. Os atos são raros. Mas, apesar disso podemos identificá-los nas séries. A questão são as correlações que geralmente acompanham esses atos, ou melhor, verificar se raridades aparecem em séries correlatas.

Deste modo, o ruído não é dissonância passageira, pois é parte de um novo ajuste. Ao contrário, indica um *descontinuum*. Não é uma mudança para melhor, a correção de um erro, mas uma outra coisa, isto é:

> O conjunto da história substitui um bibelô bizarro (...), por um outro bibelô, também bizarro, mas de um modo diferente; esse caleidoscópio não se assemelha às figuras sucessivas de um desenvolvimento dialético, não se explica por um progresso da consciência, nem, aliás, por um declínio, nem pela luta de dois

> princípios, o Desejo e a Repressão: cada bibelô deve sua forma bizarra ao lugar que lhe deixaram as práticas contemporâneas entre as quais se moldou. Os recortes dos diferentes bibelôs não têm nada de comparável: não são jogos de armar em que um teria mais elementos do que o outro, mais liberdades, menos repressão. A sexualidade antiga, para falar dela, não era mais ou menos repressiva, em seus princípios, que a dos cristãos, estava fundamentada num outro princípio: não a normalidade de reprodução, mas a atividade contra a passividade; recortava, pois, diferentemente a homofilia, para aceitar a homossexualidade masculina ativa, condenar a passiva, assim como a homofilia feminina, e englobar na condenação a busca heterossexual do prazer feminino.[8]

De um lugar a outro é possível, em muitos momentos, encontrar ruídos similares, próximos, ou até mesmo equivalentes. Quatro séries podem exemplificar: jurisprudência, trabalho, educação e esporte:

> 1 – A respeito de mendigos: "a mendicidade dos válidos de corpo é uma conseqüência da invalidez da alma"[9].
> 2 – A respeito de colonos: "saíram das províncias russas habituados às lides agrícolas; eram homens rústicos, mas ativos, honestos e de boa índole"[10].
> 3 – A respeito de escolares: "os brasileiros não possuem o espírito associativo, tão característico dos povos modernos. Podem contudo, adquiri-lo por uma educação adequada. O essencial é torcer o pepino desde pequeno"[11].
> 4 – Sobre desportistas: "O exercício hygienico está na alçada de todos, até dos doentes; mas, certos sports só poderão ser cultivados por indivíduos de elite que já têm no próprio corpo o gérmen das aptidões a apurar por efeito do entrainement"[12]

Quatro assuntos: mendigos, imigrantes, escolares e desportistas. Quatro campos ou séries: jurídico, econômico, pedagógico e corporal. Falas distintas que, no entanto, têm uma rarefação em torno delas para além da moral ou da total distinção entre um lugar e outro.

Esta rarefação está justamente nos enunciados que informam as falas, ou seja, existe, diagonalmente, nos casos acima, um enunciado específico que trata mais do que são feitos e de como devem ser os indivíduos. Não se trata de reprimir ou impor uma ideologia do que é bom. A torção de pepinos pequenos, os hábitos adquiridos, almas inválidas ou germens no corpo traçam um perfil do que seria um indivíduo. Tanto os mendigos, quantos os colonos, os escolares e os *sportmen* são atra-

vessados por um enunciado sobre os corpos, que por sua vez, possuem marcas interiores. Portam características inatas que podem somente ser corrigidas ou incentivadas. Logo, ao serem colocadas em correlação, as falas poderão constituir uma formação discursiva, um modo de compreender e agir sobre os indivíduos: um discurso e uma prática.

De um lugar ao outro um vazio, ou melhor, um campo aberto que, neste caso, confirma as noções acerca dos indivíduos e também de seus corpos. Corpos dóceis, para utilizar a expressão de Foucault.

Ora, os sujeitos que assim enunciam são os sujeitos do discurso? Eles não ocupam lugares discursivos que outros também ocupam? Quem foi o primeiro a enunciar? Questões que a história faria com total tranqüilidade. No entanto, seria possível encontrar quem construiu tal noção sobre os indivíduos? Se partirmos de uma única série, pedagogia, por exemplo, talvez haja a possibilidade de encontrar os fundadores de uma nova prática pedagógica e também de estabelecer um *continuum*. Porém, se estamos traçando uma prática discursiva, há a necessidade de alterarmos a idéia de sujeito fundador e adquirirmos a noção de "emergência" utilizada por Foucault no texto "Nietzsche, a genealogia e a história"[13].

Desta forma, num determinado momento emerge uma noção sobre os indivíduos que se tornam práticas sociais. É justamente aqui que a narrativa tradicional não consegue a sua entrada, pois a dispersão dos enunciados não permite uma perfeita condensação ou "densificação" no levantamento do material a ser pesquisado e, conseqüentemente, da sua constituição enquanto narrativa, pois uma formação discursiva não passa necessariamente pelo sujeito enunciador. São discursos que podem ser ocupados por vários sujeitos, sem serem feitas referências específicas a eles, ou seja, os enunciados não são exatamente aqueles ditos, mas aqueles aos quais se referem, no caso, o indivíduo.

Também é preciso compreender que de uma prática discursiva à outra não é possível utilizar os instrumentos tradicionais do historiador que busca numa série as transformações ocorridas e suas causas. Por exemplo, o ressurgimento do nacionalismo nos anos dez do século XX no Brasil é normalmente ligado ao contexto da Primeira Guerra Mundial. É preciso compreender que este acontecimento é insuficiente para gerar práticas discursivas a não ser no nível ideológico, o que dificulta a compreensão de como se constituiu a noção de corpo, de indivíduo e sociedade.

Neste sentido, as falas acima assumem uma relação de vizinhança quando tratamos do problema do indivíduo e dos corpos enquanto discursos, e de como educar, tornar útil e dócil este corpo enquanto práticas. Mas é preciso pensá-las nas suas mudanças.

Utilizando mais quatro exemplos nacionais, podemos observar a passagem de uma prática à outra:

> 1 – "A cultura física com o ensino primário obrigatório serão os dois grandes e indispensáveis elementos para o desenvolvimento da disciplina moral e intelectual"[14].
> 2 – "A escola, o quartel e a oficina criarão gerações de homens esclarecidos, fortes e amigos do Brasil. A questão reduz-se ao apostolado dos homens bons e sãos"[15]
> 3 – "O brasileiro não encontra, em nosso meio, desde os primeiros dias da infância, a escola da virilidade, de autonomia e de iniciativa, que o devia preparar para o trabalho; não recebe a lição de laboriosidade e de resistência; não adquire a consciência de que é um produtor, um agente dinâmico da vida social"[16].
> 4 – "A idéia de Pátria – no seu sentido mais estreito e único concreto – nasce no indivíduo desde que compreenda e se acostume ao 'habitat' de sua própria terra. É um sentimento esse que se instala no mais bronco, no mais retrógado dos homens"[17].

Em alguns anos, temos uma grande diferença entre práticas discursivas. Numa, os indivíduos têm marcas interiores indeléveis, chegando a caracterizá-los racialmente; noutra, é possível construir o corpo e a alma. Numa, trata-se de por em campo uma série de medidas constritivas ou estimulantes das propensões internas a cada indivíduo; noutra, a correção se dá internamente, o que requer uma série de práticas que visem o interior das pessoas, ou melhor, é possível forjar, adequar, construir e normatizar o comportamento dos indivíduos.

Desta forma, podemos entender que "um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados"[18]. O que nos aponta para a "intromissão" de enunciados em determinadas formações discursivas, no nosso caso, sobre o indivíduo possuir ou não marcas internas. Isto não quer dizer que ao localizar enunciados nas margens de outros se produz uma nova instância contextual. Foucault não queria achar um novo contexto do discurso, mas a trama das séries. Por isso, ao se dizer "É um sentimento esse que se instala no mais bronco, no mais retrógado dos homens", a questão não é simplesmente o racismo e desprezo do autor com relação às pessoas simples, nem impor um tipo de ideologia nacional, mas de que maneira o indivíduo está marcado e como este enunciado povoa a sua margem com "A escola, o quartel e a oficina criarão gerações de homens esclarecidos, fortes e amigos do Brasil". Nos dois casos, os sujeitos podem ser talhados, as suas almas seriam cera mole na qual podem ser gravadas novas normas, novas práticas, não impor-

tando o grau de educação formal. Portanto, de um enunciado a outro há uma positividade que não está visível, mas também não está oculta. Ela é perceptível pela marca que traz sobre os sujeitos e "não há enunciado que, de uma forma ou de outra não atualize outros enunciados"[19].

Assim, a questão da busca da verdade por trás dos discursos está descartada. A verdade não estaria repousando serenamente sob um mundo em ebulição. Ela é produto das práticas discursivas, fruto dos embates em torno da própria verdade. Poderíamos dizer que ela é imaginária – com toda a carga conceitual da palavra, mesmo porque:

> O enunciado não é, pois uma unidade elementar que viria somar-se ou misturar-se às unidades descritas pela gramática ou pela lógica. Não pode ser isolado como uma frase, uma proposição ou um ato de formulação. Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (...) uma existência, e uma existência específica (...). A descrição dos enunciados se dirige, segundo uma dimensão de certa forma vertical, às condições de existência dos diferentes conjuntos significantes. Daí um paradoxo: ela não tenta contornar as performances verbais para descobrir atrás delas, ou sob a sua superfície aparente, um elemento oculto, um sentido secreto que nelas se esconde, ou que através delas aparece sem dizê-lo; e, no entanto, o enunciado não é imediatamente visível; não se apresenta de forma tão manifesta quanto uma estrutura gramatical ou lógica. O enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto[20]

Os enunciados e, conseqüentemente, as formações discursivas, antes de serem formas de linguagem, são resultados de lutas de um saber ou de saberes, que se querem também poder. Podemos acompanhar os embates dentro de um sistema formalizado de conhecimento, que já era a biologia em meados do século XX, sobre a origem das doenças. Duas formações discursivas: geração espontânea e bacteriologia. Cada uma trazia as suas enunciações acerca do indivíduo (aqui entendido como entidade vivente como foi definido por Francisco Varela[21]). À primeira vista, nos parece que se trata de um mesmo objeto:

> mas logo nos daríamos conta de que cada um desses discursos, por sua vez, constituiu seu objeto e o elaborou até transformá-lo inteiramente. Assim a questão é saber se a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam, e não pela permanência e singularidade de um objeto[22].

Logo, há uma descontinuidade entre formações discursivas que, portanto, não são interligadas por uma causalidade fixa e interna, como se uma historicidade ontológica regesse o funcionamento das práticas. Tentar achar o porquê da mudança é um exercício vão neste caso, pois se trata de achar a emergência de determinada prática discursiva e não achar os motivos que podem ser os mais banais possíveis, que, de tão comezinhos, não podemos afirmar nada além do seu alto grau de subjetividade.

Cabe lembrar que, em primeiro lugar, que as enunciações acerca do indivíduo não são isoláveis nas suas formações. As suas correlações abrem um jogo de possibilidades para a compreensão de uma espistême sobre o sujeito que se estabelece em relações de força. Em segundo lugar, as formações não se rompem repentinamente, pois:

> São inseparáveis de 'vectores temporais de derivação'; e quando uma nova formação aparece, com novas regras e novas séries, nunca é de uma assentada numa frase ou numa criação, mas em 'blocos', com sobrevivências, defasamentos, reactivações de antigos elementos que subsistem sob as novas regras[23].

Logo, a temporalidade é fundamental para Foucault. Pode-se dizer que para ele há tempos justapostos, mas eles não comporão uma temporalidade única e muito menos sincrônica, pois cada série tem seu próprio tempo. Daí, pode-se compreender que há descontinuidades internas para cada série, que podem resultar numa descontinuidade entre práticas discursivas. Neste aspecto, as séries não precisam ter efeito sincrônico e menos diacrônico, pois ocorrem de acordo com as suas próprias configurações e deixam de ocorrer também de acordo com elas. Num determinado momento, uma determinada série simplesmente descontinua e sem necessariamente se situar no mesmo corte que outras. Porém, um conjunto de cortes podem constituir uma nova prática discursiva, por isso há uma imprecisão de datas na obra de Foucault, não por falha, mas sim pelas sucessivas configurações das práticas. Não é possível determinar o momento preciso de sua aparição, apesar de poder cortar as séries, mas o seu conjunto é marcado por limiares nebulosos. Logo:

> A história é um terreno vago e não um campo de tiro; através dos séculos, a instituição prisão não responde a uma função que deve ser preenchida, e as transformações dessa instituição não têm que ser explicadas pelos sucessos ou fracassos dessa função. É preciso partir do ponto de vista global, quer dizer, das práticas sucessivas, pois segundo as épocas, a mesma instituição servirá a

> funções diferentes e inversamente; além disso, a função só existe em virtude de uma prática, e não é a prática que responde ao 'desafio' da função[24].

Foucault não nega a existência de épocas, tanto que o em vários momentos utilizou o termo "era clássica" para se referir aos séculos XVII e XVIII. A questão é determinar o aparecimento das práticas, ou ainda, a sua emergência:

> Em resumo, em uma certa época, o conjunto das práticas engendra, sobre tal ponto material, um rosto histórico singular em que acreditamos reconhecer o que chamamos, com uma palavra vaga, ciência histórica ou, ainda, religião; mas, em uma outra época, será um rosto particular muito diferente que se formará no mesmo ponto e, inversamente, sobre um novo ponto, se formará um rosto vagamente semelhante[25]

Assim, nos enunciados sobre os indivíduos, se constituem várias formações discursivas que, por sua vez, correlacionam-se. A correlação poderia ser chamada de dispositivo ou de agenciamento. Entre os discursos e as práticas, são colocadas em ação determinadas formas de poder sob o amparo de um saber. Por exemplo, na escola, a avaliação é posta como imprescindível e a sua justificativa é dada pelo saber do professor, do pedagogo: no entanto, é uma forma de poder que classifica, ordena, analisa. Isso não quer dizer que é repressivo, muito pelo contrário. Há um princípio de prazer em ser avaliado se a expectativa é de receber uma boa nota. Logo, as práticas não estão em oposição à liberdade dos indivíduos, eles conformam a própria liberdade.

No nosso caso, o saber se apresenta como uma epistême sobre o indivíduo que se transforma, que sofre mutações pelo caráter dos enunciados. E essa forma de epistême encontra nos meios não discursivos (escolas, penitenciarias, fábricas) o campo de sua "positividade" para o exercício do poder/saber. Desta forma,

> "se saber consiste em entrelaçar o visível e o enunciável, o poder é a sua causa pressuposta; mas, inversamente, o poder implica o saber enquanto bifurcação, diferenciação, sem a qual ele não passaria a acto"[26].

O poder, antes de ser constituído pelo exercício da dominação de uma classe, é difuso, local – não por localização espacial, e sim por manifestação, tanto que "o poder não tem essência, o poder é operatório.

Ele não é atributo, mas relacionamento: a relação de poder é o conjunto dos relacionamentos de forças, conjunto que não passa menos pelas forças dominadas que pelas dominantes, umas e outras constituindo singularidades"[27]. Logo, o poder não é onisciente, mas, de certa forma, onipresente, pois está em toda parte, só que não é exterior aos indivíduos ou grupos, e sim imanente. Não há relação sem ser de poder. Isto, como já foi dito, não quer dizer que há uma carga negativa em todas as relações ou que elas são beligerantes todo o tempo. Em muitas relações há prazer. As queremos e as desejamos. Voltando ao exemplo da nota. Quando recebemos uma boa avaliação, nos regozijamos. É isto que Foucault dizia a respeito da positividade do poder, que ele faz produzir. Por isso não se trata de aplicar a fórmula: "acabemos com o poder e seremos livres", pois a própria percepção de liberdade é constitutiva das nossas práticas.

Por isso que se faz necessário estudar tanto as práticas quanto os discursos. Nas primeiras, temos o estofo dos segundos, ou seja, a formação discursiva e o discurso, não negando o caráter ativo desta relação, que produz formas de poder através dos dispositivos. Assim, reside na idéia de sujeito e nas práticas discursivas a "revolução epistemológica", pelo menos para os historiadores, empreendida por Foucault. De qualquer maneira, há nele um gosto particular em ser provocativo, em espantar certezas, em se contradizer mesmo quando confirma nas pesquisas as proposições anteriores.

Podemos compreender um pouco esta tendência à provocação, pois gostamos de explicar o mínimo gesto a partir de um conjunto englobante que lhe daria um sentido prévio. Queremos e desejamos as conexões, quaisquer que sejam: ideologias, complexo de Édipo, religiões, enfim, explicar o que não teria sentido se ficasse solto, sem uma estrutura que o ligasse, que lhe desse sentido. Foucault, no entanto, percebeu que isso não deixa de ser uma construção, um discurso, conjuntos feitos *a posteriori*, isto é, os gestos, as falas são muito mais banais do que desejaríamos; são formas não discursivas que escapam à busca de sentido que sempre empreendemos. Uma nova forma de classificar os loucos, uma mudança nas relações entre professor e aluno numa escola do século XVIII, uma nova técnica caligráfica. Gestos e práticas que não estariam enquadrados em grandes conjuntos explicativos que, aliás, são justamente aqueles esquecidos de serem explicados, mas que podem vir a compor uma prática discursiva e, até mesmo, ser colonizados por uma classe ou uma ideologia.

Talvez um dia tenhamos os foucaultianos de direita e de esquerda. Aqueles que buscam a negação do indivíduo e aqueles que querem a "desrepressão" da sociedade. Foucault nunca procurou tornar seus es-

critos em panfletos. Ele foi um observador apanhado pelas turbas intelectuais ávidas de teorias mais "verdadeiras" que as anteriores que haviam morrido por tédio ou inanição. Desejam encontrar o verdadeiro caminho para o futuro, mas não há nada em Foucault sobre isso. Ele observava e poderia dizer: "bom, nada do que acreditamos hoje restará no futuro", pois "é preciso que nos habituemos à idéia de que nossas caras convicções do presente não serão aquelas do futuro"[28].

Em contrapartida, deveríamos então nos ater ao nada, pois "se pode apostar que o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto na areia."[29]? Ele, enfim, seria o niilista que nada deseja a não ser o nada? Ao contrário. Para Paul Veyne, Foucault não destruiu a verdade sobre o ser, sobre o mundo, ele simplesmente esgrimia palavras como um samurai/peixe num cemitério de verdades eternas que morreram por abandono. Às vezes se permitia fazer exumações, mas, ao contrário do que se desejava, não para trazer de volta algo que tinha partido, e sim para descrever melhor a verdade morta. Um arqueólogo à moda antiga. Verdades efêmeras que duraram menos de duzentos anos com relação aos loucos. Outras também efêmeras sobre a punição. Outras que evanesceram rapidamente sobre as sexualidades. E, conseqüentemente, as nossas próprias não são tão permanentes. "O passado é apenas um vasto cemitério de grandes verdades mortas"[30].

A arte da exumação não fazia dele um pós-moderno, pois lhe escapava o sentido dado aos textos pela livre interpretação, mas também não era um "pré-moderno", desejando o retorno de uma totalidade perdida. Vários foucaultianos (este termo que faria rir Foucault) encontram nele os discursos da pós-modernidade: dissolução dos sujeitos, não há verdade, só há discursos e, portanto, só interpretações. Outros, ao contrário, viram nele o arguto crítico da última *ratio* do poder, a singularidade do indivíduo. Nem um, nem outro. "Não, não, não estou onde achas, mas aqui, onde, rindo, posso te olhar."[31].

Nossa insistência em decretar que o que temos hoje é eterno e se fez sobre os erros do passado impediu muitas vezes de perceber as questões que emergiam nos textos de Michel Foucault. Por exemplo, "não se acha em lugar algum a sexualidade 'em estado selvagem'"[32] que o tempo e a história tratariam de depurar, civilizar, até os dias atuais. As verdades emergem das práticas e também através delas esvaecem. Logo, toda verdade é provisória. Não, ela não é relativa, é provisória, verdadeira, mas local. Não se estende ao longo do tempo, não é um pedaço da Verdade, não é uma má-compreensão, nem engano, é só uma verdade provisória e local.

Aprendemos, com Paul Veyne, que a genealogia é a arte do detalhe, por isso não permite totalizações[33] e, portanto, teorizações. Antes de

tudo, Foucault é um detalhista, um curioso de laboratório que devota tudo o que aprendeu numa pesquisa singular e, por isso, não desejoso de universalização. O projeto genealógico não pretende explicações universais. Mais além, sua explicação é falha porque não propõe uma teoria sobre o todo, a respeito do ser, mas sobre o singular, sobre as práticas que estabeleceram a loucura no século XVI, ou sobre a punição no século XIX. Não almeja a verdade de uma época, mas modos de funcionamento de determinadas práticas nos seus detalhes.

Ele não tratou do *Zeitgeist* em diferentes sociedades e períodos, mas de como se conjugaram práticas em torno do sexo ou do preso. E estes termos não se referem a entidades que atravessam o tempo, são práticas que constituíram localmente o que as pessoas entendiam por estas coisas.

Foucault "não era nenhum pouco relativista, historicista, ele não via ideologia por toda parte"[34], "...ele pretendia somente uma cientificidade e verdades empíricas e perpetuamente provisórias."[35]. Daí o equívoco em desejar dele uma história totalizante ou julgá-lo a partir desta perspectiva, como muitos historiadores o fizeram, pois não "estavam nada dispostos a se abrirem a outro questionamento, aquele que seria de um filósofo em obras que mal compreendiam e que eram, de fato, ainda mais difíceis para eles do que para outros leitores, porque eles não podiam as ler senão em relação à sua estrutura metodológica."[36] Daí a acusação fácil da imprecisão das datas na obra de Foucault ou de desconsideração de determinados documentos, relevando outros. Evidentemente se aguardamos a precisão do historiador, ficaremos frustrados. Ele não se prestava a este tipo, mesmo porque, não havia universais. São dois procedimentos, do inquiridor e do viajante. O inquiridor tem em mente a verdade, o viajante só tem a curiosidade de ver como funcionam as coisas. Afinal, "Foucault diz que ele não faz nada além do que contar histórias."[37].

Então, o método também é local. Uma espécie de positividade do tipo: o que isto quer dizer exatamente. Bem longe da virada lingüística dos anos sessenta, nada de pós-modernidade, "o método fundamental de Foucault é compreender exatamente o que o autor do texto quis dizer no seu tempo"[38]. Este método escapa ao relativismo e à pura interpretação. As objetivações de determinados objetos numa época não são interpretações e a verdade uma quimera. Acredita-se no que se faz como se tem a certeza de que o fogo queima. Porém, como foi dito, o que se faz é sempre uma singularidade e não está em relação à outra como se fosse possível afinar a pontaria para atingir finalmente o alvo.

Ora, de um lado, podemos considerar Foucault um autor muito difícil. Enunciados, formações discursivas, práticas discursivas, arqueo-

logia, genealogia, relações de força, poder, saber não são termos fáceis para compreender e muito menos para ser utilizados. Por outro lado, ele não era tão difícil. Um bibliotecário que, no vão dos livros nas prateleiras, insistia em enfiar os seus próprios manuscritos. Às vezes podiam se referir às obras entre as quais estavam colocados. Outras vezes não faziam referência direta, mas a um conjunto longínquo vagamente parecido com os livros nos quais aninhava seus manuscritos. Assim, numa imensa biblioteca (podemos imaginar uma do tipo borgeana), um simples bibliotecário, excessivamente zeloso, dialogava com os livros, fazia seus comentários, tirava suas próprias conclusões. Enfim, um incorrigível comentador de obras.

Notas

1. CERTEAU, Michel. *Histoire et psychanalyse entre science et fiction*. Paris: Gallimard, 1987. Cf. também HUNT, Lynn (org.) *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

2. HUNT, Lynn. p. 13

3. CHARTIER, Roger. *Au bord de la falaise, l'Histoire entre certitudes et inquietude*. Paris: Édition Albin Michel, 1998, p. 191 e SS.

4. "Por 'problematização' Foucault não entende a re-presentação de um objeto pré-existente, nem a criação pelo discurso de um objeto que não existe, mas 'o conjunto de práticas discursivas ou não-discursivas que faz entrar qualquer coisa no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto pelo pensamento (que este seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política, etc. – M. Foucault in *Dits et écrits*: Paris: Gallimar, T. IV, texte n° 350)'. A história do pensamento se interessa, então, aos objetos, às regras de ação ou aos modos de relação à si próprio na medida em que ela os probelmatiza: ela se interroga sobre suas formas históricas singurales e sobre a maneira como representaram, numa determinada época, certo tipo de resposta a certo tipo de problema." REVEL, Judith, « Michel Foucault : discontinuité de la pensée ou pensée du discontinu ? », *Le Portique*, Numéro 13-14, Foucault : usages et actualités, 2004, *in* http://leportique.revues.org/document635.html. Consultado em 24 de março de 2009.

5. CERTEAU, Michel. Op. Cit.

6. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UnB, 1982, pp. 162 e 163.

7. VEYNE, Paul. Op. cit., p. 162.

8. Idem, ibid, p. 169

9. MENDES JÚNIOR, João. *O Estado de São Paulo*, 05/01/1899.

10. *O Estado de São Paulo,* 25/06/1907.

11. *O Estado de São Paulo, 07/06/1907.*

12. *O Estado de São Paulo, 29/07/1903.*

13. FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

14. MAGALHÂES, Bernardo (médico). *O Estado de São Paulo*, 04/04/1919.

15. VASCONSELLOS, Genserico (militar). *O Estado de São Paulo, 07/07/1917*.
16. TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 131.
17. MENUCCI, Sud (educador). *O Estado de São Paulo*, 15/05/1919.
18. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. RJ: Forense-Universitária, 1986, p. 112.
19. Idem, ibid., p. 113.
20. Idem, ibid., p. 126.
21. VARELLA, Francisco, "A individualidade: a autonomia do ser vivo" in VARELLA, F. *et alii*. *Indivíduo e Poder*. Lisboa: Edições 70, 1988, p. 105.
22. FOUCAULT, Michel. Op. Cit., p.37.
23. DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa: Veja, s/d, p. 42.
24. VEYNE, Paul. Op. Cit., p. 173.
25. Idem, ibid., p. 172.
26. DELEUZE, G. Op. Cit., p. 42.
27. Idem, ibid., p. 50.
28. VEYNE, Paul. *Foucault, sa pensée, sa persone*. Paris : Albin Michel, 2008, p. 64.
29. FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p. 404.
30. VEYNE, Paul. Op. cit, p. 24.
31. CERTEAU, Michel. Op. cit., p. 51.
32. VEYNE, Paul. Op. cit. p. 75.
33. Idem, ibid., p. 127.
34. Idem, Ibid.,, p. 9.
35. Idem, ibid., p. 130.
36. Idem, ibid., p. 37.
37. Idem, ibid., p. 49.
38. Idem, ibid., p. 27.

Palavras-chave: Foucault, método, história
Key-words: Foucault, method, history

EFEITOS DO CIENTÍFICO NA CONSTITUIÇÃO DA LINGÜÍSTICA E DA TEORIA LITERÁRIA NA UNICAMP[1]

Ana Cláudia Fernandes Ferreira
Universidade Estadual de Campinas, Fapesp

Introdução

Em textos de lingüistas de filiações teóricas distintas e vinculados a espaços científicos diversos, dentro e fora do Brasil, podemos vislumbrar uma definição bastante freqüente sobre a lingüística, que se apresenta, ao menos à primeira vista, como inquestionável: *A Lingüística é a ciência da linguagem*. Podemos dizer que tal definição se sustenta sob o efeito de evidência da unidade de uma ciência – nos termos de Dominique Lecourt (1980): "a noção ideológica unitária de "a ciência"" (p. 13).

Este trabalho se inscreve no domínio da História das Idéias Lingüísticas – HIL, sob uma perspectiva materialista, configurada a partir dos dispositivos teórico-analíticos da Análise de Discurso na linha dos estudos de M. Pêcheux e E. Orlandi, e dos dispositivos analíticos da Semântica da Enunciação, na linha dos estudos de E. Guimarães. A partir desta perspectiva de HIL, considero o discurso *do científico* como um espaço privilegiado de funcionamento da *vontade de verdade* (Foucault, 1998), que tomou diversas formas em nossa história. Não se trata de considerar o científico enquanto uma categoria pré-estabelecida. No entanto, ele funciona como se assim fosse, sob a evidência de unidade e de homogeneidade, como uma etiqueta a-histórica que legitima e divide os saberes.

No presente trabalho, busco refletir sobre os efeitos do científico no processo de institucionalização dos estudos da linguagem na Unicamp, tendo como ponto central as relações estabelecidas entre Lingüística e Teoria Literária. Para a realização desse trabalho, construí um *arquivo de leitura* (Pêcheux, 1982), tendo como material de análise documentos institucionais da Unicamp (em grande parte) que trouxessem tex-

tualidades relativas à constituição da Lingüística e da Teoria Literária. Esse arquivo de leitura consiste em recortes[2] de textos de diversos tipos conservados no Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp – AC/Siarq. O processo de construção do arquivo de leitura demandou uma pesquisa sobre outros textos que envolvem a história dos estudos da linguagem no Brasil. Este arquivo foi sendo construído com base na seguinte pergunta: *Que relações se estabelecem entre Lingüística e Teoria Literária, nestes textos, relativamente ao científico?*

Os recortes analisados foram feitos sobre os seguintes textos:

- Texto de Aires da Mata Machado, "Como se Reflectem na Universidade Brasileira as Atuais Tendências da Filologia Românica", apresentado em 1958 no Primeiro Simpósio de Filologia Românica, Rio de Janeiro, e publicado nos Anais desse evento, em 1976.
- Resolução S/N, do Conselho Federal de Educação, de outubro de 1962, que fixa os currículos mínimos para a Licenciatura plena em Letras;
- Leis sobre a criação da Unicamp, de 1962 e de 1967, pertencentes aos documentos da Reitoria da Unicamp;
- "Proposta de Criação do Grupo de Linguística, no Instituto de Ciências Humanas", de outubro de 1968, pertencente aos documentos da Secretaria Geral da Unicamp sobre a organização do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH;
- Textos diversos relativos à elaboração dos primeiros Estatutos da Unicamp, de 1969;
- Ofício do Conselho Diretor da Unicamp ao Reitor Zeferino Vaz, de 25 de julho de 1969, que pertence aos documentos da Secretaria Geral da Unicamp sobre a organização do IFCH;
- Documentação de 1972, enviada ao Conselho Estadual de Educação – CEE, pertencente ao processo 2965 do IFCH vol. I, intitulado de *Reconhecimento dos cursos de bacharelado de Ciências Sociais, de Economia e de Lingüística, ministrados por este Instituto*;

"Ante-Projeto para a implantação do Instituto de Letras", de 1975, pertencente ao processo do Instituto de Letras, n°. 2448, intitulado de *Projeto de Estruturação*;

- Recortes dos jornais campineiros Diário do Povo e Correio Popular, de outubro de 1968 e de agosto de 1976;
- Proposta "Instituto de Estudos da Linguagem – IEL", de novembro de 1976, pertencente ao processo 7968/76 do IFCH, intitulado *Constituição do Instituto de Estudos da Linguagem*.

É importante salientar que as relações de sentido entre Lingüística e Teoria Literária presentes nestes materiais de arquivo institucional não são necessariamente as mesmas que foram se estabelecendo nas práticas de ensino e pesquisa no IFCH e no IEL. Ou seja, não há uma coincidência necessária entre os *dizeres sobre* destes materiais e os *dizeres sobre* praticados por vários docentes – que se filiam a diferentes posições no trabalho de ensino e pesquisa das diversas disciplinas de Lingüística e Teoria Literária. Por outro lado, também não se pode desconsiderar o fato de que estes *dizeres sobre* dos materiais institucionais produzem efeitos nos *dizeres sobre* das práticas de ensino e pesquisa dos estudos da linguagem na Unicamp e vice-versa[3].

Também cabe assinalar que há uma heterogeneidade de nomes que designam os domínios do saber recobertos pela Lingüística e pela Teoria Literária nos materiais analisados. Alguns dos nomes encontrados são os seguintes: Lingüística, Estudos Lingüísticos, Literatura, Teoria da Literatura, Teoria Literária e Estudos Literários. Nos textos analisados, a distinção entre Lingüística e Teoria Literária não significa da mesma maneira que a distinção entre Estudos Lingüísticos e Estudos Literários. E as relações Lingüística/Estudos Lingüísticos e Literatura/Estudos Literários/Teoria da Literatura/Teoria Literária podem ou não significar a partir de um efeito de sobreposição[4].

No decorrer deste trabalho, os nomes Lingüística e Teoria Literária são tomados como *paradigmas* em relação aos outros, mas isso não se deve a uma "constatação empírica" de que tais nomes sejam efetivamente paradigmas dos demais. O critério utilizado na definição de dois desses nomes como paradigmas é o de sua institucionalização, na Unicamp, enquanto nomes de Departamento do atual Instituto de Estudos da Linguagem, além de nomes de curso de Graduação, de Pós-Graduação e de disciplina destes cursos[5].

1. Ler o Arquivo Hoje

O artigo "Ler o Arquivo Hoje", de Michel Pêcheux (1982), é um texto essencial para se pensar, de uma perspectiva da História das Idéias Lingüísticas, a questão do arquivo e da leitura de arquivo, da língua e de sua materialidade, dentre tantas outras questões. Esta obra começa por analisar a questão da leitura de arquivo através de uma história das idéias de duas culturas, designadas como "literária" e "científica". O autor busca observar, nessas culturas, como a língua é concebida, as maneiras distintas de ler o arquivo e o abismo que foi se ampliando entre elas. Pêcheux observa que em ambas as culturas o *fato da língua* é contornado. A materialidade da língua é concebida, na maioria das vezes, apenas

como um meio transparente, ou então como a vidraça empoeirada através da qual se incita a espreitar "as próprias coisas" (p. 63). Dessa maneira, para estas duas culturas, a leitura não é tomada como uma questão e a construção do arquivo não é tomada como uma leitura.

Pêcheux define *arquivo* no sentido amplo de "campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão" (p. 57). Assim, o arquivo pode ser, por exemplo, um banco de dados, uma biblioteca ou um conjunto de documentos levantados por um pesquisador para seu trabalho particular. A partir desta definição de *arquivo*, cabe perguntar: Que documentos seriam pertinentes? E também: Para quem são pertinentes? Sobre este ponto, é interessante destacar algumas relações estabelecidas no texto de Pêcheux entre as Instituições, o arquivo e a memória histórica. A pertinência de determinados documentos tem a ver com o papel das Instituições sobre os diferentes modos de se ler o arquivo e o papel do arquivo na gestão da memória histórica.

A *leitura de arquivo*, para o autor, envolve desde uma leitura "individual" dos "literatos" sobre seus arquivos, passando pela própria construção desses arquivos por eles, bem como outros tipos de construção de arquivo, como aqueles realizados por escrivãos, copistas e técnicos especializados, por exemplo. Estas diversas maneiras de se ler o arquivo são sempre reguladas por uma divisão social do trabalho de leitura: "a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo "interpretações", constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento "literal" dos documentos, as ditas "interpretações"..." (p. 58).

Pêcheux observa que atualmente a divisão social do trabalho de leitura entre "literatos" e "cientistas" está se reorganizando. As demandas de "objetividade" para o tratamento de "dados" textuais, vindas de diversos setores da sociedade (Igreja, Estado, empresas) encontram legitimidade através de uma referência à "ciência" e têm, na informática, suas condições materiais de realização.

Para o autor, a difusão maciça da informática para estes fins abre a possibilidade de *expansão* dos privilégios "literários" da leitura para outros setores como os discursos políticos e publicitários, lugares em que a prática da "leitura literal" se mostraria insuficiente. Ao mesmo tempo, há a possibilidade de uma *restrição* dos privilégios da leitura interpretativa, como resultado "de uma expansão da influência das *línguas lógicas de referentes unívocos*, inscritos em novas práticas intelectuais de massa" (p. 60).

Nesta re-divisão social do trabalho de leitura, ao considerar "a *existência da lingüística*, como disciplina "de entremeio", incapaz de se dis-

por incondicionalmente, nem do lado dos "literatos" nem do lado dos "cientistas"" (p.62), Pêcheux produz um deslocamento sobre a questão da leitura do arquivo, que deve ser analisada, considerando a materialidade da língua. E a materialidade da língua, da perspectiva da Análise de Discurso, comporta em seu interior o deslize, a falha e a ambigüidade, a partir dos quais há possibilidade de jogo para o sujeito.

Desta perspectiva, a realização do trabalho de leitura de arquivo implica também lançar mão das tecnologias da informática, mas não como uma simples aplicação e sim como uma apropriação destas, no confronto com a "*materialidade da língua na discursividade do arquivo*" (p. 63).

O trabalho de leitura do arquivo que desenvolvo se fundamenta a partir do modo como é discutido nessa obra de M. Pêcheux, sob a perspectiva da História das Idéias Lingüísticas. Desenvolver esse trabalho, sob essa perspectiva, requer levar em conta que a língua não é transparente e que a história não é algo de que o analista possa se desvencilhar, colocar-se à parte; não é um exterior que possa ser observado de fora. A prática teórico-analítica deve se dar sobre a opacidade constitutiva da língua, que não se contorna e que produz as evidências *do* sentido, as quais são construídas historicamente.

Para minha pesquisa, que se desenvolve sobre documentos de arquivo institucional, há um aspecto fundamental a ser levado em conta. A seleção e organização dos documentos que compõem um arquivo institucional, como o material conservado no AC/Siarq, se fazem incluindo e excluindo o que, historicamente, é possível de ser tomado como pertinente e disponível. Ou seja, o arquivo se constitui a partir do que é passível de ser significado enquanto fato ou dado pertinente.

O arquivo é construído pela Instituição, é opaco e não é dado *a priori*, lembrando aqui Guillaumou & Maldidier (1984). O arquivo, escrevem os autores, "não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social" (p. 164). Ao mesmo tempo, a construção do arquivo do analista, feita a partir da leitura e análise de recortes do arquivo institucional, não é automática. Não se trata do mesmo arquivo (no caso de meu trabalho, o arquivo do AC/Siarq e meu arquivo de leitura), pois não se está no mesmo lugar teórico-metodológico e as questões que levam a construção dos arquivos são distintas.

A construção de meu arquivo de leitura pode ser compreendida como um *processo* que coloca questões ao longo do trabalho de leitura do arquivo institucional e produz um arquivo específico, dentro de uma perspectiva em que não é possível fazer história como se estivesse fora dela. Como se os dados já estivessem prontos, aguardando serem descobertos e descritos.

O arquivo de leitura não se fecha. E, por isso mesmo, não se coloca sob uma necessidade de exaustividade ou completude. A leitura do arquivo construída sempre será uma dentre outras possíveis. Ela não produz a sua des-opacização, mas uma compreensão[6] de alguns de seus aspectos. No percurso de leitura e análises, o modo como se cruzam as "informações" produz uma história. Desse modo, no percurso de construção deste arquivo de leitura, busquei, além de informações e datas, conhecer um pouco dos efeitos do científico na constituição da Lingüística e da Teoria Literária na Unicamp.

É importante ressaltar algumas distinções entre as análises de M. Pêcheux sobre as culturas "científica" e "literária" e as minhas análises sobre os domínios do saber da Lingüística e da Teoria Literária. No texto de Pêcheux, as culturas "científica" e "literária" designam domínios amplos de práticas de conhecimento que não se resumem em domínios do saber disciplinares, como a Estatística, a Literatura ou a Teoria da Literatura, por exemplo. Em minhas análises, Lingüística e Teoria Literária designam, sobretudo, domínios do saber disciplinarizados, mas também nomes de Departamentos, de cursos, de programas de disciplina, etc. E, também, nome de uma ciência, no caso da Lingüística. A Lingüística e a Teoria Literária, enquanto domínios do saber disciplinarizados, também se inscrevem, de certo modo, no interior das culturas "científica" e "literária".

Com este trabalho pretendo contribuir para uma reflexão sobre o lugar do *científico* na Lingüística e na Teoria Literária nesses materiais de arquivo da Unicamp. A leitura do texto de M. Pêcheux e as análises realizadas permitiram distinguir maneiras diferentes de compreender o espaço de um domínio do saber:

no entremeio, no qual se aceita teoricamente suas contradições,

e nos espaços unos construídos institucionalmente, nos quais se procura apagar as contradições.

2. Um Breve Histórico e Primeiras Análises

O histórico apresentado a seguir não pretende ser exaustivo. Seu objetivo é apontar para alguns aspectos do processo de introdução da Lingüística nas Instituições universitárias brasileiras, que me pareceram relevantes para uma compreensão das relações entre Lingüística e Teoria Literária na Unicamp.

A partir do século XIX, a palavra *lingüística* começa a ser introduzida em gramáticas e em outras produções no Brasil. Com a criação das faculdades de letras, no início da década de 1930, a palavra *lingüística* começa a aparecer enquanto *matéria* da disciplina Filologia, por exem-

plo. Aos poucos, *lingüística* começa a comparecer como nome de *disciplina* e de *curso*. A partir de 1950, *lingüística* tornou-se nome de *setor*, *cadeira*, *departamento* e *programa de pós-graduação*.

Em São Paulo, no ano de 1934, é criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com a criação da Universidade de São Paulo – USP. A Seção de Letras sofreu diversas mudanças em sua estrutura no decorrer de seu funcionamento. Apresento aqui alguns dos momentos dessas mudanças.

Em 1953, todas as Cadeiras da Seção de Letras se reuniram em um Departamento de Letras.

Em 1959, foi criado, junto às Letras, um Curso de Teoria Geral da Literatura, tendo Antônio Candido como professor responsável. Este curso foi instalado no ano seguinte e passou, posteriormente, à categoria de disciplina autônoma, denominada Teoria Literária e Literatura Comparada. A fundação do Departamento de Teoria Literária deu-se posteriormente, em 1990.

Em 1962, foi criada a Cadeira de Línguas Indígenas do Brasil, em substituição à Cadeira de Etnografia de Língua Tupi-Guarani.

Em 1966, a Seção de Letras estava estruturada da seguinte maneira: Divisão de Letras Clássicas e Vernáculas, com o Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e o Departamento de Letras Orientais; e Divisão de Letras Modernas, com o Departamento de Letras Germânicas, o Departamento de Letras Românicas e o Departamento de Teoria da Literatura e das Artes.

Em 1965, teve início a Pós-Graduação em Lingüística, como um curso de Especialização em Lingüística Geral, criado pelo professor Theodoro Henrique Mauer Jr, a pedido de três alunos seus: Emílio Giusti, Lelia Erbolato e Eni Orlandi. No ano seguinte, a Especialização passou a ser reconhecida como Curso de Mestrado em Lingüística Geral. A regulamentação da Pós-Graduação na USP ocorreu em 1970.

No Rio de Janeiro, em 1935, é criada a Universidade do Distrito Federal – UDF, que começou com diversas Escolas, dentre elas, a Escola de Filosofia e Letras. Esta escola compreendia as seções de Filosofia, Filologia, Grego e Latim, Filologia e Literatura Luso-Brasileira e Línguas Estrangeiras.

Mattoso Camara, que estudou na Escola da UDF, ministrou um curso de Lingüística no período de 1938 a 1939. Depois a UDF foi fechada para funcionar a Universidade do Brasil, criada em papel em 1937, e o curso não teve continuidade. Segundo relato de Mattoso Câmara, "a Lingüística era considerada como conhecimento básico para os professores de Língua e para os estudantes interessados em crítica literária" (Camara, 1976, p. 49).

Em 1950, Mattoso é convidado a lecionar Lingüística na então Faculdade Nacional de Filosofia dessa Universidade. Ainda dessa década, em 1958, ajudou a fundar o Setor de Lingüística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, com a participação dos professores Luís de Castro Farias e Darcy Ribeiro.

Em Brasília, no ano de 1962, é inaugurada a Universidade de Brasília – UnB, que teve como idealizador e como primeiro reitor, Darcy Ribeiro. A UnB foi estruturada em Institutos Centrais e Faculdades. Havia "cursos-tronco" de formação básica nos dois primeiros anos. Os cursos eram Direito, Administração e Economia, Letras Brasileiras, e Arquitetura e Urbanismo. Após a formação básica nesses cursos, os alunos seguiam para os Institutos e Faculdades.

No Instituto Central de Letras, havia aulas introdutórias de Lingüística ministradas por professores da Antropologia, no âmbito de um acordo firmado entre a UnB e o Summer Institute of Linguistics – SIL. O SIL já atuava no Brasil, em convênio com a Divisão de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro desde 1956.

No ano de 1962 é criado um Departamento de Lingüística que passou a ser chefiado pelo professor Aryon Dall'igna Rodrigues no ano seguinte, em 1963. Neste ano, foi criado do Programa de Pós-Graduação em Lingüística – PPGL, com o primeiro Curso de Mestrado em Lingüística do Brasil.

Em 1964, houve a intervenção na UnB e foi nomeado Reitor *protempore* o professor Zeferino Vaz. Isso é comentado num texto do site do Centro de Documentação – CEDOC da UnB, intitulado de *1964: O Sonho Interrompido*: "Dividido entre o papel de interventor e a empolgação com idéias de Darcy Ribeiro, Zeferino Vaz assume a defesa do projeto da UnB como um modelo para as demais Universidades brasileiras. Pressionado por todos os lados, anuncia sua renúncia ao cargo no dia 25 de agosto de 1965"[7].

Seu lugar é ocupado por Laerte Ramos de Carvalho. Logo depois o *campus* da universidade é ocupado pela polícia. A universidade parou de funcionar. O curso de Lingüística foi interrompido, sendo retomado em 1966 e novamente suspenso em 1969. Oito anos depois, em 1977, o PPGL retomou suas atividades.

Em Araraquara, no ano de 1957, é criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, sendo autorizada a funcionar em 1959. Os primeiros cursos dessa Faculdade foram os de Letras e de Pedagogia. Em 1963, iniciou-se o curso de Ciências Sociais, que teve como chefe de Departamento, o filósofo Fausto Castilho. Em 1976, a FFCL foi incorporada à Universidade Estadual Paulista – Unesp. Em 1977, a FFCL mudou de nome para Instituto de Letras, Ciências So-

ciais e Educação – ILCSE e em 1989, para Faculdade de Ciências e Letras – FCL.

Os cursos de Letras, Pedagogia e Ciências Sociais da FFCL de Araraquara, em seus primeiros anos, tinham um currículo amplo, que abrangia diversos domínios das Ciências Humanas e da Filosofia. Fausto Castilho, chefe do Departamento de Ciências Sociais e professor de Filosofia dessa Faculdade, trouxe para a Instituição intelectuais de renome no Brasil e no exterior, dentre eles Jean-Paul Sartre, Michel Lebrun, Michel Debrun, Oswaldo Porchat e outros. As Letras não incluíam, desse modo, apenas disciplinas do domínio dos estudos da linguagem, como as línguas, as Literaturas e a Lingüística. Isso é um ponto importante a ser destacado, para uma maior compreensão da relação que foi estabelecida entre a Lingüística e as Ciências Humanas na Unicamp.

Outro aspecto importante, é que depois da criação da FFCL da USP, um grande número de FFCLs foi criado, sendo esta a estrutura predominante das faculdades no Brasil, de modo geral.

Na estrutura FFCL, 'Ciências' pode recobrir várias ciências, como, por exemplo, Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências Naturais, Geografia e História, Ciências Sociais e Políticas, conforme as subsecções da Faculdade de Ciências nos primeiros anos da USP. 'Ciências' podia também recobrir outros domínios que não necessariamente estes.

A divisão entre os saberes Filosofia/Ciências/Letras, que funciona pela nomeação FFCL, produziu e continua produzindo efeitos nas práticas de ensino e pesquisa. Um deles é o *efeito de pertencimento* das disciplinas vinculadas a cada domínio, como sendo pertencentes ao domínio. Outro efeito da divisão que a nomeação FFCL produz é que *Letras não é ciência*. Desse modo, as disciplinas ministradas como disciplinas *das* Letras não significam enquanto ciência e, portanto, não significam enquanto disciplinas científicas.

No entanto, é importante destacar que qualquer divisão nos domínios do conhecimento se produz pelo esquecimento, pela falha e pela contradição, pois sempre há algo que *fica fora* e há algo que *está a mais*. A presença de disciplinas como Filologia e Lingüística, enquanto domínios do saber que geralmente se definem como científicos, é um exemplo interessante dessa contradição.

E é nesse espaço contraditório, constitutivo da própria divisão, que se abre a possibilidade de deslocamentos. Isso pode ser observado na FFCL de Araraquara, em que disciplinas como Filosofia e Ciências Sociais foram levadas para os cursos de Letras e de Pedagogia.

O processo de introdução da Lingüística no espaço científico brasileiro também pode ser observado no discurso geral sobre esse domí-

nio do saber em produções de diversos pesquisadores dos estudos da linguagem, materializado em documentos sobre associações e eventos científicos[8]. Para ilustrar, vale mencionar um evento ocorrido em 1958, com o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura – MEC. Trata-se do Primeiro Simpósio de Filologia Românica, promovido pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil[9].

No texto apresentado nesse evento por Aires da Mata Machado, "Como se Reflectem na Universidade Brasileira as Atuais Tendências da Filologia Românica" (1976), o autor observa um grande crescimento dos estudos no domínio da Filologia, que levam a uma precariedade no cumprimento da tarefa de ministrá-la. A partir disso, o autor escreve:

> Daí da conveniência de preconizar boa divisão do trabalho, para os meios não primarem sôbre o fim, e a urgência de munir o aluno das noções gerais e da visão especulativa que só a cadeira de lingüística pode preparar (p. 42).

E, ao final do texto, propõe a criação de uma cadeira de 'Lingüística Geral', 'em caráter básico e introdutório', e o estabelecimento de 'um estudo autônomo de Dialetologia'.

Nas atas do debate que se realizou sobre esse trabalho, a proposta do estabelecimento da Dialetologia não foi muito discutida. Já a proposta da criação da cadeira de Lingüística gerou mais debate e acabou sendo aceita. Ao final da ata é apresentada a conclusão do debate:

> essencialmente há a recomendação da criação de uma cátedra de linguística geral nas faculdades de letras, como verdadeira aspiração geral. (p. 45)

Cabe destacar que esse evento ocorreu poucos anos antes do estabelecimento do currículo mínimo para o curso de licenciatura plena em Letras, em que a Lingüística foi incluída como disciplina obrigatória. Este currículo mínimo foi criado em 1962, por resolução do Conselho Federal de Educação – CFE.

Letras, no texto da resolução, designa um curso, que comparece organizado pela relação *língua x e Literatura de língua x*. Nessa relação, tanto a língua como a Literatura significam enquanto objetos a serem conhecidos, sendo que a Literatura faz parte da língua.

O artigo n°. 1 desta resolução expõe as disciplinas obrigatórias e eletivas do curso. Vejamos:

Art. 1°. – O currículo mínimo dos cursos que habilitam à licenciatura em Letras compreende 8 (oito) matérias escolhidas na forma abaixo indicada, além das matérias pedagógicas fixadas em Resolução especial:
1. Língua Portuguesa
2. Literatura Portuguesa
3. Literatura Brasileira
4. Língua Latina
5. Lingüística
6.8. Três matérias escolhidas dentre as seguintes:
a) Cultura brasileira
b) Teoria da Literatura
c) Uma língua estrangeira moderna
d) Literatura correspondente à língua escolhida na forma da letra anterior
e) Literatura Latina
f) Filologia Românica
g) Língua Grega
h) Literatura Grega (Conselho Federal de Educação, 1981, p. 417)

No parecer sobre essa resolução, do relator Valnir Chagas, há algumas justificativas a respeito da proposta de um currículo dividido em uma parte comum e outra diversificada. Embora não haja uma justificativa sobre a introdução de algumas como obrigatórias e outras como optativas, pode-se observar um breve comentário sobre as disciplinas que cada parte contém. Nesse comentário, algo se diz sobre a Lingüística:

> Estas considerações nos levam a propor um currículo mínimo de Letras formado por uma parte comum e outra diversificada. A parte *comum* compreende Português com a respectiva literatura, Latim e os conhecimentos básicos de Lingüística necessários às línguas vernáculas e estrangeiras. Esse "básico" é o que nos parece exeqüível em âmbito nacional, nada impedindo que a escola dê maior amplitude aos estudos lingüísticos. Exatamente por isso, aliás, foi que substituímos por "Lingüística", sem restrições ou ampliações, o título de "Introdução aos Estudos Lingüísticos" que inicialmente havíamos apresentado (*ibidem*, p. 415)

Nesse comentário, pode-se observar dois caminhos possíveis para a Lingüística. Ela pode ser uma matéria básica e introdutória ou um estudo mais amplo. Nos dois casos, está determinada ao estudo das lín-

guas vernáculas e estrangeiras enquanto *línguas a saber* e não enquanto *línguas a saber sobre*.

Cabe notar que o parecer não apresenta uma justificativa para a escolha da Lingüística como matéria obrigatória, mas há, em outra parte dele, justificativas para a introdução da Cultura Brasileira, da Teoria da Literatura e da Filologia como matérias optativas da parte diversificada.

Segundo o relator, seria 'impraticável e desaconselhável' incluí-las como obrigatórias. Sobre isso, escreve:

> impraticável, por significar uma quebra de critério de flexibilidade que se adotou, visando o currículo verdadeiramente mínimo de oito matérias; e desaconselhável, porque duas dentre elas – Cultura Brasileira e Teoria da Literatura – constam pela primeira vez do currículo oficial, de sorte que lançá-las desde logo como obrigatórias implicaria admitir improvisações que da autenticidade levariam fatalmente ao descrédito (*ibidem*, p. 415).

O adjetivo 'impraticável' remete às três matérias, mas 'desaconselhável' remete apenas à Cultura Brasileira e à Teoria da Literatura. A Filologia seria 'impraticável', mas não 'desaconselhável', enquanto a Lingüística acaba por significar como praticável em oposição à Filologia. A praticabilidade da Lingüística, em oposição à impraticabilidade da Filologia, ao lado da falta de necessidade de justificar o estabelecimento da Lingüística como matéria obrigatória são pistas interessantes que mostram como a Lingüística já se sustenta no interior das Letras no plano de evidências historicamente construídas. Ao mesmo tempo, também são pistas interessantes do movimento de dissociação entre Lingüística e Filologia, no qual o estatuto de disciplina científica para a Lingüística vai adquirindo maior legitimidade.

Dessa maneira, no texto da resolução, a Lingüística, enquanto disciplina obrigatória significa como disciplina que descreve a língua. A Teoria da Literatura pode ou não ser escolhida e significa enquanto disciplina que interpreta textos literários. Na divisão entre disciplinas obrigatórias e eletivas está, em primeiro plano, conhecer uma língua x, descrevê-la e conhecer sua Literatura. Em segundo plano, está interpretar textos literários dessa língua.

Também em 1962, a lei Estadual n°. 7655 criou a Universidade de Campinas. A referida lei previa para a universidade os seguintes órgãos: Faculdade de Ciências, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Química Industrial, Instituto de Biologia, Instituto de Morfologia, Instituto de Química, Instituto de Física e Instituto de

Matemática. Naquele momento, as chamadas "humanidades" ainda não faziam parte do conjunto de órgãos previsto pela universidade.

Em 9 de setembro de 1965, o Conselho Estadual de Educação – CEE criou, via decreto, uma Comissão Organizadora da Universidade de Campinas incumbida de estudar e planejar a formação e instalação de suas unidades[10]. A pedra fundamental do *campus* da Universidade Estadual de Campinas foi lançada, oficialmente, em 5 de outubro de 1966. Esta data acabou por se tornar a data comemorativa do aniversário da universidade.

Ao lado disso, a Lei Estadual n°. 9715, de janeiro de 1967, alterou a redação da lei anterior, n°. 7655 e, dentre várias providências, incorporou à Unicamp a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Antes de traçar outros rumos, os estudos de Letras e de Lingüística na Unicamp poderiam ter se mantido num caminho já existente no interior de uma FFCL, através de um Curso de Letras que tinha a Lingüística como disciplina obrigatória de seu currículo mínimo. No entanto, esta faculdade foi desincorporada pelo governador Abreu Sodré no ano seguinte.

A constituição da Unicamp, sob a responsabilidade do reitor Zeferino Vaz, estava sendo pensada a partir de um ideal de integração interdisciplinar entre os Institutos. Uma proposta nesse caminho já tinha sido feita na UnB durante a década de 1960, por Darcy Ribeiro, com a criação de cursos tronco e o estabelecimento de Institutos Centrais e Faculdades. Como já foi dito, essa proposta fora vivenciada também por Zeferino Vaz, no período em que era reitor dessa universidade, de 1964 a 1965.

Em 1967, é criado o Conselho Diretor da Unicamp e iniciam-se, a partir daí, os trabalhos de elaboração dos Estatutos e do Plano Diretor da universidade.

Na constituição da Unicamp, a divisão das áreas de conhecimento se fez no papel e também no próprio projeto arquitetônico do *campus*. O Plano Diretor da Unicamp, elaborado nesse final da década de 1960, dividiu urbanisticamente as áreas de conhecimento em três grandes setores, Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Humanidades – sendo que as Humanidades se dividiriam em Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Letras e Instituto de Artes. Estes três grandes setores se instalaram no interior de uma estrutura circular, ao redor de uma grande praça central, onde foi construído o conjunto de edifícios do Ciclo Básico. No papel, os cursos de graduação eram divididos em dois ciclos, o ciclo básico e o ciclo profissional. Uma organização de ciclos semelhante a esta já havia sido praticada na UnB, anos antes.

3. Lingüística e Teoria Literária na "Proposta de Criação do Grupo de Linguística, no Instituto de Ciências Humanas"

Em reunião do Conselho Diretor, no ano de 1967, foi proposto o Departamento de Planejamento Econômico e Social – DEPES, como unidade inicial do futuro Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. A constituição desse departamento e do Instituto ficou a cargo do filósofo Fausto Castilho.

No ano seguinte, outubro de 1968, é aprovada com unanimidade pelo Conselho Diretor da Unicamp a "Proposta de Criação do Grupo de Linguística, no Instituto de Ciências Humanas". A Proposta é assinada por Fausto Castilho e, também, por um matemático, o professor Rubens Murillo Marques, coordenador do Instituto de Matemática. É um dos primeiros documentos de arquivo institucional relativos à constituição da Lingüística na Unicamp.

A Proposta foi elaborada entre 1967 e 1968, durante uma viagem de Fausto Castilho à Universidade de Besançon, na França. Durante este período, foram estabelecidos contatos com docentes e linhas de pesquisa em desenvolvimento naquela Instituição.

Uma Lingüística configurada a partir de estreitas relações com métodos matemáticos era uma destas linhas de pesquisa na Universidade de Besançon naquele momento. Outro aspecto interessante dessa universidade francesa foi assinalado por François Dosse (1991). Segundo o autor, em meados da década de 1960, a orientação nessa Instituição era "deliberadamente interdisciplinar". Nessa universidade, escreve Dosse, "são construídas pontes entre os professores das faculdades de Letras e de Ciências a fim de se iniciar a aplicação de métodos de laboratório nas ciências humanas" (p. 228).

No texto da Proposta, a Lingüística é designada como 'Lingüística matemática' e como 'disciplina', dentre outras características. A Lingüística também se apresenta, por 'sua metodologia', como 'padrão de referência obrigatório' para 'as disciplinas afins' (as Ciências Humanas) e como 'um dos lugares de eleição para o trabalho pluridisciplinar', não apenas no Instituto de Ciências Humanas, como também em outros Institutos.

Nesta proposta, há um item intitulado de "Lingüística e Colaboração Interdisciplinar", do qual extraí o seguinte recorte, sobre a Lingüística:

> Sua introdução no esquema integrado da Unicamp facilitará o trabalho interdisciplinar numa série de pontos-de-intersecção:
> Instituto Central de Matemática: lógica, teoria dos conjuntos, teoria da informação, estatística, computação;

Instituto Central de Biologia: código genético;
Instituto Central de Ciências Humanas: antropologia, psicologia, sociologia, economia, filosofia;
Instituto Central de Letras: fonemática, monemática, sintaxe, semântica lexicologia, linguística geral, estilística, dialetologia, plurilinguismo, filologia (métodos quantitativos de história de textos, pesquisas de datação, pesquisas de atribuição de autoria), procedimentos de tradução, métodos de crítica literária, teoria da literatura;
Instituto Central de Artes: processos de comunicação social, musicologia, estética;
Faculdade de Medicina: diagnóstico e tratamento da afasia.
Etc.[11]

Em relação ao 'Instituto Central de Letras', um primeiro aspecto a destacar é o "Ante-Projeto dos Estatutos da Unicamp" (enviado ao CEE para aprovação, em maio de 1969) previa um Instituto de Letras, ao lado do IFCH e de outros Institutos e Faculdades. Para coordenar o IL, foi chamado pelo reitor da universidade, Zeferino Vaz, o professor Antônio Candido de Melo e Souza, que naquele momento não aceitou a proposta, mas participou indiretamente da constituição do Departamento de Lingüística do IFCH, indicando alunos da USP para compor os primeiros quadros de docentes de Lingüística.

Vemos, então, no recorte acima que, enquanto curso vinculado ao Instituto de Ciências Humanas, 'Lingüística', se distingue do campo/disciplina 'Lingüística Geral' do Instituto de Letras (IL). A atuação da 'Lingüística' enquanto 'Lingüística Geral' nesse Instituto não deixa de significar enquanto uma disciplina obrigatória do currículo mínimo do Curso de Letras, muito embora não haja uma correlação idêntica entre as disciplinas do currículo mínimo e os campos/disciplinas do IL. Aliás, é interessante destacar que quase todos os campos/disciplinas citados como deste Instituto são vinculados à Lingüística no item 'Campos-de-estudo da Lingüística' desta Proposta, com exceção de três deles: Filologia, Métodos de Crítica Literária e Teoria da Literatura.

É possível considerar a existência de uma relação bi-direcional da Lingüística e seus campos de estudo na intersecção com o IL e seus campos disciplinares. Mas a colaboração interdisciplinar entre Lingüística e Teoria Literária se faz de outro modo, já que a Teoria Literária não faz parte dos 'Campos-de-estudo da Lingüística'.

Os campos de estudo da Lingüística, configurada enquanto ciência, como uma Lingüística matemática, significam enquanto ciência tam-

bém. Já para a Filologia, para os Métodos de Crítica Literária e para a Teoria da Literatura isso não pode ser assegurado.

Do ponto de vista do científico, a colaboração interdisciplinar entre Lingüística e Teoria Literária segue uma direção: *Lingüística → Teoria Literária*. Um ponto interessante a destacar sobre isso é que embora seja a Lingüística que ocupe o lugar do científico, a possibilidade da relação *Lingüística → Teoria Literária* assegura o lugar para o científico também na Teoria Literária.

Cabe notar que não são indicados neste recorte (nem em outras partes do texto) quais seriam os pontos de intersecção que permitem colocar em relação Lingüística e Teoria Literária, assim como os demais campos disciplinares do IL e de outros Institutos. Isso tem a ver com o modo como a Lingüística é definida: em relação a outros campos, mas não positivamente em si mesma. Ou seja, não há uma formulação que diga diretamente o que é Lingüística, qual é o seu objeto e como este objeto é concebido.

Nesta proposta, 'Instituto de Letras' abriga outros sentidos que parecem *não cair bem* no próprio nome. As "Letras" da maioria das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras não são as mesmas "Letras" deste 'Instituto de Letras'. É como se fosse um "Instituto de Lingüística", que inclui algumas disciplinas literárias.

Na relação de colaboração interdisciplinar entre o IFCH e o IL, pode-se observar o funcionamento dessa reorganização da divisão social do trabalho de leitura. De um lado, a necessidade de legitimação da Lingüística – enquanto Lingüística Matemática na Proposta – no lugar dos "cientistas" – que se distingue do lugar dos "literatos". De outro, a Teoria Literária que, do lugar dos "literatos", recebe contribuições advindas do espaço científico ocupado pela Lingüística.

4. Lingüística e Teoria Literária num Ofício do Conselho Diretor da Unicamp

O IFCH, sob coordenação de Fausto Castilho, previa, inicialmente, os seguintes cursos: Planejamento Econômico, Administração Geral, Ciências Sociais e Lingüística. A relação destes cursos já estava discriminada no "Ante-Projeto dos Estatutos da Unicamp", que foram aprovados pelo CEE em julho de 1969, com algumas emendas. Uma destas emendas suprimiu o curso de Lingüística e criou o Bacharelado em Antropologia.

O texto que analisarei a seguir é um ofício do Conselho Diretor da universidade ao reitor Zeferino Vaz, de 25 de julho de 1969. Este ofício solicita ao reitor que diligencie junto ao CEE para que seja retirada a

referida emenda e mantida a graduação em Lingüística, nos termos do Anteprojeto. Neste ofício, a Lingüística é designada como 'Lingüística Contemporânea', 'ciência recente, recentíssima mesmo', 'a nova ciência', dentre outras características que podem ser observadas numa narrativa sobre sua constituição enquanto ciência. Vejamos um recorte desta narrativa:

> A princípio não foi sem muito custo que ela [a Lingüística] pôde demarcar seu objeto. Parecia disputar a disciplinas literárias tradicionais a mesma porção do real. Pouco a pouco, entretanto, foi alargando sua faixa de interêsse. Descobriu-o por fim não pròpriamente no uso literário, um dos muitos usos possíveis que se pode fazer de um idioma, mas no fenômeno mais amplo da comunicação, sob tôdas as suas formas. Incorporou depois os fenômenos de comunicação entre os animais, que passou a tratar como análogos à comunicação inter-humana e, hoje, se volta cada vez mais para os fatos de comunicação existentes entre os artefatos da indústria humana. É a disciplina que estuda o código como tal.
>
> Êsse rodeio possibilitou o seu êxito rápido no caminho para constituir-se como Ciência Humana. Pela amplitude de seu objeto, transformou-se, no último decênio, no lugar de eleição para o trabalho interdisciplinar nas Ciências do Homem.
>
> Exerce êsse papel por uma série de razões. Em primeiro lugar, ela se antecipou às outras Ciências Humanas no emprêgo sistemático da matematização e dos modelos formais. Valendo-se de técnicas elaboradas pela lógica, pela Estatística, pela Teoria dos Conjuntos, pela Teoria da Informação, soube construir modelos que são facilmente transferíveis à Antropologia, à Sociologia, à Economia, à Política. Por outro lado, a pesquisa linguística, pela própria natureza do seu objeto, depende da colaboração das demais disciplinas humanas. (sublinhados do texto)[12]

É interessante destacar que em nenhuma parte deste ofício é enunciado o termo *língua*. A língua é significada enquanto *idioma*, *código* e instrumento de comunicação. O 'fenômeno' da comunicação inclui, de certo modo, também o uso literário do idioma. Concebido enquanto parte do fenômeno da comunicação, o uso literário do idioma fica subjugado à Lingüística, podendo ser analisado através das técnicas e métodos da Lingüística.

Nessa narrativa, a Lingüística precisa se distinguir da Literatura para se constituir enquanto ciência. O que legitima o estatuto da Lingüística

enquanto ciência é esse distanciamento da Literatura, a matematização e a dependência 'da colaboração das demais disciplinas humanas' (a interdisciplinaridade).

Mas aqui caberia uma pergunta: A designação de 'disciplinas humanas' recobre 'disciplinas literárias'? Pois se recobre, a necessidade de distinguir Lingüística e Literatura não implicaria numa independência da Lingüística em relação à Literatura: a Literatura também teria algo com que colaborar com a Lingüística.

A possibilidade de elaborar uma pergunta como esta se deve a uma possibilidade de interpretação abrangente para formulação 'disciplinas humanas' que não é dada pelo próprio texto, mas vem de outros lugares, por exemplo, pela designação de 'Humanidades'. Na Unicamp, este nome designa o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, o Instituto de Letras e o Instituto de Artes do Plano Diretor elaborado pelo arquiteto João Carlos Bross (1970) e é, conforme descreve o arquiteto, um dos 'três grandes setores' das 'Áreas de conhecimento', que circundam o Ciclo Básico, ao lado de 'Ciências Exatas' e de 'Biológicas'. Nesta divisão das áreas de conhecimento do Plano Diretor da Unicamp, os sentidos de 'Instituto de Letras' não correspondem necessariamente aos do 'Instituto Central de Letras' da Proposta de Criação do Grupo de Lingüística.

No ofício do Conselho Diretor, as 'Ciências do Homem' são *reescritas* (Guimarães, 2002, 2004)[13] como 'Ciências Humanas' e 'disciplinas humanas'. A Lingüística é uma 'Ciência Humana', assim como a Antropologia, a Sociologia, a Economia e a Política. Nesta sobreposição ciência/disciplina, as ciências significam enquanto disciplinas, mas as disciplinas, não necessariamente podem significar enquanto ciências. E não há, no texto, uma reescritura para 'disciplinas literárias' como, por exemplo, "ciências literárias". Estas pertenceriam, talvez, ao Instituto de Letras já previsto pelos Estatutos da Universidade.

Nesse sentido, o científico, além de continuar sendo um fator fundamental da distinção entre Lingüística e Literatura, também está relacionado à distinção entre IFCH e IL – presente na divisão entre os Institutos da Unicamp nos Estatutos, bem como no Plano Diretor desta universidade.

5. Lingüística e Teoria Literária em Documentos Enviados ao CEE para Reconhecimento de Cursos

Para observar os caminhos que as relações entre Lingüística e Teoria Literária vão tomando na constituição dos estudos da linguagem na Unicamp, analisarei a seguir alguns recortes de uma documentação enviada ao CEE para reconhecimento dos cursos de bacharelado em Ciências Sociais, Economia e Planejamento, e Lingüística. No capítulo

5 dessa documentação, nomeado de *Cursos*, há uma parte que traz explicações sobre os papéis das diversas disciplinas da grade curricular do curso de Lingüística. Nestas considerações, o papel da matematização deixa de ser tão enfatizado como era na Proposta de Criação do Grupo de Lingüística e no ofício do Conselho Diretor, embora continue forte. A Lingüística não é mais designada enquanto 'Lingüística Matemática', mas como 'campo' e 'disciplina' e não diretamente como ciência.

A disciplina Teoria Literária também faz parte dessa grade curricular. Vejamos abaixo um recorte dessa parte, que traz considerações relacionadas à Teoria Literária:

> Ao mesmo tempo, aponta-se para direções onde a aplicação das noções e métodos lingüísticos tem sido mais fecunda (Análise do Discurso, Lingüística e Teoria Literária)[14].

Embora não seja designada diretamente como ciência, a Lingüística significa enquanto ciência, através das noções e métodos que ela aplica sobre ela mesma e que são aplicados pela Análise do Discurso e pela Teoria Literária.

Neste texto, o científico mantém-se na relação *Lingüística* → *Teoria Literária*.

6. Lingüística e Teoria Literária no "Ante-Projeto para a Implantação do Instituto de Letras"

A relação entre Lingüística e Teoria Literária sofre alguns deslocamentos em projetos posteriores, elaborados para a criação de um Instituto de Letras.

O texto que analiso a seguir é o "Ante-Projeto para a Implantação do Instituto de Letras", de 1975[15].

> Por um lado, o desenvolvimento da Lingüística, que conseguiu constituir-se como ciência descritiva e explicativa da linguagem. Por outro lado, a teoria da literatura que está em acelerado desenvolvimento, dispondo já de um instrumental razoávelmente preciso de análise.
> Assim, a Lingüística e a Teoria da Literatura devem constituir o núcleo estrutural do novo Instituto de Letras, marcando sua contraposição com os Institutos de Letras tradicionais que resultaram de uma perspectiva histórico-comparatista.[16]

A legitimidade da Lingüística enquanto ciência, neste texto, é construída de modo diferente daqueles dos textos analisados anteriormente.

Ela se dá através de uma oposição direta com a perspectiva histórico-comparatista e através da referência ao método descritivo e explicativo, que remete à teoria gerativa de Noam Chomsky. Para esta teoria, é necessário que a Lingüística, para se constituir enquanto ciência, não seja apenas descritiva (condição colocada pelo corte saussuriano), mas seja também explicativa.

É interessante notar que a Lingüística que abrange a língua comparece não apenas como *ciência da língua*, mas como *ciência* (descritiva e explicativa) *da linguagem*.

Este modo como a Lingüística é definida não afeta a relação *Lingüística → Teoria Literária*, pautada pelo científico. No entanto, neste anteprojeto, há algumas características diferentes na relação. Elas podem ser observadas no recorte a seguir, que traz uma narrativa sobre os percursos da Teoria Literária:

> Mais recentemente, pensou-se a possibilidade de transformação das especulações sobre o objeto literário em ciência. Essa última tendência relativizou-se de certa forma a importância da crítica na medida em que se propôs como atividade básicamente descritiva, tentando fundar-se em critérios e instrumentos sob certo ponto de vista objetivos e não valorativos. No entanto, o estágio atual desse domínio não autoriza estritamente a configuração da Teoria Literária como ciência, não se tendo, além disso encontrado um sucedâneo eficaz à percepção individual do texto literário, que sempre fundou a atividade crítica. Com isso não se pretende negar o mérito das pesquisas empreendidas nesse sentido, mas salientar que até o presente, elas contribuíram para uma maior objetivização da crítica e não para sua anulação. Uma teoria literária capaz de se servir dos procedimentos modernos de delimitação de unidades e seu relacionamento no interior do próprio texto, ao mesmo tempo estimulando a avaliação estética e aberta à evolução do pensamento nas demais ciências humanas, constituiria o suporte indispensável à renovação dos estudos nas diferentes literaturas.[17]

A Teoria Literária mantém aberto um espaço para uma contribuição científica da Lingüística sem deixar de lado seu espaço próprio. Além disso, ela não comparece apenas em relação à Lingüística, mas também às 'demais ciências humanas'. Estas últimas também podem contribuir com a renovação de seus estudos. Essa configuração é prevista para o curso de Pós-Graduação em Teoria Literária, que

> contaria com os recursos humanos desse grupo [de Teoria Literária], com a dedicação parcial do Departamento de Lingüística e com a participação complementar dos pesquisadores do IFCH, sobretudo no que se refere aos cursos de Filosofia, Antropologia, Sociologia, Política e História.[18]

Dentro desta configuração, uma das responsabilidades propostas para o grupo de Teoria Literária é:

> a) elaborar um projeto detalhado de pós-graduação em Teoria Literária correspondendo com os princípios gerais enunciados na justificativa acima, garantindo nessa elaboração o equilíbrio desejado entre uma postura interpretativa e uma descritiva.[19]

Mesmo através dessa relação com as Ciências Humanas, é interessante notar que é a partir da Lingüística que o científico vai significando.

De um lado, a interpretação e os critérios valorativos que remetem à Teoria Literária. De outro, a descrição, a explicação, os critérios objetivos, os procedimentos modernos de delimitação de unidades, que são disponibilizados para a Teoria Literária pela Lingüística.

Desse modo, parece se construir, no Anteprojeto, um espaço para uma "disciplina "de entremeio", incapaz de se dispor incondicionalmente, nem do lado dos "literatos" nem do lado dos "cientistas"" (Pêcheux, 1982). Mas este espaço não é o da Lingüística, e sim o da Teoria Literária que, embora sustentada por uma concepção de completude, reconhece a importância da descrição, sem deixar de lado a interpretação. Para a Lingüística, o espaço da interpretação não é reconhecido: este é um dos efeitos do científico sobre ela.

7. Lingüística e Teoria Literária em Jornais Campineiros

O lugar do científico ocupado pela Lingüística pode ter tido um papel importante no destaque dado a ela nas manchetes de jornais da cidade de Campinas quando do anúncio da criação de um novo Instituto.

No Diário do Povo, de 26 de agosto de 1976, a manchete é a seguinte:

> Unicamp vai implantar o Instituto de Lingüística (p. 10).

No Correio Popular, de 29 de agosto de 1976, a manchete é:

> Instituto de Lingüística na Unicamp (p. 12).

No corpo da reportagem de ambos os jornais, 'Instituto de Lingüística' é reescrito como 'Instituto de Lingüística e Estudos Literários'. Este último nome já estava presente em alguns textos elaborados para a criação do IL, após o "Ante-Projeto para a Implantação do Instituto de Letras", ao passo que o nome 'Instituto de Lingüística' não estava presente em nenhum destes textos. O artigo definido 'o' em 'o Instituto de Lingüística' da manchete do Diário do Povo produz um efeito de pré-construído de que este Instituto já existia, já era previsto.

Em relação a isso, é interessante lembrar que a Lingüística já tinha sido notícia em 1968, com a criação do Grupo de Lingüística no Instituto de Ciências Humanas. 'Grupo de linguística na UC para maior projeção das ciências' era a manchete do jornal Correio Popular, de 10 de outubro de 1968. A Lingüística já tinha uma memória construída em torno do científico. A nomeação 'Instituto de Lingüística' nos dois jornais da cidade é um fato interessante, produzido pelos efeitos do científico sobre a relação entre Lingüística e Estudos Literários. No nome 'Instituto de Lingüística e Estudos Literários', presente nos jornais, o conectivo 'e' não estabelece uma relação de igualdade entre os objetos por ele relacionados.

Mas o nome 'Instituto de Lingüística e Estudos Literários' significa mais do que isso nos projetos de um novo Instituto. Ele se constrói a partir de uma demanda de sentidos que não "ganhava corpo" no nome 'Instituto de Letras'. Pois o nome 'Instituto de Letras', embora passasse a designar novas propostas sobre os estudos da linguagem, conflitava com outros sentidos que já existiam para ele.

O nome 'Instituto de Lingüística e Estudos Literários' faz parte do processo de construção da nomeação 'Instituto de Estudos da Linguagem', no qual está em jogo o processo de reorganização das relações entre Lingüística e Teoria Literária. Estes nomes não se enquadram na divisão ciência/não-ciência que as 'Humanidades' do Plano Diretor da Unicamp e os Estatutos da Unicamp produziam. A divisão ciência/não-ciência deixa de ser entre Institutos (IFCH/IL) para ser departamental (Departamento de Lingüística/Departamento de Teoria Literária).

8. Lingüística e Teoria Literária no Projeto "Instituto de Estudos da Linguagem – IEL"

Passemos, então, para uma análise do projeto "Instituto de Estudos da Linguagem – IEL"[20]. O projeto IEL foi aprovado pelo Conselho Diretor da Unicamp em 14 de dezembro de 1976, o que levou algumas alterações nos Estatutos e Regimento Geral da Unicamp. A proposta destas alterações foi aprovada pelo CEE em 21 de março de 1977, pelo

decreto 9597, pelo governador Paulo Egydio Martins, e publicado no diário oficial, em 22 de março de 1977.

A elaboração deste projeto se fez sob a coordenação de Antonio Candido de Mello e Souza, por uma comissão de professores de Lingüística e Teoria Literária: Aryon Dall'Igna Rodrigues, Ataliba Teixeira de Castilho, Carlos Alberto Vogt, Haquira Osakabe, Maria Lucia Dal Farra, Vera Maria Chalmers, Yara Frateschi Vieira.

O projeto IEL é dividido em três partes: Definição do IEL, Finalidades do IEL, e Justificativa. A primeira parte se apresenta da seguinte maneira:

> 01. Definição do IEL:
> Unidade de ensino e pesquisa, nos níveis de graduação e pós-graduação, destinada a formar docentes e pesquisadores no domínio dos estudos sobre a linguagem em suas diversas manifestações.[21]

O 'domínio dos estudos sobre a linguagem' recobre sentidos diferentes dos sentidos recobertos pelo domínio das Letras. Os estudos da linguagem reúnem no seu interior, o estudo da língua, objeto da Lingüística e o estudo da Literatura, objeto da Teoria Literária, marcando uma diferença com a organização *língua x e Literatura de língua x* do currículo mínimo. Isso porque o domínio dos estudos *sobre* a linguagem delineia o modo como a linguagem deve ser estudada. Não é *a* linguagem, é *sobre a* linguagem. Não é conhecer *a* língua e *a* Literatura, mas produzir conhecimento *sobre a* língua e *sobre a* Literatura.

As diversas manifestações da linguagem são objeto de estudo da Lingüística e da Teoria Literária, que são definidas como 'duas disciplinas gerais' e 'núcleo do novo Instituto'.

Organizado pela Lingüística e pela Teoria Literária, o IEL não é nem um IL onde a ciência *não estaria bem encaixada* e nem um Instituto de Lingüística onde só haveria espaço para a ciência. É as duas coisas e a possibilidade de trabalho no entremeio. E, ao mesmo tempo, é uma soma que divide.

Neste projeto, a Lingüística é significada enquanto ciência, do mesmo modo que no Anteprojeto, embora isso seja colocado de modo menos direto. A Teoria Literária também é significada do mesmo modo que no Anteprojeto, em relação à Lingüística (delimitando os limites de atuação desta) e às Ciências Humanas, em que ambas são para ela uma contribuição.

Um aspecto que ainda não estava muito desenvolvido no Anteprojeto, mas que comparece bem definido no projeto IEL é a consideração da linguagem como 'denominador comum' destas 'duas disciplinas gerais':

> tanto a Lingüística quanto a Teoria Literária têm por denominador comum a linguagem, ponto de partida do conhecimento propriamente humano, condição do desenvolvimento cultural. Tomada como terreno básico, a linguagem permite a troca de experiências, a fecundação recíproca e a definição de tarefas comuns sem prejuízo das tarefas específicas de cada uma delas. Um Instituto universitário, voltado ao estudo da linguagem humana compreendida em toda a sua plenitude, se caracterizará, pois, pela unidade fundamental do seu objeto, assim como pelos contatos que, a partir do mesmo, se estabelecerão com os demais setores universitários. É importante ressaltar o que há de comum e o que há de diferente, inclusive porque assim será possível focalizar com maior eficiência o problema da formação do especialista em língua e do especialista em literatura, evitando a posição tradicional, em grande parte utópica, do especialista em ambas.[22]

O lugar do científico, que antes determinava uma direção para a relação entre Lingüística e Teoria Literária, é amenizado pela consideração da linguagem como 'denominador comum, 'terreno básico' que 'permite a troca de experiências, a fecundação recíproca e a definição de tarefas comuns sem prejuízo das tarefas específicas de cada uma delas'. Dessa maneira, a relação *Lingüística* ←→ *Teoria Literária* ganha um espaço de legitimidade significativo.

A linguagem, como denominador comum, não apaga os diferentes objetos e objetivos próprios da Lingüística e da Teoria Literária, ela convive nestes dois espaços, sendo recortada e dividida por eles. De um lado, o espaço da Teoria Literária, demarcado no entremeio entre descrição e interpretação. De outro lado, o espaço da Lingüística que, limitada pelo lugar do científico, se mantém no espaço da descrição e da explicação.

Isso não significa, é claro, que estes domínios do saber tenham sido praticados na Unicamp segundo esta organização. Nem que não houvesse espaços de contradição nestes projetos, onde os sentidos podem ser outros.

Considerações Finais

Como observei já no início deste trabalho, os *dizeres sobre* a Lingüística e a Teoria Literária nos materiais de arquivo institucional da Unicamp não são necessariamente os mesmos que os praticados pelos estudiosos da linguagem dessa universidade. E não é da mesma maneira que um produz efeito sobre o outro. Esses dizeres têm sua especificidade, sua materialidade.

A relação entre esses dizeres é construída historicamente, sem que haja um início demarcável para ela ou uma anterioridade dos dizeres de um tipo sobre os outros. Eu diria que ela funciona na tensão entre as políticas administrativas institucionais e o trabalho intelectual, sendo que a materialidade lingüística desses dizeres se constitui a partir de condições de produção específicas. Condições que determinam o modo como os sujeitos e os sentidos se significam nos diferentes tipos de textos produzidos, e o modo como eles os significam.

Nas condições de produção da institucionalização dos estudos da linguagem na Unicamp não há, em nenhum dos projetos, uma explicitação direta e detalhada das perspectivas teóricas a partir das quais os domínios da Lingüística e da Teoria Literária são descritos. E nas descrições, os domínios poucas vezes são definidos *como x, em oposição a uma teoria y* (se há uma oposição, há *uma* teoria que é a atual e *outra*(*s*) teoria(s) que comparece(m) como sendo de um passado). Um momento bastante significativo em que há essa oposição é quando a lingüística comparece em oposição à perspectiva comparatista, como no caso do Ante-Projeto para a Implantação do Instituto de Letras.

Nos projetos, de modo geral, vemos que essas políticas administrativas institucionais sobre os sentidos desses domínios do saber produziram uma Lingüística e uma Teoria Literária consensuais. Não há polêmica quando se definem os domínios. O que não significa que ela não exista. Ou seja, que não haja relações de força e que não haja uma perspectiva dominante no consenso. Ao lado disso, em todos os projetos, a Lingüística é ciência e a Teoria Literária não é.

Mas, para além das polêmicas invisíveis desses textos, há outras, bastante visíveis, que comparecem de outras maneiras nesses projetos. Como nos lugares institucionais em que a Lingüística foi introduzida na Unicamp (inicialmente, no interior de um Instituto de Ciências Humanas e, posteriormente, no interior de um Instituto de Estudos da Linguagem), que se afastavam da estrutura estabelecida pelo currículo mínimo. O processo de constituição da Lingüística nesses lugares institucionais gerou inúmeros conflitos entre a Unicamp e os CEE e CFE.

Sobre isso, vale salientar que mesmo no curso de Letras, que seguia a estrutura estabelecida pelo currículo mínimo, havia uma diferença significativa em relação a esse currículo. Pois, como se viu anteriormente, na relação *língua portuguesa* e *Literatura da língua portuguesa* o objetivo não era *saber a língua e a Literatura*, mas *produzir saber sobre a língua* e, notadamente, *produzir saber sobre a Literatura*.

Mas a polêmica pode emergir, a partir desses projetos, em outros lugares. Como, por exemplo, pela contradição produzida no efeito de pertencimento de determinados domínios do saber ao domínio da Lin-

güística (dois domínios bastante ilustrativos são a Análise do Discurso e a Pragmática). Efeito este produzido com a institucionalização desses domínios enquanto *disciplinas* do *Curso* de Lingüística. Vêem-se aí as políticas administrativas institucionais sobre os saberes (sua disciplinarização na Instituição) se sobrepondo à sua configuração epistemológica. Ou seja, embora epistemologicamente o domínio da Análise do Discurso, por exemplo, não se inscreva no âmbito da Lingüística em sua fundação, o fato de esse domínio do saber ter sido institucionalizado enquanto *disciplina* do *Curso* de Lingüística na Unicamp é um acontecimento significativo na legitimação de um dizer que situa o analista de discurso enquanto lingüista.

Essa tensão entre as políticas administrativas institucionais e a configuração epistemológica de um saber é bem sucedida nas intermináveis discussões sobre o estatuto da Lingüística enquanto ciência[23]. Sobre esse ponto, é importante lembrar que uma pergunta como *A Lingüística é ciência?* faz todo sentido nos dias de hoje. Ela está presente, por exemplo, numa obra recente, *Conversa com Lingüistas. Virtudes e Controvérsias da Lingüística* (Cortez & Xavier, 2003), que reúne entrevistas com diversos lingüistas, muitos deles da Unicamp[24]. Essa pergunta teve respostas bastante variadas. Trago, aqui, o início de cada uma delas:

> "Você pode até, em alguns casos, identificar no trabalho da lingüística aquilo que nos habituamos a considerar um trabalho de cientista."
> "Acho que sim. Quer dizer, tenho um recorte dela que se enquadra perfeitamente aí."
> "Essa questão envolve dois problemas e duas questões normativas também."
> "Agora você me fez lembrar aqueles manuais de filosofia que a gente usava no segundo grau, no meu tempo, em que toda discussão começava sempre assim: tal coisa é uma ciência ou é uma arte?"
> "Nós que nos denominamos lingüistas acreditamos que efetivamente fazemos ciência."
> "Bom, depende do conceito que a gente tem de ciência."
> "Bom, depende do conceito que tivermos de ciência."
> "Sim! Não há dúvida."
> "Olha, temos que começar perguntando assim: aquilo que as pessoas dizem que é ciência é ciência?"
> "Depende da definição de ciência."
> "Com certeza."
> "Eu acho que a lingüística é uma ciência se eu tomo a lingüística

como uma investigação controlada que tem resultados, alguns deles reprodutíveis, outros não, por suas condições de produção."
"Esta talvez seja a pergunta mais difícil de responder, porque a tradição dos estudos lingüísticos é uma tradição que vem desde a Antiguidade e fala-se, marca-se que historicamente, a partir do século XX, essa tradição começa a ter e a ser candidata a um estatuto científico."
"Pois é, foi a isso que eu respondi. Ela tem, a meu ver, pelo menos um caráter científico, ao pretender descrever e explicar os fatos lingüísticos."
"Eu acho que há aspectos, pedaços da lingüística que são científicos, são ciência."
"Puxa vida! Eu, em curso introdutório, nem toco mais nessa questão!"
"Depende de como você entende o que seja ciência."
"Ah, totalmente."

Nessas respostas, pode-se observar que o estatuto da Lingüística enquanto ciência não é consensual. É significativo, no entanto, o fato de não haver nenhuma resposta totalmente negativa, índice da importância em se pensar sobre essas polêmicas, visíveis e invisíveis, que atravessam as divisões produzidas sobre os diversos nomes que designam os estudos da linguagem (atualmente, no espaço científico brasileiro, são bastante freqüentes nomes como: Lingüística, Teoria Literária, Ciências da Linguagem, Estudos da Linguagem, etc.) e os efeitos do científico sobre eles. Mas isso fica para outra história.

Notas

1. Esse trabalho se insere no interior do projeto Programa interinstitucional História das Idéias Lingüísticas – HIL (acordo Capes/Cofecub) e faz parte de minha pesquisa de doutorado *Sentidos de Lingüística no Processo de Institucionalização da Lingüística na Unicamp* (proc. Fapesp 04/13249-8), desenvolvida sob orientação da professora Claudia Pfeiffer.

Uma primeira versão desse texto foi apresentada como trabalho final da disciplina Tipologia do Discurso, ministrada pela professora Eni Orlandi, no segundo semestre de 2005. Uma versão mais elaborada deu origem a meu trabalho de Qualificação em Análise do Discurso, defendido em 2006, sob a orientação da professora Eni Orlandi e tendo como membros da banca a professora Suzy Lagazzi e a professora Claudia Marinho Wanderley. Esse trabalho foi apresentado de maneira resumida no II Seminário de Pesquisa em Análise do Discurso – II SEMAD, realizado na Universidade Federal de Uberlândia, em junho de 2006. A presente versão é um pouco menor que o trabalho de Qualificação. Agradeço as professoras Eni Orlandi, Suzy Lagazzi e Claudia Wanderley,

assim como minha orientadora, a professora Claudia Pfeiffer, pelas conversas sobre esse trabalho, que muito contribuíram para a o andamento de minha tese e para a elaboração da presente versão.

2. Tomo o conceito de recorte como uma unidade discursiva, na concepção de E. Orlandi (1984). Segundo a autora, "não há uma passagem automática entre as unidades (os recortes) e o todo que elas constituem" (p. 14). Os recortes efetuados pelo analista são feitos a partir de uma determinada posição teórica e dependem da pergunta que a análise procurará responder.

3. Este 'vice-versa' não está sendo considerado a partir de uma idéia de simetria. A relação entre os dizeres é de tensão, que é dissimétrica.

4. Vale lembrar aqui de outras relações de nomes que, dependendo das condições em que são formulados, podem se recobrir ou se distinguir, como Gramática, Filologia, Lingüística, por exemplo. Um texto bastante interessante que analisa a relação contraditória entre estes domínios do saber é "Gramática, Filologia e Lingüística" (Orlandi, 2002a).

5. O presente trabalho não se detém numa análise sobre os efeitos de sentido destas diferentes nomeações. Tais nomeações são analisadas apenas a partir das distinções, produzidas nos textos entre, de um lado, Lingüística e Estudos Lingüísticos e, de outro, Literatura, Estudos Literários, Teoria da Literatura e Teoria Literária.

6. Compreensão, no sentido proposto por E. Orlandi (1988), que distingue *inteligível*, *interpretável* e *compreensível*. Segundo a autora, "para se chegar à compreensão não basta interpretar, é preciso ir ao contexto da situação (imediato e histórico) (...) O sujeito que produz uma leitura a partir de sua posição, interpreta. O sujeito-autor que se relaciona criticamente com sua posição, que a problematiza, explicitando as condições de produção de sua leitura, compreende" (p. 116).

7. Universidade de Brasília. Site do Centro de documentação da UnB. "1964: O Sonho Interrompido". Disponível em: http://www.unb.br/cedoc/pq_sonho.htm. Acesso em: 10 out. 2008.

8. Aqui cabe destacar os trabalhos de Eni Orlandi (2002c) e Claudia Pfeiffer (2007) sobre a história das Associações e dos Congressos vinculados a elas no Brasil, notadamente sobre o lançamento da Abralin, do GEL e da Anpoll.

9. Esse evento contou com participantes do Brasil e do exterior. Do Brasil: Ainda Bianchini (Universidade do Brasil), Aires da Mata Machado Filho (Universidade de Minas Gerais), Albino de Bem Veiga (Universidade do Rio Grande do Sul), Antenor Nascentes (Universidade do Distrito Federal), Antônio Joaquim de Figueiredo (coronel-professor representante do Exército – Colégio Militar), Antônio Houaiss (Ministério das Relações Exteriores), Antônio José Chediak (Prefeitura do Distrito Federal), Armando Tonioli (Universidade de São Paulo), Augusto Magne (Universidade do Brasil), Cândido Jucá Filho (presidente da Academia Brasileira de Filologia), Astério de Campos (Instituto de Educação), Celso Ferreira da Cunha (Universidade do Brasil), Ernesto Faria Júnior (Universidade do Brasil), Ismael de Lima Coutinho (Universidade do Estado do Rio), José Carlos Lisboa (Universidade do Brasil e Universidade de Minas Gerais), José Lourenço de Oliveira (Universidade de Minas Gerais), Mauro Gomes Ferreira (major-professor representante do Exército – Colégio Militar), Nelson Rossi (Universidade da Bahia), Serafim Pereira da Silva Neto (Universidade do Brasil), Sílvio Edmundo Elia (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Silvio Júlio de Albuquerque Lima (Universidade do Brasil) e Theodoro Henrique Mauer (Universidade de São Paulo). Do exterior: Diego Catalán Menéndez Pidal (Universidade de La Laguna), Eugenio Asensio (Instituto Espanhol de Portugal), Francisco Heron de Alencar (Leitor da Universidade de Paris), I. S. Révah (École des Hautes Études da Universidade de Paris), José Gonçalo Herculano (Universidade de Coimbra), Joseph M. Piel (Universidade de Colônia), Luis

Felipe Lindley Cintra (Universidade de Lisboa), Manuel Alvar (Universidade de Granada), Manuel Rodrigues Lapa (professor visitante da Universidade do Brasil), Maria Adelaide do Vale Cintra (Centro de Estudos Filológicos, de Lisboa) e Urbano Tavares Rodrigues (Universidade de Lisboa).

10. Essa comissão foi composta pelos professores Zeferino Vaz (presidente), Paulo Gomes Romeo e Antonio Augusto Almeida.

11. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. *Organização*. Proposta de Criação do Grupo de Lingüística no Instituto de Ciências Humanas. Campinas, out. 1968. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. SG/AH-III cx 5 mç 01.

12. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. *Organização*. Ofício do Conselho Diretor da Unicamp ao Reitor Zeferino Vaz. Campinas, jul. 1969. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. SG/AH-III cx 5 mç 01.

13. Segundo o E. Guimarães, a reescrituração "é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si" (Guimarães, 2004a: p. 17). Para E. Guimarães (2002), ao redizer o que já foi dito, produz-se uma deriva do sentido (o autor toma o termo 'deriva' no sentido que lhe deu M. Pêcheux (2002) em *O Discurso. Estrutura ou Acontecimento*). Em outras palavras, segundo Guimarães, os procedimentos de reescrituração são procedimentos de deriva do sentido próprios da textualidade. Procedimentos como anáfora, catáfora, repetição, substituição, elipse e etc. são procedimentos de deriva, de reescrituração.

14. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. *Reconhecimento dos cursos de bacharelado de Ciências Sociais, de Economia e de Lingüística, ministrados por este Instituto. Cursos*. Processo 2965, 1 vol. Campinas, 1972-74. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Reg. 8541/72, fl. 121.

15. Uma cópia deste anteprojeto encontra-se arquivada nos processos do Instituto de Letras como um anexo do documento "Implantação do Instituto de Letras – definição de etapas". Nessa cópia anexa não há qualquer informação sobre a autoria do anteprojeto. No entanto, no documento de implantação do Instituto de Letras, que apresenta o anteprojeto como anexo consta a informação de que ele foi "apresentado através do IFCH ao Magnífico Reitor da UNICAMP no início do ano letivo de 1975". Num ofício do professor Carlos Vogt (no cargo de Coordenador Associado do Instituto de Letras e de Chefe do Departamento de Lingüística) que encaminha o documento de implantação do Instituto de Letras ao reitor, lemos: "Tal documento constitui uma primeira definição das etapas para esta implantação e se desenvolve dentro do espírito e dos objetivos definidos no primeiro documento elaborado pelo Prof. Antônio Cândido de Mello e Souza". "Tal documento" refere-se ao documento intitulado de "Implantação do Instituto de Letras – definição de etapas". É bastante provável que "o primeiro documento elaborado pelo Prof. Antônio Cândido de Mello e Souza" seja este "Ante-Projeto para a Implantação do Instituto de Letras". Este anteprojeto se contrapõe a um projeto anterior, enviado ao reitor em 1974, com uma proposta de Instituto de Letras que seguia os moldes já existentes das Faculdades de Letras.

16. Instituto de Letras. "Ante-Projeto para a implantação do Instituto de Letras". *Projeto de Estruturação*. Processo n°. 2448, 1975, fl. 44.

17. *Ibidem*, fl. 45.

18. *Ibidem*, fl. 46.

19. *Ibidem*, fl.47.

20. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. *Constituição do Instituto de Estudos da Linguagem*. Processo 7968/76. Campinas, 1976-77. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Reg. 18315/76.

21. *Ibidem*, fl. 6.

22. *Ibidem*, fl. 9.

23. Isso leva a pensar como *uma questão epistemológica* não pode ser *uma questão puramente epistemológica*, justamente porque não é possível desvencilhar o ideológico e o político do epistemológico.

24. Os professores entrevistados são os seguintes, seguindo a ordem do livro: Maria Bernadete Marques Abaurre, Eleonora Cavalcanti Albano, José Borges Neto, Ataliba de Castilho, Carlos Alberto Faraco, José Luiz Fiorin, João Wanderley Geraldi, Francisco C. Gomes de Mattos, Rodolfo Ilari, Ingedore Grunfeld Villaça Koch, Luiz Antonio Marcuschi, Maria Cecília Mollica, Diana Luz Pessoa de Barros, Sírio Possenti, Kanavillil Rajagopalan, Maria Martins Margarida Salomão, e Carlos Vogt.

Referências Bibliográficas

BROSS, João Carlos. "Considerações sôbre o Plano Diretor da Universidade Estadual de Campinas". In: Órgão Informativo do Diretório Acadêmico Adolfo Lutz. *Revista n° 0. Universidade Estadual de Campinas*. 1970. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. "A Lingüística Brasileira". In: NARO, Antonius Julius. Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Currículos Mínimos dos Cursos de Graduação*. Brasília, 1981, 4 ed.

CORREIO POPULAR. "Grupo de linguística na UC para maior projeção das ciências". Campinas: 10 de outubro de 1968.

_____. "Instituto de Lingüística na Unicamp". Campinas: 29 de agosto de 1976.

DIÁRIO DO POVO. "Unicamp vai implantar o Instituto de Lingüística". Campinas: 26 de agosto de 1976.

DOSSE, François (1991). *História do Estruturalismo I. O Campo do Signo*, 1945/1966. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

FOUCAULT, Michel (1970). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1998, 4ed.

GUILLAUMOU, Jacques & MALDIDIER, Denise (1984) "Efeitos do Arquivo. A Análise do Discurso no Lado da História". In: ORLANDI, ENI (org.) *Gestos de Leitura. Da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. 2 ed.

GUIMARÃES, Eduardo (2002) *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes.

_____. (2004). *História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*. Campinas: Pontes.

INSTITUTO DE LETRAS. *Projeto de Estruturação*. Processo 2448. 1975-76. Reg. 5895/75. "Ante-Projeto para a implantação do Instituto de Letras". Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. *Organização*. 1967-1969-71; 1975, s.d. SG/AH-III cx 5 mç 01. "Proposta de Criação do Grupo de Lingüística no Instituto de Ciências Humanas", outubro de 1968;

_____. *Organização*. 1967-1969-71; 1975, s.d. SG/AH-III cx 5 mç 01. Secretaria Geral da Unicamp. Ofício do Conselho Diretor da Unicamp ao Reitor Zeferino Vaz, julho de 1969. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.

_____. *Reconhecimento dos cursos de bacharelado de Ciências Sociais, de Economia e de Lingüística, ministrados por este Instituto*. Processo 2965, 1° volume. 1972-74. Reg. 8541/72. "Cursos". Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.

_____. *Constituição do Instituto de Estudos da Linguagem*. Processo 7968/76. 1976-77. Reg. 18315/76. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.

LECOURT, Dominique (1972). *Para uma crítica da epistemologia*. Lisboa : Cooperativa Editora e Livreria; Fergráfica. Artes Gráficas, 1980.

MACHADO, Aires da Mata. "Como se Reflectem na Universidade Brasileira as Atuais Tendências da Filologia Românica" In: *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1976.

ORLANDI, Eni. (1984) "Segmentar ou Recortar". In: GUIMARÃES, EDUARDO (ed.) *Série Estudos. Lingüística: Questões e Controvérsias*, n 10. Uberaba: Fiube.

_____. (1988) *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, 4 ed.

_____. (2002a) *Língua e Conhecimento Lingüístico. Para uma história das idéias no Brasil.* São Paulo: Cortez.

_____. (2002b) "A Análise de Discurso e seus Entremeios: Notas a sua História no Brasil". In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos. História das Idéias Lingüísticas*, n. 42. Campinas: IEL/Unicamp.

_____. (2002c) "Ir ao Congresso: fazer a história das idéias lingüísticas?". *Institucionalização dos Estudos da Linguagem. A Disciplinarização das Idéias Lingüísticas*. Campinas: Pontes.

PÊCHEUX, Michel**.** (1982) "Ler o Arquivo Hoje". In: ORLANDI, ENI (org.) *Gestos de Leitura. Da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, 2 ed.

_____. *O Discurso. Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002, 3ed.
PFEIFFER, Claudia. (2007). "A Lingüística nas associações: Um recorte discursivo de sua institucionalização. Uma questão de política lingüística". In: ORLANDI, ENI (org.) *Política Lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes.
SILVEIRA, Souza da. "Prefácio do Dr. Souza da Silveira à Primeira Edição". In: CAMARA JR, JOAQUIM MATTOSO. *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1970, 4 ed.
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Site da UnB. "História da Universidade de Brasília". Disponível em: http://www.unb.br/portal/unb/historia/resumo.php. Acesso em: 10 out. 2008.
_____. Site do Laboratório de Línguas Indígenas. "Lingüística das Línguas Indígenas na UnB. Breve Histórico". Disponível em: http://www.unb.br/il/lablind/historico.htm
_____. Site do Programa de Pós-Graduação em Lingüística. "Histórico". Disponível em: http://www.unb.br/il/liv/pos/pos_historico.htm
_____. Site do Centro de documentação da UnB. "1964: O Sonho Interrompido". Disponível em: http://www.unb.br/cedoc/pq_sonho.htm. Acesso em: 10 out. 2008.
UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (UC). *Anexos*. Ano: 1967. 562/67. Reitoria/APP, 111/67, cx 15. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. "Apresentação". Site da Unesp. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/instituicao/index.php. Acesso em: 10 out. 2008.
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Guia Letras. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1966.
_____. Site do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. "Criação da Universidade de São Paulo (1934)". Contém um fragmento do Decreto Estadual de fundação da Universidade de São Paulo, n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Disponível em: http://www.ib.usp.br/ibhistoria/50anos/1934.htm. Acesso em: 10 out. 2008.
_____. Site do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. "Histórico". Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dtllc/historico.htm. Acesso em: 10 out. 2008.
_____. Site do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. "Apresentação do Departamento". Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dtllc/departamento.htm
VICENZI, Lectícia Josephina Braga de. "A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil". In: *Fó-*

rum Educacional. Rio de Janeiro, v.10, n.3, jul./set. 1986. Disponível em: http://www.prossiga.br/anisioteixeira/fran/artigos/federal.html. Acesso em: 10 out. 2008.

XAVIER, Antonio Carlos & CORTEZ, Suzana (2003) (orgs.). *Conversas com Lingüistas. Virtudes e Controvérsias da Lingüística*. São Paulo: Parábola.

ESTUDOS SOBRE A LÍNGUA POLÍTICA: FILOLOGIA E POLÍTICA *NA FLORENÇA DO SÉCULO XVI*

Zancarini, Jean-Claude; Fournel, Jean-Louis; Descendre, Romain.
Campinas: RG Editora / Cáceres: Editora da UNEMAT, 2008, 208 pp.

Estudos sobre a língua política: filologia e política na Florença do século XVI reúne artigos de três pesquisadores franceses do laboratório Triangle (UMR 5206), da Ecole Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines de Lyon.

Trata-se de uma obra importante que dá a conhecer aos pesquisadores em Ciências Humanas no Brasil um modo particular e inovador de fazer a história das idéias – neste caso, das idéias políticas – e reinterpretações de leituras estabelecidas de autores fundamentais para o pensamento político ocidental moderno.

Para as Ciências da Linguagem, há um interesse particular no método estabelecido pelos autores, que analisa o pensamento político pela língua presente nos textos, a partir da qual reconstrói as relações semânticas que os compõem, tomadas elas mesmas como relações políticas. É o que afirma Jean-Claude Zancarini no primeiro capítulo, *Uma filologia política: os Tempos e as Manobras das palavras (Florença, 1494-1530)*, quando explica por que o método é denominado Filologia Política:

> Então, "filologia" porque partimos de uma leitura (às vezes de uma tradução, forma particularmente rigorosa da leitura!) lenta e minuciosa que procura re-estabelecer os laços, os ecos, os distanciamentos no interior de uma obra ou entre uma obra e outra; "política", não somente porque nós escolhemos estudar um corpus de textos ligados a uma conjuntura política e militar precisa mas também porque, para nós, a abordagem crítica dos textos e a reflexão sobre o sentido das palavras utilizadas na linguagem têm

> um valor eminentemente político, qualquer que seja o período utilizado (p.11).

Segundo Zancarini, o objeto da pesquisa conjunta da qual os artigos que compõem o livro são resultado é a escritura da política e da história de Florença, do fim do século XV até a queda da república em 1530, período que se pode qualificar como das guerras da Itália. A Filologia Política é ilustrada neste primeiro capítulo pela reflexão sobre um dos termos centrais da tradição florentina: *libertà*.

No segundo capítulo, *Tradição Republicana e a República Nova em Florença: Guicciardini e a Libertá Fiorentina*, *libertà* é novamente objeto de análise, desta vez na obra de Francesco Guicciardini.

Zancarini conta que o termo *libertas*, surgido na Itália no século XII, ganha uma formulação jurídica no século XIV e culmina em um jogo político no fim deste século e no início do século XV, quando em Florença *dois chanceleres da república utlizam esse termo na sua política contra os duques de Milão e contra o papa* (p. 22).

Este capítulo destaca o poder de fogo da palavra e analisa o conceito de *libertas* em dois momentos. O primeiro, descrito no parágrafo anterior, é o da virada para o século XV; o segundo se inicia quando os Médicis, de volta ao poder, redefinem o conteúdo teórico da *libertas* florentina, entre os meses de janeiro e fevereiro de 1536, em uma querela jurídica.

Ao refletir em seus textos, sobre a *libertas florentina*, Guicciardini reflete sobre a cidade e os cidadãos de Florença em "sua alma" e "seus humores", o que amplia o seu modo de compreensão da liberdade, fazendo dela um conceito prático, que o permite compreender e criticar categorias como "o povo" e a propor formas e instâncias de poder.

Em *"Tirem Brutus da cabeça" - tiranicida e direito de resistência na Florença de Coluccio Salutati a Donato Giannotti*, Jean-Claude Zancarini e Jean-Louis Fournel mostram como duas denominações – *tiranicida* e *direito de resistência* – estão imbricadas no pensamento da *cité* florentina. No percurso que vai de Salutati a Giannotti, passando por Savonarola, Maquiavel e Guicciardini, os autores mostram como o *direito de resistência* é diluído ao mesmo título em que o *tiranicida* romano exemplar – Brutus – é evocado; uma combinação que serve, em cada autor, ao propósito de manutenção do regime político do seu tempo.

Um exemplo é o primeiro texto examinado – o tratado *De Tyranno* (1400) de Coluccio Salutati, que discute a questão do tiranicida a partir da condenação ao inferno de Brutus e Cássio em uma obra literária: *O Inferno*, de Dante Alighieri. Salutati aprova a condenação dos dois tiranicidas, porque estes tinham matado um "príncipe legítimo". O flo-

rentino sustenta que o Imperador romano é um homem bom – um *vir bonus*, e um monarca legítimo, ao defender que *a monarquia é preferível às formas livres de governo quando – estabelecida com o acordo ao menos tácito do povo – ela permite evitar a guerra civil e a discórdia.*

Com esta solução, Coluccio Salulati *rompe livremente com a tradição republicana florentina que opõe libertas [liberdade republicana] e tirania. (...)* (p.39). Sua posição, analisam os autores, serve à conjuntura da época: a afirmação da *possibilidade de "resistir" às regras jurídicas precisas* é sustentada pela subordinação do político ao jurídico e *poderia ser, então, uma forma de tornar ilegítimas revoltas e tumultos* (p.40). O poder é mantido nas mãos de quem já o detém.

Fragmentos de sentidos: a presença dos Ricordi na escritura de Francesco Guicciardini é o título do quarto capítulo, de Jean-Claude Zancarini. Nesta parte do trabalho, os estudos se voltam para a tradução dos *Riccordi* e de dois outros textos políticos importantes de Guicciardini. O foco são os liames entre estes textos, mais explicitamente, a presença dos primeiros nos dois últimos.

Zancarini precisa o modo como opera a análise: ao considerar as formulações dos *riccordi*, identifica *um permanente trabalho de reescritura e de acréscimos* em Guicciardini (p.56). O foco na reescritura e nos acréscimos indicam o cuidado em mostrar como Guicciardini se preocupava em *dar forma escrita* às suas reflexões, num jogo incessante de retomadas de seus *ricordi* (ou suas "advertências" diplomáticas constituídas por reminiscências, lembranças, formas retóricas recorrentes que ele usa para pensar num momento dado).

Por meio das análises, o autor elabora uma periodização do percurso reflexivo de Guicciardini; o primeiro momento é do *processo contínuo de reescrita por proximidade e contaminações sucessivas*; o segundo é o da *reescrita completa* e o terceiro é da *nova reescrita*. O autor propõe então uma metáfora definidora deste percurso do pensamento de Gucciardini. Para ele, *os ricordi são pequenos clarões que permitem abrir espaço nas trevas*. Ainda, segundo ele, é a esta luz por meio da qual Guicciardini, no *Dialogo del reggimento*, interroga-se sobre a maneira de governar Florença, depois que tentou na *Storia d'Italia*, compreender e fazer compreender isso que foi a *tragedia d'Italia*. (p. 61)

Em *A civilità em Florença no tempo das guerras da Itália: "alma da cidade" ou "espécie de tolice"?*, Jean-Claude Zancarini e Jean-Louis Fournel examinam os sentidos de *civilità* a partir da sua relação com o adjetivo *civile* e a maneira como este aparece articulado em textos de pensadores florentinos da época das guerras.

Zancarini e Fournel se distanciam, por um lado, de uma interpretação homogênea e unívoca do que seria o *momento republicano* floren-

tino, buscando neste momento da história diferentes *republicanismos florentinos*; por outro lado, eles se distanciam de uma interpretação em que os costumes civis são entendidos separadamente dos costumes políticos, o que não lhes parece ser possível distinguir de modo absoluto no contexto analisado.

Os autores mostram que as categorias *civile* e *civilità,* na sua articulação a outros elementos lingüísticos, são determinantes para dar visibilidade às diferenças nos republicanismos florentinos e ao modo como a república culmina no assassinato de Alexandre de Médici em 1537 e na ascensão ao principado por Cosme de Médici, momento a partir do qual

> (...) os costumes e a participação no governo da cidade, em resumo a vida e a política, que se imbricam na *civilità*, são distanciados um do outro. O *vivere civile* não é mais senão o respeito passivo a uma lei ou a uma regra de cuja elaboração e promulgação o sujeito não participa mais. É sem dúvida aí que está a verdadeira morte da *civilità* florentina (p.90).

Os humores do corpo político: o povo e a plebe na obra de Maquiavel, de Jean-Claude Zancarini, é um capítulo fundamental do livro, em que se evidencia o interesse da análise semântica quando se faz um estudo da língua política. O autor toma por objeto o modo como a divisão política constrói uma semântica para o corpo da cidade. Analisa, assim, os usos e os jogos de sentidos das palavras *povo* e *plebe* na descrição do corpo político em duas obras específicas de Maquiavel: *O Príncipe* e os *Discursos*. Segundo ele,

> A forma como Maquiavel emprega as palavras povo [*popolo*] e plebe [*plebe*] ilustra uma necessidade, ou ainda uma dificuldade teórica, das quais a dificuldade terminológica é um indício. É a necessidade de descrever o corpo político, de dar um nome aos seus componentes e de pensar de que forma podemos estabelecer amizades e alianças que permitem à cidade manter-se unida e estável (p.91).

Na história política da cidade, o que sustenta as relações entre esta e os sujeitos, com suas diferentes aspirações e seus desejos políticos é, segundo Zancarini, a invenção de uma língua política que busca dar nome aos seus (da cidade, dos sujeitos) "diversos humores", na manifestação desta semântica das relações cotidianas com a linguagem.

Em *As palavras próprias e naturais e os termos de Estado: léxico da ação e sintaxe da convicção na obra O Príncipe*, Jean-Claude Zancarini e

Jean-Louis Fournel fazem emergir questões importantes para a tradução técnica. Os autores questionam um pressuposto aceito – ou reivindicado – pelos tradutores de Maquiavel, opondo-se a que a tradução – neste caso, de *O Príncipe* – traga a cada momento diferentes nomes para uma mesma palavra do texto original, de modo a fechar-lhe os sentidos.

O argumento dos autores para que se opte por um mesmo nome é que este mantenha, como no original, sua polissemia, tomando esta como constitutiva da escrita do autor. A falta de univocidade das *palavras próprias e naturais* que compõem o texto maquiaveliano constituem sua língua política. A tradução de Maquiavel deve, portanto, permitir o contato com a materialidade enunciativa de sua obra, *pois o que se desenha nessa tensão entre sentido técnico-político e polissemia é precisamente o próprio objeto do questionamento de Maquiavel sobre as "coisas novas", sobre os "objetos novos" do agir e do pensamento políticos* (p.104).

Eles ilustram o método maquiaveliano de construção de uma língua política: 1. pela análise de três palavras em *O Príncipe*: *spegnere*, *ruinare*, *ordini*; 2. pela análise dos elementos ilocutórios presentes na sintagmatização do texto, mostrando uma coerência que contradiz as críticas habituais à sintaxe da obra; 3. pela análise das palavras *tratado*, *discurso* e os verbos que lhes correspondem, da presença dos diálogos no texto, e das comparações tecidas por Maquiavel entre o autor e o arqueiro e entre o autor e o pintor, por meio da qual se opõem a uma posição corrente que toma *O Príncipe* como um tratado, em oposição aos *Discursos*.

A propósito da Razão e Desrazão do Estado, de Jean Claude Zancarini e *Le Cose di Stato: Semântica do Estado e Relações Internacionais em Maquiavel,* de Romain Descendre, são dois capítulos que, embora se alternem na divisão estrutural do livro (são o oitavo e o décimo, respectivamente), tratam ambos de fórmulas e expressões relativas ao Estado, que são de grande importância para quem trabalha com a história dos conceitos políticos. De um lado, trata-se refletir sobre os usos da expressão *ragione e uso degli stati*, formulada, conforme Zancarini, por Guicciardini e, de outro, de se evidenciar a acepção específica que tem o termo *stato* nos textos diplomáticos de Maquiavel.

Por meio de uma escansão temporal que revisa os estudos e contribuições acerca da idéia de *razão do Estado*, Zancarini traça um percurso da compreensão e do funcionamento desta expressão no pensamento político florentino do início do século XVI. O autor mostra que *stato* está, ao mesmo tempo, no vocabulário de Guicciardini, mas também no de Maquiavel. Mais efetivamente, em um dos textos de Guicciardini (*Dialogo del reggimento di Firenze*), há um ineditismo no modo de analisar o Estado e o poder, pois *ele efetua uma clara separação metodológica*

entre a esfera do agir político e a da moral religiosa (p.137), o que indica de maneira precisa como deve ser tratado o *ragionamento* do Estado.

Já em Maquiavel, e agora retomamos o capítulo produzido por Romain Descendre, o termo *stato* demanda algumas especificidades; a ponto de haver, como está proposto pelo autor, "uma semântica de *stato* em Maquiavel" (p. 170). Outro elemento importante destacado é o quanto foram significativos para a elaboração dos conceitos da língua política de Maquiavel os anos em que ele desenvolveu sua atividade de administração do domínio florentino, principalmente durante as suas missões diplomáticas. Essa experiência resultou no acréscimo de um sentido *territorial* a *stato*, o que determina para ele uma natureza geopolítica. No momento em que este termo ainda não existia no pensamento de Maquiavel, *assiste-se a uma tomada de consciência da importância do Estado territorial.*

Em *O agrimensor e o pintor: metáfora, geografia e invenção em Maquiavel*, Romain Descendre examina metáforas de ordem espacial ou geográfica em *O Príncipe* e nos *Discursos* de Maquiavel. Segundo o autor, algumas dessas metáforas *contribuem para explicitar o alcance e os limites da ação do homem (político) no curso da história* (p.144). Mas grande parte delas

> têm uma dimensão mais propriamente cognitiva ou epistemológica, na medida em que a apreensão visual do mundo serve para pensar a natureza mesma de uma "ciência" política (o geômetra, "aquele que desenha o país", os decobridores "de mares e de terras desconhecidas", os "prudentes arqueiros") (idem).

Pelo exame dos textos de Maquiavel e das suas relações com os de homens políticos e cientistas contemporâneos, Descendre mostra como as metáforas de espaço têm relação com a conjuntura da virada do século XVI, quando, através da cartografia ou da pintura (realidades novas e contemporâneas), os homens *tomam consciência de que eles podem representar a terra, o espaço, o mundo, como jamais antes, e esta consciência lhes dá uma confiança sem dúvida inédita em seus poderes cognitivos* (p.167).

Em *Giovanni Botero e a língua maquiaveliana da política e da guerra*, a análise obra *Della ragion di Stato* de Giovanni Botero permite a Romain Descendre questionar a interpretação corrente do pensamento político do fim do século XVI, realizada através do filtro da oposição entre maquiavelismo e anti-maquiavelismo. O anti-maquiavelismo presente nos textos da época é, segundo ele, "antes de tudo o instrumento comum às batalhas ideológicas da época, e não seu verdadeiro objeto" (p.185).

A análise, ao contemplar não apenas as questões de conteúdo e as disputas ideológicas, mas as *formas do discurso político*, mostra que o recurso à língua florentina maquiaveliana e guicciardiniana *tem uma função estratégica* precisa: a elaboração de um novo pensamento político alternativo à tradicional re-elaboração por Tomás de Aquino da linguagem aristotélica, que já não dá conta do quadro de fratura religiosa, guerras civis e competição dos Estados territoriais.

Pelo exame da nova língua política de Botero, Descendre contesta a interpretação de que o florentino encobriria, sob um anti-maquiavelismo intencional e declarado, um "maquiavelismo envergonhado". O autor mostra que, ao recorrer a Maquiavel, Botero evitava uma oposição frontal com o francês Jean Bodin e o pensamento de Estado francês e anti-papista que ele representa.

***

Os três autores deste livro, com quem tivemos o prazer de estar em contato em estágios pós-doutorais realizados no Laboratório Triangle, desenham o percurso do pensamento dos homens políticos que fazem e escrevem a história de Florença na época das guerras da Itália com a delicadeza e o rigor de quem se volta para o estudo da história das palavras e das idéias sem a preocupação de categorizá-las em padrões homogeneizantes e/ou pré-concebidos, mas sim com o intuito de mostrar os seus contornos nas redes de sentido que as compõem.

Eles levam a sério a expressão freqüente em Maquiavel: *la qualità de' tempi* e a inscrevem no seu método de trabalho. Tomar em conta a *qualidade dos tempos* implica, para esses autores, na análise dos objetivos dos atores, das relações de força nas quais eles são tomados, e das manobras das ações de que participam, o que só pode ser feito pelo mergulho no tempo das suas palavras e ações. Por meio deste mergulho, eles nos guiam de maneira encantadora pela "história ainda ardente" dos homens políticos florentinos.

Sheila Elias de Oliveira
Mariângela Peccíolli Galli Joanilho